IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria
e da Dívida Pública

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2017

Relatório de Atividades 2017 – Aprovado em reunião de CA de 2018/07/10

ÍNDICE

1. NOTA DE ABERTURA 3

NOTA DE ABERTURA 4

2. MISSÃO, ORGÃOS ESTATUTÁRIOS E ORGANIZAÇÃO 5

MISSÃO 6
ORGÃOS ESTATUTÁRIOS 7
ORGANIZAÇÃO 9

3. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA 10

3.1 - COMENTÁRIO AO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E GERAIS DE 2017 11

4. GRAU DE EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS E PROJETOS DE 2017 13

4.1 - AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS 14
4.2 - AVALIAÇÃO DOS PROJETOS 19
4.3 - AVALIAÇÃO DOS PROJETOS PELAS UNIDADES DE ESTRUTURA 24

5. DESTAQUES 81

CAIXA: BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO – *COMPLIANCE* 82
CAIXA: ASSEGURAR QUE A REPÚBLICA PORTUGUESA CONTINUE A EXPANDIR O ACESSO AO MERCADO, EMITINDO EM VÁRIOS PONTOS DA CURVA E ABERTURA DE NOVOS *BENCHMARKS* 83

6. ATIVIDADES DE SUPORTE À GESTÃO 84

6.1 – PROCESSO DA DÍVIDA DE RETALHO 85
6.2 – A TESOURARIA DO ESTADO 90
6.3 - SISTEMAS DE COMPENSAÇÃO/OPERAÇÕES DE LIQUIDAÇÃO 119
6.4 - CONTABILIDADE DA TESOURARIA, DÍVIDA PÚBLICA E OUTROS FUNDOS 128
6.5 - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO 132
6.6 - ELABORAÇÃO DE PROCEDIMENTOS INTERNOS E AUDITORIA INTERNA 135
6.7 – REPORTES E PREVISÕES 141
6.8 - ENQUADRAMENTO JURÍDICO 144
6.9 – APOIO AOS ÓRGÃOS SOCIAIS 145
6.10 - ARQUIVOS, DOCUMENTAÇÃO E CONTEÚDOS 146
6.11 - MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E INDICADORES DE CUSTOS RELEVANTES 150

7. RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO 156

7.1 - RECURSOS HUMANOS 157
7.2 – FORMAÇÃO 158

8. RECURSOS FINANCEIROS 160

8.1 - RECURSOS FINANCEIROS 161
SIGLAS 162

1. NOTA DE ABERTURA

NOTA DE ABERTURA

O ano de 2017 é marcado pela estabilidade organizativa, consolidaram-se as competências que estão atribuídas à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.

A atividade do IGCP ficou marcada pela evolução favorável da situação económica e orçamental em Portugal que se materializou numa melhoria da percepção de risco por parte dos seus contrapartes externos: o encerramento do Procedimento por Défice Excessivo, por parte do Conselho Europeu e a melhoria da notação de risco de crédito para um grau de investimento pelas Agências de *Rating S&P* e *Fitch*.

Há, neste contexto, a destacar:

- Acesso pleno no mercado de dívida de médio e longo prazo (através de leilões de Obrigações do Tesouro, emissões sindicadas, recompra e troca de Obrigações do Tesouro, bem como a execução do Programa de Financiamento dos Bilhetes do Tesouro);
- Gestão da carteira de dívida e derivados do Estado e das Empresas Públicas Reclassificadas (EPR);
- Manutenção do Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) do IGCP, E.P.E., para todas as Unidades de Estrutura;
- Introdução do novo Sistema de Normalização Contabilistica para as Administrações Públicas no IGCP, E.P.E., e no Fundo de Regularização da Dívida Pública;
- Elaborar um novo plano de contas para os "Encargos da Dívida Pública" com vista à implementação do Sistema de Normalização Contabilistica;
- Levantamento dos requisitos funcionais para a implementação de uma nova plataforma de Homebanking e respectiva candidatura a fundos comunitários.

No que respeita à gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, bem como a toda a atividade financeira associada, o Relatório Anual de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, é o documento que disponibiliza esta informação, devendo o mesmo ser consultado em www.igcp.pt.

O presente relatório apresenta, numa primeira parte um breve comentário ao cumprimento dos objetivos estratégicos e gerais de 2017, bem como faz uma avaliação quantitativa quer dos objetivos quer dos projetos propostos para o ano findo.

E, numa segunda parte, destaca-se uma avaliação mais qualitativa das atribuições e competências da Organização, em que são assinalados outras vertentes, para que dessa forma se possa compreender a complexidade da atividade do IGCP, E.P.E.

O Conselho de Administração agradece aos Órgãos Sociais a colaboração e disponibilidade prestada, bem como endereça uma palavra de reconhecimento a todos os Colaboradores pelo seu empenho no cumprimento da Missão que nos está cometida.

Julho de 2018

O Conselho de Administração

2. MISSÃO, ORGÃOS ESTATUTÁRIOS E ORGANIZAÇÃO

MISSÃO[1]

A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP, E.P.E.), tem por missão gerir, de forma integrada, a tesouraria, o financiamento e a dívida pública direta do Estado, nesta se compreendendo, nos termos da lei aplicável, a dívida das entidades do setor público empresarial cujo financiamento seja assegurado através do Orçamento do Estado, cabendo-lhe ainda coordenar o financiamento dos fundos e serviços dotados de autonomia administrativa e financeira, em obediência às orientações definidas pelo Governo através do membro responsável pela área das finanças.

O IGCP, E.P.E., pode ainda desenvolver, a título acessório do seu objeto principal, atividades conexas, nomeadamente nos domínios da consultadoria e da assistência técnica, da gestão de dívidas de entidades do setor público administrativo e da gestão de ativos destas entidades constituídos por títulos de dívida pública.

Nas atividades previstas no número anterior compreende-se a função de leiloeiro no contexto do mercado regulamentado europeu de leilões de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, estabelecido em execução da Diretiva do Comércio Europeu de Licenças de Emissões, em articulação com os serviços e organismos competentes do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

Gerir as carteiras de derivados financeiros das EPR e emitir pareceres sobre as operações de financiamento daquelas empresas, bem com das Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR), nos termos e para os efeitos previstos no Novo Regime do Setor Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro[2].

[1] Artigo 5º Decreto-Lei 200/2012 de 27 de agosto – Estatutos do IGCP, E.P.E.

[2] Decreto-Lei 133/2013 de 3 de outubro – Novo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial

ORGÃOS ESTATUTÁRIOS

CONSELHO de ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto por um Presidente e dois Vogais, competindo-lhe exercer todas as competências e praticar todos os atos cometidos à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP, E.P.E.) nos termos da lei e que não se compreendam no âmbito da competência exclusiva dos outros órgãos.

Fazem parte do Conselho de Administração:

- Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho - **Presidente**
- António Abel Sancho Pontes Correia - **Vogal**
- Maria Eduarda Simões Lopes Branco Vicente - **Vogal**

CONSELHO CONSULTIVO[3]

Composto pelo Presidente do Conselho de Administração do IGCP, E.P.E, que preside e sem direito a voto, pelos anteriores presidentes, que tenham concluído, pelo menos, um mandato, por um membro do Conselho de Administração do Banco de Portugal a indicar por este, e por quatro personalidades de reconhecida competência em matéria económica e financeira, a designar por despacho do membro do Governo responsável pela área das Finanças.

Os membros do Conselho Consultivo são designados por mandatos de 3 anos renováveis por iguais períodos.

Composição do Conselho Consultivo para o triénio 2015/2018:

Presidente do Conselho de Administração:

- Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho

Nomeados pelo despacho n.º 7106/2015 (SET):

- Maria Teodora Osório Pereira Cardoso
- Daniel Bessa Fernandes Coelho
- Sérgio Tavares Rebelo

Presidentes do IGCP, E.P.E., que tenham concluído mandato:

- Vítor Augusto Brinquete Bento
- Vasco Manuel da Silva Pereira
- Alberto Manuel Sarmento Azevedo Soares

Membro do Conselho de Administração do Banco de Portugal

- Hélder Manuel Sebastião Rosalino

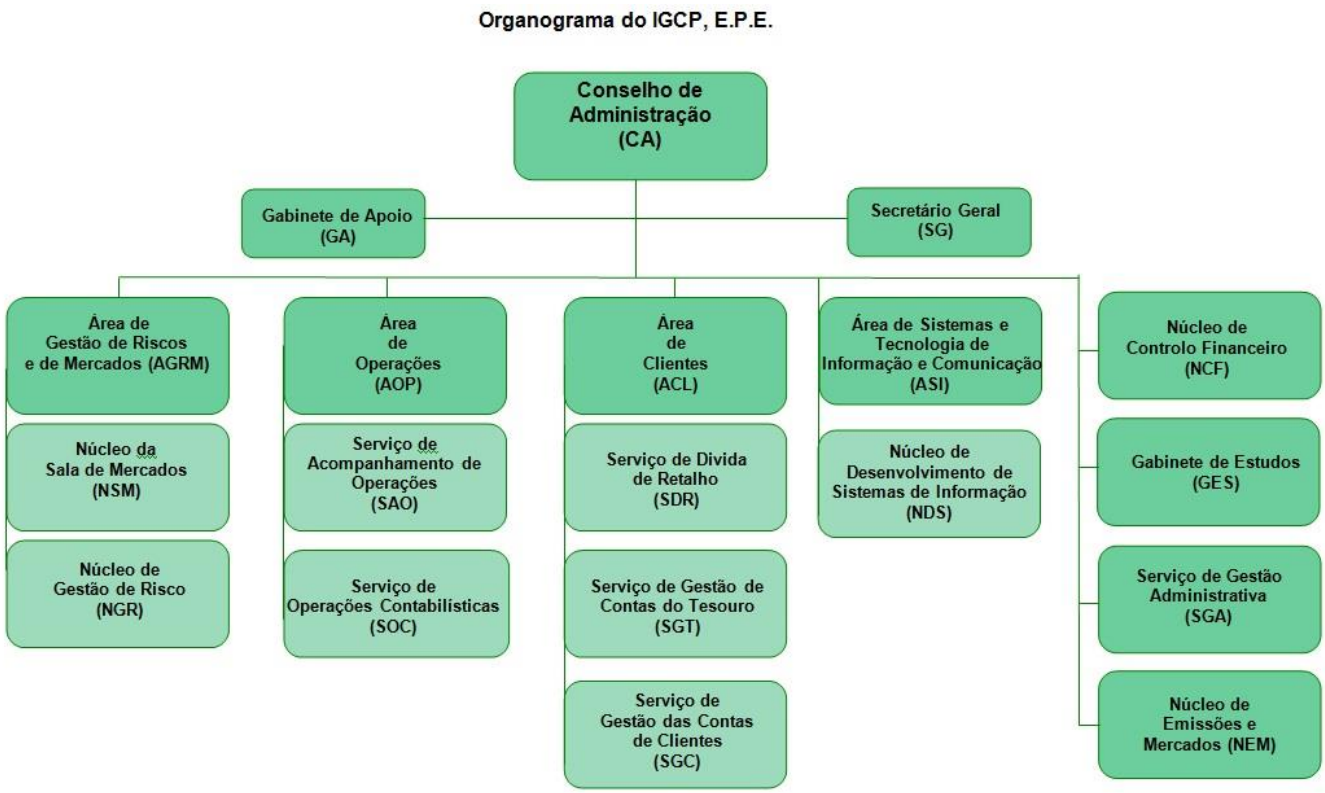
[3] Ana Paula de Sousa Freitas Madureira Serra – Apresentou a demissão 28 de novembro de 2017.

FISCAL ÚNICO

A fiscalização do IGCP, E.P.E. cabe a um Fiscal Único, que deve ser um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nomeado pelo membro do Governo responsável pela área das Finanças, para um mandato de 3 anos, eventualmente renovável por períodos iguais.

- Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados, representado pelo revisor oficial de contas Dr. José Maria Rego Ribeiro da Cunha

ORGANIZAÇÃO[4]



[4] Em vigor desde 31/10/2014

3. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

3.1 - COMENTÁRIO AO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E GERAIS DE 2017

Este Relatório, como previamente referido, tem como um dos seus principais objetivos informar com exatidão e clareza os resultados obtidos ao longo do ano e transmiti-los.

No plano institucional

O ano de 2017 fica registado por estabilidade quer a nível institucional, quer a nível da estrutura da organização.

No plano da gestão da tesouraria

Continuou a ser prestado um serviço bancário aos organismos da Administração Pública (AP), tendo ocorrido desenvolvimentos em diversas aplicações, condição para que o serviço prestado responda às necessidades dos clientes e prime pela qualidade, com especial destaque no *Homebanking* (HB).

No plano da dívida pública

Nesta área cumpriu-se o plano de financiamento, destacando-se:

- Emissões sindicadas;
- Emissões de Obrigações do Tesouro (OT) através de leilões;
- Pagamento antecipado de *tranches* do empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI) no âmbito do Programa de Assistência Económico Financeiro (PAEF).

O Programa de Bilhetes do Tesouro (BT) foi cumprido conforme delineado.

O trabalho promocional desenvolvido junto de investidores e operadores de dívida pública foi uma constante e revestiu-se de diferentes formas – *roadshows*, contatos com a comunicação social e a participação em seminários e conferências.

Na dívida a retalho destacam-se as três emissões de Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável (OTRV), bem como o início de da subscrição de dois novos produtos, a Série E de Certificados de Aforro e os Certificados do Tesouro Poupança Crescimento (CTPC), que por sua vez originaram o encerramento da Série D dos Certificados de Aforro e dos Certificados do Tesouro Poupança Mais (CTPM).

Salienta-se a existência de um novo canal de comercialização dos produtos de aforro, a Agência para a Modernização Administrativa, I. P. (AMA), cujas subscrições e resgates de instrumentos desmaterializados, passou a ser possível em 31 locais disseminados pelo país.

No plano da gestão de derivados do setor público empresarial

Deu-se continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido, dando as respostas adequadas à gestão de derivados do setor público empresarial.

Foram encontradas as estratégias de gestão ativa do risco de taxa de juro, com recurso a derivados e/ou futuros, com vista à minimização do custo da dívida numa ótica de médio/longo prazo.

No plano Organizativo

Consolidaram-se as responsabilidades que têm sido atribuídas ao IGCP, E.P.E., prosseguiram-se as condições para implementar a Diretiva do Branqueamento de Capitais e do Combate ao Terrorismo, bem como foi dado início à aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

4. GRAU DE EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS E PROJETOS DE 2017

4.1 - AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS

UNIDADE DE ESTRUTURA	OBJETIVOS		AVALIAÇÃO FINAL (%)			
	N.º	DESIGNAÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
GA	1	Dotar o IGCP, E.P.E. de ferramentas na área das Tecnologias da Informação e Comunicação, que permitam por um lado tratar a informação e por outro a sua comunicação, associação preponderante à tomada de decisão e ao sucesso da organização.	ANL			
	1	Assessoria jurídica referente à utilização de instrumentos internos/domésticos de financiamento.				100
	2	Assessoria jurídica às emissões de dívida pública e à criação e desenvolvimento de novos instrumentos de dívida.				100
	3	Apoio jurídico à AGRM na diversificação de instrumentos de gestão de liquidez, e na revisão da estrutura documental de suporte às operações de gestão da dívida e da liquidez.				100

UNIDADE DE ESTRUTURA	OBJETIVOS		AVALIAÇÃO FINAL (%)			
	N.º	DESIGNAÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
SG	1	Revisão/atualização do enquadramento normativo e regulamentar que rege a missão e a estrutura institucional da Agência por via: a)Da revisão do regime jurídico da tesouraria; b)Do ajustamento da Lei-Quadro da Dívida Pública; c)Da revisão dos estatutos do IGCP, E.P.E.	ANL			
	2	Coadjuvar a implementação duma estrutura integrada e global de *compliance* no IGCP, E.P.E.	ANL			

UNIDADE DE ESTRUTURA	OBJETIVOS		AVALIAÇÃO FINAL (%)			
	N.º	DESIGNAÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
AGRM	1	Continuar a investir na melhoria contínua da Gestão da Carteira de Dívida e da Liquidez, se possível introduzindo novos instrumentos. Acompanhar , de forma dinâmica, as coberturas cambiais da carteira e os derivados das Entidade Pública Reclassificada (EPR).				100
	2	Melhorar o enquadramento em que o IGCP, E.P.E. presta assessoria financeira a outras entidades da Aministração Pública (AP). **(1)**			50	

UNIDADE DE ESTRUTURA		OBJETIVOS		AVALIAÇÃO FINAL (%)			
		N.º	DESIGNAÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
ACL	SDR	1	Assegurar o tratamento e o controlo operacional das operações da dívida de retalho, incluindo o atendimento ao público				100
		2	Assegurar o controlo das operações efetuadas através do *AforroNet,* promovendo a sua utilização				100
		3	ssegurar o tratamento dos dados transmitidos pelo IRN, efetuando a respetiva anulação de dívida				100
	SGT	1	Assegurar o controlo operacional dos fluxos financeiros e de informação da Rede de Cobranças do Estado				100
		2	Assegurar o controlo dos fluxos financeiros das caixas do tesouro e certicação das respetivas contas de gerência				100
		3	Assegurar o controlo da faturação recebida dos bancos que prestam serviços bancários ao IGCP, E.P.E. no âmbito dos diversos contratos celebrados				100
	SGC	1	Assegurar o apoio aos Clientes Institucionais na utilização dos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP, E.P.E.				100
		2	Assegurar a emissão de pareceres relativos aos pedidos de dispensa do cumpimento do princípio da unidade de tesouraria do Estado				100
		3	Assegurar o esclarecimento aos Clientes Institucionais quanto à boa utilização do *Homebanking (HB)*				100

UNIDADE DE ESTRUTURA		OBJETIVOS		AVALIAÇÃO FINAL (%)			
		N.º	DESIGNAÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
AOP	SAO		Garantir a liquidação das operações contratadas com qualidade, rigor e eficiência.				100
			Garantir um maior automatismo no tratamento dos pagamentos na ordem externa.	10			
			Promover a integração e a melhoria dos reportes de suporte à atividade da tesouraria.		25		
	SOC		Implementar o Sistema de Normalização. Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) na Contabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública (FRDP)				100
			Introduzir melhorias na Contabilidade da Dívida tendo presente a adoção, em 2018, do SNC-AP				75
			Promover a venda de Consolidados na posse de Pessoas Coletivas				100

UNIDADE DE ESTRUTURA		OBJETIVOS		AVALIAÇÃO FINAL (%)			
		N.º	DESIGNAÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
ASI	ASI		Actualizar a infraestrutura tecnológica e desenvolver projectos de forma a atingir os objectivos definidos pelo IGCP, E.P.E. para a Gestão da Tesouraria em 2017, com a atualização tecnológica dos sistemas, nomeadamente, do Homebanking, a criação das condições ao nível das infraestruturas de suporte para o novo Sistema de Débitos Diretos, *Single Euro Payments Area (SEPA)* e reforço das condições de segurança				90
			Actualizar a infraestutura tecnológica e desenvolver projectos de forma a atingir os objectivos definidos pelo IGCP, E.P.E. para a Gestão da Dívida Pública em 2017, através da actualização tecnológica dos sistemas, nomeadamente do *Wall Street Suite (WSS)* e reforço das condições de segurança				100
			Actualizar a infraestrutura tecnológica e desenvover projectos de forma a atingir os objectivos definidos pelo IGCP, E.P.E. ao nível organizativo em 2017, através, nomeadamente, do incremento da segurança interna, da continuação do desenvolvimento da solução de *Disaster Recovery e* na gestão dos serviços das tecnologias da informação.				90
	NDS		Conceber, desenvolver, adaptar e implementar sistemas de informação por forma a atingir os objectivos definidos pelo IGCP, E.P.E. para a Gestão da Tesouraria em 2017, através, nomeadamente, a implementação de um novo sistema de *Single Euro Payments Area - Débitos Diretos (SEPADD)* e um novo sistema de *Homebanking* .				90
			Conceber, desenvolver, adaptar e implementar sistemas de informação por forma a atingir os objectivos definidos pelo IGCP, E.P.E. para a Gestão da Dívida Pública em 2017, nomeadamente do projeto de uma nova série e da implementação de um novo canal.				90
			No âmbito organizacional, revisão do processo de suporte à *Framework* de Desenvolvimento.				100

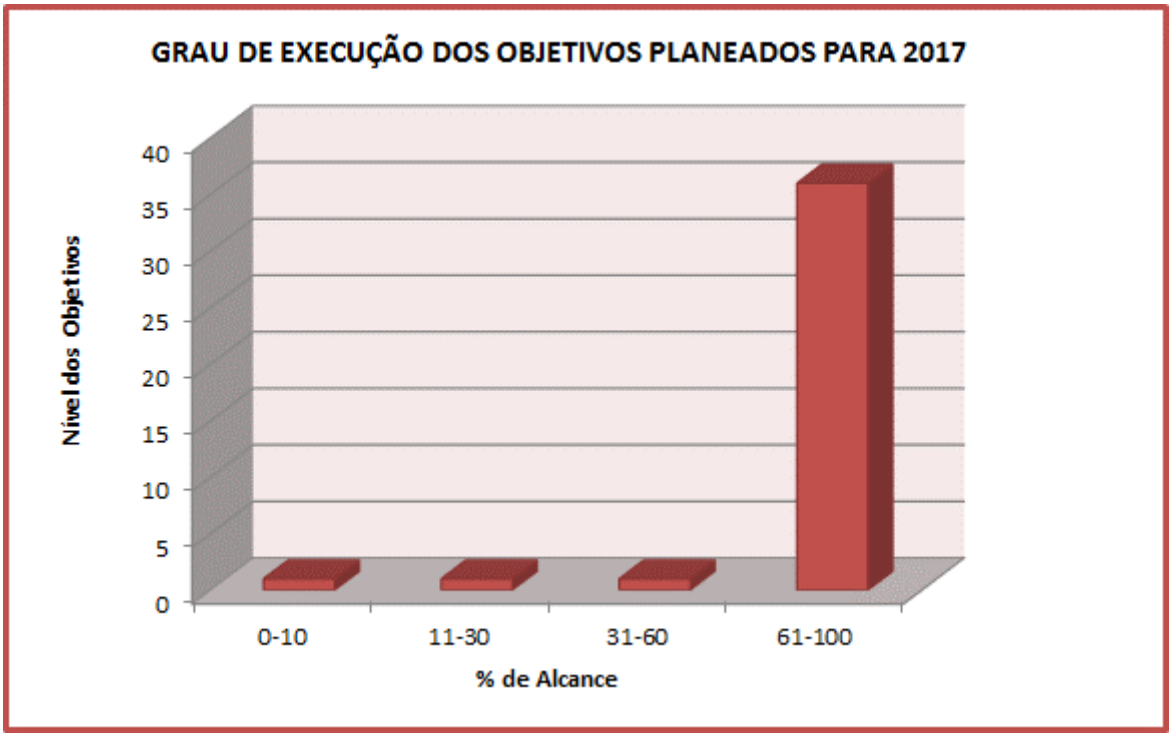
UNIDADE DE ESTRUTURA	OBJETIVOS		AVALIAÇÃO FINAL (%)			
	N.º	DESIGNAÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
NEM		Executar o programa de financiamento de 2017, através da combinação de emissões via sindicatos, e leilões regulares de Obrigações do Tesouro (OT)				100
		Consolidação da estratégia de comunicação ativa com a base de investidores na dívida pública portuguesa, de forma a informar os investidores sobre os desenvolvimentos orçamentais, evolução macroeconómica e o cumprimento do plano de financiamento				75
		Acompanhamento regular e dinâmico do grupo de operadores Especializados de Valores do Tesouro (OEVT), de forma a garantir a liquidez do mercado secundário				75
		Alargamento/diversificação das fontes de financiamento. Explorar possibilidades de emissão em novos instrumentos, como por ex. *Panda, Sukuk e Green bonds* e continuar a explorar oportunidades no mercado doméstico.				50

UNIDADE DE ESTRUTURA	OBJETIVOS		AVALIAÇÃO FINAL (%)			
	N.º	DESIGNAÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
GES		Aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento da economia portuguesa e europeia, de forma a melhorar a previsão de evolução das variáveis macroeconómicas mais relevantes.				80
		Aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento do mercado de dívida pública, para antecipar impactos de alterações institucionais.				80
		Acompanhar a implementação da LEO e do SNC-AP e avaliar impactos na atualização da informação estatística da dívida e no modelo de gestão de Tesouraria.				80

UNIDADE DE ESTRUTURA	OBJETIVOS		AVALIAÇÃO FINAL (%)			
	N.º	DESIGNAÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
NCF		Contribuir para o aprofundamento do conhecimento das funcionalidades do *Wallstreet Suite* e para a otimização na sua utilização pelo IGCP, E.P.E. e desenvolver metodologias de estimação de modelos de taxa de juro e câmbio para avaliação de risco (de mercado e de crédito)				90
		Continuar a investir na abrangência e atualização do normativo interno do IGCP, E.P.E (incluindo um Plano de Prevenção de Riscos Globais) e preparar a transição da certificação do Sistema de gestão da Qualidade -SGQ do IGCP, E.P.E. para a *ISO 9001:2015* .				83
		Garantir um mínimo de 6 auditorias internas e 1 auditoria interna ao SGQ.				100

UNIDADE DE ESTRUTURA	OBJETIVOS		AVALIAÇÃO FINAL (%)			
	N.º	DESIGNAÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
SGA		Manter a politica de redução de custos e de racionalização de compras				80
		Iniciar uma politica de desmaterialização arquivo relativamente a alguns tipos de documentos				85
		Implementar o SNC-AP				95

(1) **Novo Objetivo**
ANL **Anulado**


GRAU DE EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS PLANEADOS PARA 2017
Nível dos Objetivos
40
35
30
25
20
15
10
5
0
0-10
11-30
31-60
61-100
% de Alcance

4.2 - AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

UNIDADE DE ESTRUTURA	PROJETOS		AVALIAÇÃO FINAL (%)			
	N.º	DESIGNAÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
GA	1	Atualização do site institucional do IGCP, E.P.E. **(1)**	ANL			
	2	Implementação de um novo sistema de gestão documental	AD			
	2-A	Assessoria jurídica às emissões de dívida pública e gestão de tesouraria **(2)**				100

UNIDADE DE ESTRUTURA	PROJETOS		AVALIAÇÃO FINAL (%)			
	N.º	DESIGNAÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
SG	3	Revisão do regime jurídico da tesouraria do Estado **(1)**	ANL			
	4	Alteração da Lei-Quadro da Dívida Pública (Lei nº 7/98, de 3 de fevereiro) **(1)**	ANL			
	5	Definição dos critérios de verificação/confirmação da faturação emitida por prestadores de serviços ao IGCP, E.P.E. *maxime*, assessores jurídicos externos				75
	6	Implementação no IGCP, E.P.E. de uma estrutura integrada e global de *compliance*	ANL			
	7	Revisão do enquadramento jurídico-institucional do IGCP, E.P.E. **(1)**	ANL			

UNIDADE DE ESTRUTURA		PROJETOS		AVALIAÇÃO FINAL (%)			
		N.º	DESIGNAÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
AGRM	NSM	8	Intervenção no mercado da dívida pública				90
		9	Instrumentos para gestão da carteira e liquidez				100
		10	Protocolo Assessoria Financeira **(1)**	ANL			

UNIDADE DE ESTRUTURA		PROJETOS		AVALIAÇÃO FINAL (%)			
		N.º	DESIGNAÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
AOP	SAO	11	Mapas e *Report*				100
		12	*Target2*				100
		13	*Swift*				100
		14	Folha de Tesouraria			50	
		15	*Target2S*				100
		16	Ficheiro de Pedidos de Transferência Internacionais (PTI) – comunicação com o *SWIFT*		25		
		17	*Sanction Screening*	10			
	SOC	18	Implementação do Sistema de Normalização. Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) na Contabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública (FRDP)				100
		19	Monitorização da aplicação do SNC-AP				100
		20	Preparação da implementação do SNC-AP				70
		21	*Wallstreet Systems Suite/ Accounting Modul (WSS - ACM)* Atualização do Plano de Contas				75
		22	Promover a venda de Consolidados na posse de Pessoas Coletivas				100

UNIDADE DE ESTRUTURA		PROJETOS		AVALIAÇÃO FINAL (%)			
		N.º	DESIGNAÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
ACL	SGT	23	Implementação dos serviços bancários de apoio às Caixas do Tesouro				100
		24	Concurso para a prestação do serviço de cobrança Documento Único de Cobrança (DUC) **(1)**	ANL			
		24 -A	Lançamento de concurso por convite a 4 Bancos para prestação dos serviços bancários de apoio às Caixas do Tesouro, em resultado da denúncia do contrato por parte do MBCP **(2)**				100

UNIDADE DE ESTRUTURA		PROJETOS		AVALIAÇÃO FINAL (%)			
		N.º	DESIGNAÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
ASI	ASI	25	Actualização dos sistemas de gestão interna, promoção e suporte das Tecnologias da informação e comunicação (TIC)				100
		26	Atualização da infraestrutura de suporte a sistemas (*Wall Street Suite* componente aplicacional e de base de dados e *Cluster de VMWare)* com evolução e atualização da virtualização da infraestrutura				100
		27	Atualização da infraestrutura e do software base dos equipamentos do Homebanking e criação da funcionalidade de expurgo no sistema de certificação digital				90
		28	Novo Sistema de Débitos Diretos *SEPA (Single Euro Payments Area*) - criação das condições ao nível da infraestrutura tecnológica de suporte				100
		29	Actualização da Infraestrutura de segurança				100
		30	Ambiente de Recuperação de Desastres (continuação)				80
	NDS	31	*Homebanking* - Novas Funcionalidades				90
		32	*Homebanking* - Novo sistema				50
		33	Sistema de Contas Correntes (SGT) – Novas Funcionalidades				100
		34	Sistema de Produtos de Aforro (SPA) - Novas Funcionalidades				90
		35	*AforroNet* - Novas Funcionalidades				90
		36	*Single Euro Payments Area Direct Debit (SEPADD*) - Novo sistema				100
		37	*Wallstreet Systems Suite (WSS)* - Elaboração relatórios para a Contabilidade **(1)**	ANL			
		38	Framework de Desenvolvimento				100

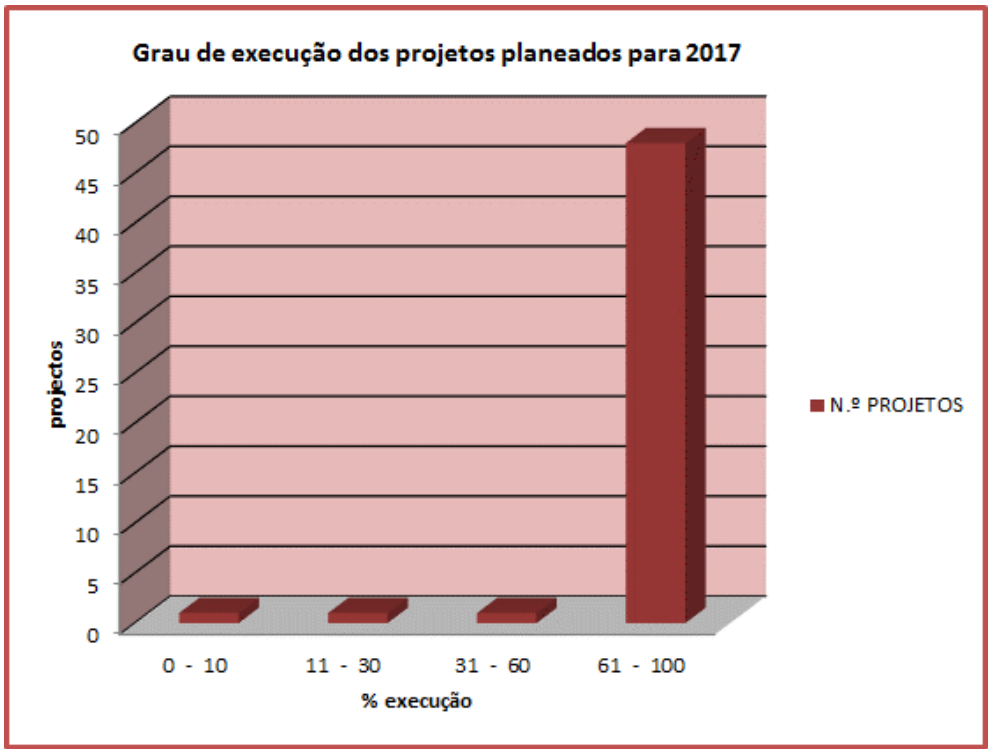
UNIDADE DE ESTRUTURA	PROJETOS		AVALIAÇÃO FINAL (%)			
	N.º	DESIGNAÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
NCF	39	Plano de Prevenção de Riscos Globais (incluindo riscos de corrupção e infrações conexas)				100
	40	Plano Anual de Auditoria Interna				100
	41	Expansão e Atualização do Normativo Interno				100
	42	Certificação ao abrigo da *ISO 9001:2015*				100
	43	Formação Interna *Wallstreet Suite*				80
	44	Análise das Potencialidades do *LimeSurvey* para avaliação da satisfação dos clientes do IGCP, E.P.E.				100
	45	Estimação de modelos de taxas de juro e de câmbio para avaliação de risco (de mercado e de crédito)				100

UNIDADE DE ESTRUTURA	PROJETOS		AVALIAÇÃO FINAL (%)			
	N.º	DESIGNAÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
GES	46	Modelos de previsão de variáveis macroeconómicas				80
	47	Alterações institucionais				100
	48	Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) + SNC-AP				100
	48-A	Análise do *rating* da República e comunicação com agências de *rating* **(2)**				100
	48-B	Assessoria na preparação de novas emissões / novos produtos **(2)**				100
	48-C	Análise a produtos de aforro **(2)**				100
	48-D	Reorganização e classificação do arquivo digital do GES **(2)**				80
	48-E	*Monthly snapshot* **(2)**				100

UNIDADE DE ESTRUTURA	PROJETOS		AVALIAÇÃO FINAL (%)			
	N.º	DESIGNAÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
SGA	49	Desmaterialização das justificações de faltas				100
	50	Apresentação de contas em SNC-AP **(1)**	ANL			
	51	Negociação dos contratos de prestação e serviços				80

UNIDADE DE ESTRUTURA	PROJETOS		AVALIAÇÃO FINAL (%)			
	N.º	DESIGNAÇÃO	0-10	11-30	31-60	61-100
NEM	52	Continuar a garantir o acesso de Portugal ao mercado, emitindo em vários pontos da curva e abertura de pelo menos um novo *benchamark*				100
	53	Elaboração plano de *marketing* para 2017				100
	54	*Primary Dealers Guide Book*				75

ANL	1) Projeto anulado, visto que o foco deixou de ser relevante
	2) Projetos Novos
AD	Adiado



ANÁLISE DOS PROJETOS DO PLANO DE ATIVIDADES 2017

UNIDADES ESTRUTURA		PROJETOS				
		INICIAIS	NOVOS	ADIADO	ANULADO	TERMINADO
GA		2	1	1	1	1
SG		5			4	0
AGRM	NSM	3			1	1
AOP	SAO	7				4
	SOC	5				3
ACL	SGT	2	1		1	2
ASI	ASI	6				4
	NDS	8			1	3
NCF		7				6
GES		3	5			6
SGA		3			1	1
NEM		3				2
	TOTAIS	**54**	**7**	**1**	**9**	**33**

INICIAIS	NOVOS	ADIADOS	ANULADOS	TERMINADOS	GRAU EXECUÇÃO
54	7	1	9	33	54%

4.3 - AVALIAÇÃO DOS PROJETOS PELAS UNIDADES DE ESTRUTURA

Unidade de Estrutura	GA - JUR			
PROJETO N.º	2-A			
Identificação do Projeto	**Assessoria jurídica às emissões de dívida pública e gestão de tesouraria**			
Enquadra-se no Objetivo	1-2-3			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	(i) Assessorar do ponto de vista legal o Conselho de Administração e as áreas internas responsáveis pela emissão e gestão de dívida pública na criação e desenvolvimento de novos instrumentos de dívida. (ii) análise de novos instrumentos de gestão de liquidez que permitam responder às necessidades identificadas pela UE. (iii) prestação do apoio necessário às negociações da documentação nas operações reporte e de derivados financeiros.			
Data de Início	Janeiro			
Data de Conclusão	Dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25%	25%	25%	25%
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			75%	
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's - - - - U.E. Liderante				
	GA-Jur			
Estimativa de Custo*				

Unidade de Estrutura	**SG**			
PROJETO N.º	**5**			
Identificação do Projeto	**Definição dos critérios de verificação/confirmação da faturação emitida por prestadores de serviços ao IGCP, E.P.E. *maxime*, assessores jurídicos externos**			
Enquadra-se no Objetivo	1			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Definir critérios a serem adotados na verificação/confirmação da faturação apresentada por referência a serviços prestados por terceiros ao IGCP, E.P.E. nomeadamente, por sociedades de advogados. Apresentar proposta de NI tendo como objeto esta matéria, contemplando, essencialmente: - a delimitação das tarefas faturáveis (em função do objeto dos contratos em apreço que é a prestação de serviços técnicos especializados); - identificação das despesas reembolsáveis pelo IGCP, E.P.E. e critérios de reembolso das mesmas; - identificação dos níveis de responsabilidade interna pela verificação/confirmação das faturas, prévias respetivo pagamento			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	março			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	100			
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**0**	**75%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre	Falta revisão da última versão da Norma de Procedimento elaborada sobre o tema em articulação com o NCF e aprovação da mesma pelo CA			
Interage com a(s) U.E's	NCF			
----- U.E. Liderante	SG			
Estimativa de Custo*				

NOTA

Não consecução dos Objetivos é consequência do não desenvolvimento no exercicio de 2017 dos Projetos com os mesmos relacionados.

Unidade de Estrutura	**NSM**			
PROJETO N.º	**8**			
Identificação do Projeto	**Intervenção no mercado da dívida pública**			
Enquadra-se no Objetivo	1			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Com este projeto pretende-se definir as regras e procedimentos que devem nortear a intervenção do IGCP, E.P.E. no mercado secundário da dívida pública, elaborar uma proposta ao CA nesse sentido e proceder à implementação do que for aprovado.			
Data de Início	fevereiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	20%	60%	10%	
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**90%**	**90%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's	NCF, NEM			
- - - -				
U.E. Liderante	NSM			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**9**			
Identificação do Projeto	**Instrumentos para gestão da carteira e liquidez**			
Enquadra-se no Objetivo	1			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Com este projecto pretende-se continuar o trabalho de identificação de necessidades e proposta de estratégia ao nível da gestão da carteira de dívida e da liquidez. Em particular, desenvolver os esforços necessários para a diversificação de instrumentos de gestão de liquidez, e intensificar as operações de gestão tática de posições, com vista a garantir uma presença contínua no mercado.			
Data de Início	fevereiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	20%	40%	20%	20%
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE	**20%**	**40%**	**40%**	**0%**
observação 1.º trimestre	Em relação ao posicionamento tácito, constata-se que, face ao cenário para evolução das taxas, o mesmo tem sido conseguido através das emissões, pelo que não se justifica o recurso a derivados de taxa de juro, não obstante a análise deste posicionamento ser feito de forma continua. Quanto à gestão da liquidez, o NSM ainda fez duas propostas de actuação ao CA, mas verdadeiramente o mercado monetário e as circunstancias especificas de aplicação de liquidez do Estado não justificam o recurso a novos instrumentos, sendo a melhor solução numa perspectiva retorno/risco o deposito junto do BdP.			
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's	Gab-Jur - NCF			
U.E. Liderante	NSM			
Estimativa de Custo*				

NOTA

Relativamente ao objectivo, consideramos que foi alcançado, com particular incidencia na gestão das coberturas cambiais, e com menos relevância na gestão do risco de taxa de juro e na gestão da liquidez, num mercado ainda muito distorcido pelas medidas de política monetaria não ortodoxas.

Quanto ao objectivo 2 verificou-se em 2017 uma alteração de contexto, na medida em que são muito menos frequentes os pedidos de parecer das empresas publicas e das regiões, e começam a surgir com mais frequência pedidos de análise e parecer provenientes da Tutela, sobre outras operações de natureza financeira, geralmente com maior complexidade. Dos 30 pedidos de parecer de 2017, 15 foram solicitados por SEAFIN ou DGTF, 7 tiveram origem na RAM/SEAFIN e 8 em empresas (dos quais 4 respeitaram a uma mesma operação duma só empresa).

Em contrapartida, estão-se a tornar cada vez mais relevantes os pedidos de análise (por parte do GPEARI e REPER) de documentação de suporte a reuniões do SEAFIN na UE/EG/ESM.

Unidade de Estrutura	**SAO**			
PROJETO N.º	**11**			
Identificação do Projeto	**Mapas e *Report***			
Enquadra-se no Objetivo	3			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Automatizar a informação interna fornecida pelos vários sistemas, agrupando de forma mais estruturada os diversos temas facilitando a disponibilização de reportes para o exterior e utilização interna.			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25	**25**	**25**	
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**100%**	
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre	Concluida			
observação 4.º trimestre	Concluida			
Interage com a(s) U.E's				

U.E. Liderante	SAO			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**12**			
Identificação do Projeto	***Target2***			
Enquadra-se no Objetivo				
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Participação nos testes dentro dos prazos estabelecidos pela SIBS e Banco de Portugal para o lançamento de novas releases e mecanismos de contingência			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25	**25**	**25**	**25**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**75%**	**100%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre	Concluida			
Interage com a(s) U.E's	NDS			
U.E. Liderante	SAO			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**13**			
Identificação do Projeto	***Swift***			
Enquadra-se no Objetivo				
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Participação nos testes dentro dos prazos estabelecidos pela SIBS para o *upgrade* do sistema *Swift*			
Data de Início	julho			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
			50	**50**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**50%**	**100%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre	Concluida			
Interage com a(s) U.E's	ASI			
- - - -				
U.E. Liderante	SAO			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**14**			
Identificação do Projeto	**Folha de Tesouraria**			
Enquadra-se no Objetivo	1			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Melhorar a informação interna fornecida pelos sistemas de pagamentos através da recolha da informação de forma agregada num novo programa em substituição da base de dados access residente no SAO, com o objetivo de melhorar a informação disponibilizada na folha de tesouraria.			
Data de Início	abril			
Data de Conclusão	setembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
		50	**50**	
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**25%**	**25%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre	Saida da colaboradora afeta ao projecto			
observação 4.º trimestre	Saida da colaboradora afeta ao projecto			
Interage com a(s) U.E's	ASI			
- - - -				
U.E. Liderante	SAO			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**15**			
Identificação do Projeto	***Target2S***			
Enquadra-se no Objetivo				
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Participação nos testes de acordo com as ondas de migração em curso.			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25	**25**	**25**	**25**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**100%**	
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre	Concluida			
observação 4.º trimestre	Concluida			
Interage com a(s) U.E's				

U.E. Liderante	SAO			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**16**			
Identificação do Projeto	**Ficheiro de Pedidos de Transferência Internacionais (PTI) – comunicação com o *SWIFT***			
Enquadra-se no Objetivo	**2**			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Desenvolver a integração entre o ficheiro PTI gerado pelos pedidos de pagamento na ordem externa no *HB* e o *swift*, permitindo ao SAO deixar de introduzir manualmente as transferências.			
Data de Início	abril			
Data de Conclusão	junho			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
		100		
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**25%**	
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre	Dependente de desenvolvimentos do NDS			
observação 4.º trimestre	Dependente de desenvolvimentos do NDS adiado 2018			
Interage com a(s) U.E's	NDS			
U.E. Liderante	SAO			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**17**			
Identificação do Projeto	***Sanction Screening***			
Enquadra-se no Objetivo				
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Desenvolver a utilização do *Sanction Screening* como forma de implementação de controlos necessários ao cumprimento da Diretiva do Branqueamento de Capitais e do Combate ao Terrorismo.			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25	**25**	**25**	**25**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**10%**	
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's	ASI			
U.E. Liderante	SAO			
Estimativa de Custo*				

NOTA

Os projetos e objetivos não alcançados são devido à saída de colaboradora do SAO que tinha conhecimentos informáticos avançados para melhorar a integração da folha de tesouraria com os sistemas e ao adiamento de tarefas para 2018, determinado por projetos prioritários.

Unidade de Estrutura	**SOC**			
PROJETO N.º	**18**			
Identificação do Projeto	**Implementação do Sistema de Normalização. Contabilística para as**			
Enquadra-se no Objetivo	1			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Este projeto visa implementar o novo referencial contabilístico (SNC-AP) no registo das operações realizadas pelo FRDP. Este projeto dá continuidade ao projeto de 2016 com o nº 5 - *Colaborar no projeto de implementação do SNC-AP.*			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	70%	**20%**	**5%**	**5%**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE	**95%**	**0**	**0**	**5**
observação 1.º trimestre	Implementação total do SNC-AP na Contabilidade do FRDP, abrangendo todos os tipos de operações.			
observação 2.º trimestre	-			
observação 3.º trimestre	-			
observação 4.º trimestre	Realização de testes na exportação de dados para a plataforma S3CP.			
Interage com a(s) U.E's				
U.E. Liderante	SOC			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**19**			
Identificação do Projeto	**Monitorização da aplicação do SNC-AP**			
Enquadra-se no Objetivo	1			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Este projeto visa monitorizar o processo de implementação do SNC-AP na Contabilidade do FRDP e inclui diversas ações de controlo tais como: comparação entre os resultados extraídos da contabilidade em Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e os que são produzidos de acordo com o novo referencial contabilístico, análise dos mapas produzidos de acordo com o SNC-AP e análise comparativa dos mapas que suportam a conta de gerência produzidos pelos 2 referenciais.			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25%	**25%**	**25%**	**25%**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE	**25%**	**25%**	**25%**	**25%**
observação 1.º trimestre	Foram monitorizados os resultados do 1º trimestre.			
observação 2.º trimestre	Foram monitorizados os resultados do 2º trimestre.			
observação 3.º trimestre	Foram monitorizados os resultados do 3º trimestre.			
observação 4.º trimestre	Foram monitorizados os resultados do 4º trimestre.			
Interage com a(s) U.E's				
- - - -				
U.E. Liderante	SOC			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**20**			
Identificação do Projeto	**Preparação da implementação do SNC-AP**			
Enquadra-se no Objetivo	2			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Este projeto visa criar as condições para que o SNC-AP seja adotado na Contabilidade da Dívida em 2018. Este projeto será executado através das saeguintes fases: - Análise do Plano de Contas; - *Accounting Modul/ Wallstreet Systems Suite (ACM/WSS)* ; - Mapeamento das contas para o SNC-AP; - Esclarecimento de dúvidas; - Definição das contas que integram o Plano de Contas do SNC-AP que deverão ser utilizadas na contabilização das operações realizadas no âmbito da gestão da dívida pública.			
Data de Início	abril			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
		40%	**30%**	**30%**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE		**0%**	**0%**	**70%**
observação 1.º trimestre	-			
observação 2.º trimestre	Adiado pelo facto da ação de formação em SNC_AP não ter sido realizada em tempo oportuno.			
observação 3.º trimestre	Adiado pelo facto da ação de formação em SNC_AP não ter sido realizada em tempo oportuno. Este projeto foi iniciado em outubro.			
observação 4.º trimestre	Efetuado o mapeamento do Plano de Contas para SNC-AP.			
Interage com a(s) U.E's				
U.E. Liderante	SOC			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**21**			
Identificação do Projeto	***Wallstreet Systems Suite/ Accounting Modul (WSS - ACM)*** **Atualização do Plano de Contas**			
Enquadra-se no Objetivo	2			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Este projeto tem como finalidade introduzir ajustamentos no Plano de Contas que será utilizado em 2017 para contabilizar as operações realizadas no âmbito da gestão da dívida pública (este plano manter-se-à ajustado ao POCP), quer em termos de nível de desagregação das contas contabilísticas quer no que respeita à designação que as mesmas apresentam.			
Data de Início	abril			
Data de Conclusão	junho			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
		100%		
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE		**50%**		**25%**
observação 1.º trimestre	-			
observação 2.º trimestre	Introdução de ajustamentos nas contas de disponibilidades associadas aos fluxos financeiros com origem no SDR.Os restantes 50% foram adiados para o 4º Trimestre.			
observação 3.º trimestre	-			
observação 4.º trimestre	Definição da estratégia de introdução, no Plano de Contas da Dívida, da conta no balcão 0033 e respetivas regras de contabilização dos PLC e das transferências do balcão 0033 para o balcão 0057. A implementação destas alterações ocorreu em 2018 mas todo o trabalho de definição da estratégia de implementação ocorreu no último trimestre de 2017.			
Interage com a(s) U.E's				
- - - -				
U.E. Liderante	SOC			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**22**			
Identificação do Projeto	**Promover a venda de Consolidados na posse de Pessoas Coletivas**			
Enquadra-se no Objetivo	3			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Este projeto visa propor aos detentores de Consolidados que sejam pessoas coletivas a venda dos títulos na sua posse. Este projeto inclui fases distintas tais como: análise da base de dados no sentido de averiguar a necessidade de se proceder a ajustamentos nas moradas, envio de ofícios aos detentores dos títulos e tratamento das suas respostas. Em cada um dos trimestres deverão ser enviados os ofícios aos detentores de cada um dos 4 Consolidados.			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25%	**25%**	**25%**	**25%**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE	**0%**	**0%**	**0%**	**100%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre	Este projeto foi iniciado em outubro por orientação do CA e executado em 100% até ao final de 2017.			
Interage com a(s) U.E's				
- - - -				
U.E. Liderante	SOC			
Estimativa de Custo*				

NOTA

Os objetivos que integraram o plano de atividades do SOC para o ano 2017 foram concretizados na íntegra à exceção de um cujo grau de concretização atingiu, apenas, os 75%.

De facto, não se pode considerar que o objetivo nº 2 (Introduzir melhorias na Contabilidade da Dívida tendo presente a adoção, em 2018, do SNC-AP) tenha sido totalmente atingido porquanto não foi possível definir as contas e as regras de contabilização, em SNC-AP, associadas aos instrumentos financeiros.

Importa mencionar que a ação de formação, facultada pela *KPMG* através da Unileo, realizou-se no final do ano 2017.

Quanto ao objetivo nº 2 (Implementar o Sistema de Normalização. Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) na Contabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública (FRDP) o grau de concretização foi de 100%, tendo o processo de contabilização em SNC-AP sido iniciado em janeiro de 2017, em paralelo com a contabilização em POCP.

Ao longo do ano foram extraídas as demonstrações financeiras em SNC-AP e monitorizados os resultados. Por outro lado, também o objetivo nº 3 (Promover a venda de Consolidados na posse de Pessoas Coletivas) foi totalmente cumprido tendo sido enviadas cartas a todos os detentores (pessoas coletivas) de Consolidados propondo a alienação dos mesmos aos IGCP, E.P.E..

Relativamente aos projetos verificamos que aqueles que se encontram associados aos objetivos nº 1 e nº 3 atingiram um grau de alcance de 100% e neste universo encontram-se os projetos nº 18 (Implementação do SNC-AP na Contabilidade do FRDP), nº 19 (Monitorização da aplicação do SNC-AP) e nº 22 (Promover a venda de Consolidados).

Por analogia ao resultado obtido no objetivo nº 2 os projetos a ele associados (nº 20 e 21) não foram totalmente cumpridos sendo de seguida apresentadas as justificações individuais para tal situação.

O projeto nº 20 não foi totalmente cumprido, obtendo um grau de execução de 70%, uma vez que falta definir um conjunto de contas a utilizar na contabilidade da dívida para as quais não existe correspondência direta no SNC-AP bem como as que estão associadas na contabilização dos instrumentos financeiros no âmbito do novo referencial contabilístico.

O projeto nº 21 obteve um grau de execução ligeiramente superior (75%) porque foram introduzidos ajustamentos, nomeadamente ao nível das contas de disponibilidades, tendo ficado a faltar pequenos ajustamentos nas contas de resultados (custos e proveitos).

Unidade de Estrutura	**SGT**			
PROJETO N.º	**23**			
Identificação do Projeto	**Implementação dos serviços bancários de apoio às Caixas do Tesouro**			
Enquadra-se no Objetivo	2			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Acompanhamento e controlo na implementação das disposições contratuais a celebrar com os 2 Bancos adjudicatários, promovendo em simultâneo a descontinuidade do serviço atual			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	março			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	50	**50**		
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**100%**	
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's	GA			
- - - -				
U.E. Liderante	SGT			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**24 - A**			
Identificação do Projeto	**Lançamento de concurso por convite a 4 Bancos para prestação dos serviços bancários de apoio às Caixas do Tesouro, em resultado da denúncia do contrato por parte do MBCP**			
Enquadra-se no Objetivo	2			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Satisfazer os serviços bancários às Caixas do Tesouro			
Data de Início	outubro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE				**100%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's	GA			
- - - -				
U.E. Liderante	SGT			
Estimativa de Custo*				

Unidade de Estrutura	ASI			
PROJETO N.º	25			
Identificação do Projeto	**Actualização dos sistemas de gestão interna, promoção e suporte das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)**			
Enquadra-se no Objetivo	1-2-3			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Aquisição e substituição de equipamentos, nomeadamente, de microcomputadores, monitores, impressoras e telefones. Aquisição de licenciamento e instalação de novas versões de *software* de produtividade individual; implementação de uma plataforma de gestão de dispositivos móveis			
Data de Início	fevereiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**1.º trimestre**	**1.º trimestre**
	25%	**25%**	**25%**	**25%**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE	**25%**	**25%**	**20%**	**30%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's				
- - - - U.E. Liderante	ASI			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**26**			
Identificação do Projeto	**Atualização da infraestrutura de suporte a sistemas (*Wall Street Suite* componente aplicacional e de base de dados e *Cluster* de *VMWare*) com evolução e atualização da virtualização da infraestrutura**			
Enquadra-se no Objetivo	1 - 2 - 3			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Aquisição de solução de armazenamento de dados e de equipamentos para substituição da infraestrutura que se encontra em fim de vida. Esta infraestrutura suporta diversos sistemas como por exemplo *Wall Street Suite* na sua componente aplicacional e de base de dados, sistema de *backups* e o *Cluster de VMWare* que, por sua vez, suporta, entre outros, o servidor de ficheiros, o sistema de troca de mensagens financeiras entre o *WSS* e a *SWIFT*, o sistema de liquidação da *Euroclear*, o sistema de Gestão Documental *OfficeWoks*, o sistema de correio eletrónico, intranet e o *servicedesk*; virtualização de toda a estrutura de suporte ao *WSS*			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	outubro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25%	**25%**	**25%**	**25%**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE	**25%**	**25%**	**25%**	**25%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's				
- - - -				
U.E. Liderante	ASI			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**27**			
Identificação do Projeto	**Atualização da infraestrutura e do *software* base dos equipamentos do *Homebanking* e criação da funcionalidade de expurgo no sistema de certificação digital**			
Enquadra-se no Objetivo	2			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	*Upgrade* dos servidores do cluster de base de dados da Instância 1. Atualização de software base de equipamentos de suporte aos sistemas do IGCP,E.P.E. nomeadamente balanceadores de carga do *Homebanking.* *A* tualização das versões de *software* de *firewall* de perímetro entre servidores aplicacionais do *Homebanking* e as Bases de dados e entre a Internet e a *DMZ*. Avaliação e implementação de esquema de expurgos do sistema de certificados digitais, sobretudo no que respeita às assinaturas digitais, mantendo as assinaturas expurgadas num sistema on-line de retaguarda.			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	outubro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25%	**25%**	**25%**	**25%**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE	**25%**	**25%**	**25%**	**15%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre	Realização de outras tarefas prioritárias e abaixo elencadas			
Interage com a(s) U.E's				
- - - -				
U.E. Liderante	ASI			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**28**			
Identificação do Projeto	**Novo Sistema de Débitos Diretos *SEPA* (*Single Euro Payments Area*) - criação das condições ao nível da infraestrutura tecnológica de suporte**			
Enquadra-se no Objetivo	2			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Criação das condições tecnológicas para a instalação do novo Sistema de Débitos Diretos *SEPA*, quer ao nível da componente aplicacional quer ao nível da componente de base de dados			
Data de Início	abril			
Data de Conclusão	setembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
		50%	**50%**	
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE		**50%**	**50%**	
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's				
- - - -				
U.E. Liderante	ASI			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**29**			
Identificação do Projeto	**Actualização da Infraestrutura de segurança**			
Enquadra-se no Objetivo	1 - 2 - 3			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Instalação de ferramenta da centralização de logs e análise e correção de enventos com vista à identificação de possíveis ataques. Instalação em a produção de *firewall* com alta disponibilidade para substituição de equipamento atual; instalação de uma nova versão da plataforma de anti-vírus e atualização dos sistema de extinção de incêndio			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	novembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25%	**25%**	**25%**	**25%**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE	**25%**	**25%**	**25%**	**25%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's				
U.E. Liderante	ASI			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**30**			
Identificação do Projeto	**Ambiente de Recuperação de Desastres (continuação)**			
Enquadra-se no Objetivo	1 - 2 - 3			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Criação de um *Domain Controller* (DC) na rede de *DR*, com replicação com os *DC* no *site* principal. Aumenta-se desta forma a resiliência, com a garantia de autenticação dos utilzadores e aplicações mesmo na ausência do site principal. Aumento da resiliência da infraestrutura de correio eletrónico. Reavaliação dos procedimentos e documentação de recuperação de desastres dos sistemas instalados no ambiente de recuperação. Definição de calendários de testes e realização dos mesmos			
Data de Início	fevereiro			
Data de Conclusão	novembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	10%	**30%**	**30%**	**30%**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE	**10%**	**10%**	**10%**	**50%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre	Realização de outras tarefas prioritárias e abaixo elencadas			
observação 3.º trimestre	Realização de outras tarefas prioritárias e abaixo elencadas.			
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's	ASI			
- - - -				
U.E. Liderante				
Estimativa de Custo*				

NOTAS

Novo sistema de geração, impressão e expedição de password do SPA e AforroNet; atividade desenvolvida no 2º e 3º trimestre de 2018 e já concluída.

Apoio na criação de condições para a comercialização de Produtos de Aforro na AMA; atividade desenvolvida no 3º e 4º trimestres de 2018 e já concluída.

Criação de condições para novas simulações de CA e CTPC no site do IGCP, E.P.E., atividade desenvolvida no 3º e 4º trimestres de 2018 e já concluída.

Criação da infraestrura e condições para a realização dos inqueritos de satifação aos Clientes; atividade desenvolvida no 2º e 3º trimestres de 2018 e já concluída.

Implementação do site de DR do site institucional do IGCP, E.P.E. e processo de sincronização com o site de produção. Criação de mecanismos de extração da informação para efeitos estatísticos.

Instalação de uma nova versão da plataforma de liquidação Euroclear; atividade desenvolvida no 3º e 4º trimestres de 2018 e já concluída.

Face a algumas tarefas que não estavam no PA para 2017, nomeadamente, o novo sistema de geração, impressão e expedição de password do SPA e AforroNet e a instalação de uma nova versão da plataforma de liquidação Euroclear, algumas tarefas calendarizadas para 2017 não poderam ser concluídas.

Algumas das tarefas calendarizadas para 2017 não foram implementadas em virtude de se ter verificado a necessidade de desenvolver outras, nomeadamente:

- Sistema de geração, impressão e expedição de password do SPA e AforroNet;

- Apoio na criação de condições para a comercialização de Produtos de Aforro na AMA;

- Criação de condições para novas simulações de CA e CTPC no site do IGCP, E.P.E.;

- Criação da infraestrura e condições para a realização dos inqueritos de satifação aos Clientes;

- Implementação do site de DR do site institucional do IGCP, E.P.E. e processo de sincronização com o site de produção. Criação de mecanismos de extração da informação para efeitos estatísticos.

- Instalação de uma nova versão da plataforma de liquidação Euroclear.

Unidade de Estrutura	**NDS**			
PROJETO N.º	**31**			
Identificação do Projeto	***Homebanking*** **- Novas Funcionalidades**			
Enquadra-se no Objetivo	1			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Implementação de novas funcionalidades: - Implementação de um processo relativo ao registo de aplicações urgentes; - Implementação de um novo estado nos pagamentos de ordem externa e ligação ao sistema *swift* ; - Inclusão do pagamento de DUC's no ficheiro de *Upload* de transferências; - Desenvolvimento dos interfaces necessários à comunicação com o novo sistema *SEPADD* . - Conclusão da implementação e otimização de mecanismos de segurança			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25%	**25%**	**25%**	**25%**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE	**25%**	**25%**	**25%**	**15%**
observação 1.º trimestre	**Concluído** - Implementação de um processo relativo ao registo de aplicações urgentes;			
observação 2.º trimestre	**Concluído** - Implementação de um novo estado nos pagamentos de ordem externa (ligação ao sistema swift sem efeito); - Conclusão da implementação e otimização de mecanismos de segurança			
observação 3.º trimestre	**Concluído** - Desenvolvimento dos interfaces necessários à comunicação com o novo sistema SEPADD.			
observação 4.º trimestre	**Concluído** - Inclusão do pagamento de DUC's no ficheiro de Upload de ansferências (falta os testes da ACL).			
Interage com a(s) U.E's	SAO - SGC			
- - - -				
U.E. Liderante	NDS			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**32**			
Identificação do Projeto	***Homebanking*** **Novo sistema**			
Enquadra-se no Objetivo	1			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Implementação de um novo sistema de *Homebanking*, com a melhoria do interface com os clientes e a diminuição de situações de inoperabilidade, contemplando: - Elaboração do Caderno de Encargos; - Avaliação das propostas recebidas; - Início do desenvolvimento.			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25%	**25%**	**10%**	**40%**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE	**25%**	**25%**	**0%**	**0%**
observação 1.º trimestre	**Concluído** - Reuniões e avaliação de outras soluções;			
observação 2.º trimestre	**Concluído** - Primeira versão de funcionalidades do novo sistema; (- Candidatura Compete 2020)			
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's	SGC			
- - - -				
U.E. Liderante	NDS			
Estimativade Custo*				

PROJETO N.º	**33**			
Identificação do Projeto	**Sistema de Contas Correntes (SGT) – Novas Funcionalidades**			
Enquadra-se no Objetivo	1			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Implementação de novas funcionalidades: - Novo processo de associação dos utilizadores a ´contas/balcões; - Novo ficheiro de transferências recebidas numa determinada conta (AT); - Avaliação e adaptação do ficheiro de reconciliação bancária, a novos requisitos.			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25%	**25%**	**25%**	**25%**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE	**25%**	**25%**	**25%**	**25%**
observação 1.º trimestre	**Concluído** - Novo processo de associação dos utilizadores a contas / balcões;			
observação 2.º trimestre	**Concluído** - Novo ficheiro de transferências recebidas numa determinada conta (AT);			
observação 3.º trimestre	**Em desenvolvimento** - Avaliação e adaptação do ficheiro de reconciliação bancária, a novos requisitos			
observação 4.º trimestre	**Concluído** - Avaliação e adaptação do ficheiro de reconciliação bancária, a novos requisitos			
Interage com a(s) U.E's	SGC			
- - - -				
U.E. Liderante	NDS			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**34**			
Identificação do Projeto	**Sistema de Produtos de Aforro (SPA) - Novas Funcionalidades**			
Enquadra-se no Objetivo	2			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Implementação de novas funcionalidades: - Criação de uma nova série de Certificados de Aforro, desmaterializada; - Criação de um novo canal de comercialização; - Tributação especial em sede de IRS para residentes em países com acordo de dupla tributação com Portugal; - Evolução do módulo de impressão.			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25%	**25%**	**25%**	**25%**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE	**25%**	**25%**	**25%**	**15%**
observação 1.º trimestre	**Concluído** - Criação de uma nova série de Certificados de Aforro, desmaterializada; - Criação de um novo canal de comercialização;			
observação 2.º trimestre				
observação 4.º trimestre	**Concluído** - Criação de uma novo circuito de emissão e expedição de passwords;			
Interage com a(s) U.E's	SDR			
- - - -				
U.E. Liderante	NDS			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**35**			
Identificação do Projeto	***AforroNet*** **- Novas Funcionalidades**			
Enquadra-se no Objetivo	2			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Implementação de novas funcionalidades: - Análise de uma nova solução de certificação/segurança; - Possibilidade de subcrição de uma nova série de Certificados de Aforro, sendo esta desmaterializada.			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25%	**25%**	**25%**	**25%**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE	**25%**	**25%**	**25%**	**15%**
observação 1.º trimestre	**Concluído** - Possibilidade de subcrição de uma nova série de Certificados de Aforro, sendo esta desmaterializada.			
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre	**Concluído** - Criação de uma novo circuito de emissão e expedição de passwords;			
Interage com a(s) U.E's	SDR			
- - - - **U.E. Liderante**	NDS			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**36**			
Identificação do Projeto	***Single Euro Payments Area Direct Debit (SEPADD)*** **- Novo sistema**			
Enquadra-se no Objetivo	1			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Avaliação das propostas e participação na implementação de um novo sistema *SEPADD*, contemplando: - Processos de gestão da informação de *SEPADD;* - Processos de comunicação com a SIBS - Forward Payment Solutions (SIBS FPS); - Processos de comunicação com o *Homebanking;* - Componente de *online*.			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	setembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	20%	**40%**	**40%**	
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE	**20%**	**40%**	**40%**	
observação 1.º trimestre	**Concluído** - Implementação de um novo sistema SEPADD (Batch e On Line)			
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's	SGC			
- - - -				
U.E. Liderante	NDS			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	38			
Identificação do Projeto	***Framework de Desenvolvimento***			
Enquadra-se no Objetivo	3			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Avaliação dos documentos de suporte à *Framework* do Desenvolvimento.			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	junho			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	50%	**50%**		
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE	**50%**	**50%**		
observação 1.º trimestre	Concluído - Inclusão da "Data Prevista de Fim de Projeto" e respetivo controlo de prazos			
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's - - - - U.E. Liderante				
	NDS			
Estimativa de Custo*				

NOTA

No âmbito do SPA e do *Aforronet,* foi implementado um sistema de emissão e expedição de *passwords*, através da SIBS cartões, que não estava previsto no Plano de Atividades.

Unidade de Estrutura	**NCF**			
PROJETO N.º	**39**			
Identificação do Projeto	**Plano de Prevenção de Riscos Globais (incluindo riscos de corrupção e infrações conexas)**			
Enquadra-se no Objetivo	2			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Levantamento exaustivo do riscos operacionais com vista a elaboração de um Plano de Riscos Globais, para divulgação pública (na internet, português e inglês) e disponibilização ao Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC)			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25	**25**	**25**	**25**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**50**	**50**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre	Foi elaborada proposta de normativo com a metodologia e ferramentas de gestão de riscos operacionais. Falta fazer a discussão interna (incluindo CA) com vista a submissão à aprovação do CA das medidas consideradas adequadas.			
observação 4.º trimestre	Este projeto tem continuidade em 2018.			
Interage com a(s) U.E's	Todas as UE			

U.E. Liderante	NCF			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**40**			
Identificação do Projeto	**Plano Anual de Auditoria Interna**			
Enquadra-se no Objetivo	3			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Garantir um mínimo de 6 acções de auditoria interna por ano + 1 auditoria interna ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25	**25**	**25**	**25**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**75**	**100**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's				

U.E. Liderante	NCF			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**41**			
Identificação do Projeto	**Expansão e Atualização do Normativo Interno.**			
Enquadra-se no Objetivo	2			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Continuar a investir na abrangência e atualização do normativo interno (NP, NI e MP) como ferramenta de minimização dos riscos operacionais e condição essencial à manutenção da certificação do SGQ.			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25	**25**	**25**	**25**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**75**	**100**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's	Todas as UE.			

U.E. Liderante	NCF			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**42**			
Identificação do Projeto	**Certificação ao abrigo da *ISO 9001:2015***			
Enquadra-se no Objetivo	2			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Preparação da transição da certificação do SGQ do IGCP, E.P.E. para a *ISO 9001:2015* (incluindo consultoria externa, auditoria interna por auditor externo e auditoria externa de certificação)			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25	**25**	**25**	**25**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**75**	**100**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's	Todas as UE.			

U.E. Liderante	NCF			
Estimativa de Custo*	8,160.00 €			

PROJETO N.º	**43**			
Identificação do Projeto	**Formação Interna *Wallstreet Suite***			
Enquadra-se no Objetivo	1			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	- Sessão quinzenal/mensal (total de 16 sessões) de 1 hora de formação interna (a cargo do NCF) tendo por objetivo generalizar o conhecimento do sistema WSS 7.4. nas áreas de front, middle office, reporting e administração funcional. - O assunto das sessões será previamente divulgado pelas áreas que usam o WSS ficando as mesmas sessões abertas à sua participação.			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
			25	75
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**0**	**80**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre	Por haver outras prioridades não foi possível iniciar este projeto no 3.ºT. Estão programadas 5 sessões de formação interna para o 4.ºT (que constituem o objetivo de 2017).			
observação 4.º trimestre	Tiveram lugar 4 (das 5) sessões programadas sobre as funcionalidades de *reporting* no WSS. Este projeto tem continuidade em 2018.			
Interage com a(s) U.E's	GES - AGRM - NSM - SAO - SOC -ASI			

U.E. Liderante	NCF			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**44**			
Identificação do Projeto	**Análise das Potencialidades do *LimeSurvey* para avaliação da satisfação dos clientes do IGCP, E.P.E.**			
Enquadra-se no Objetivo	2			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	O *LimeSurvey* é uma aplicação informática que poderá ser usada na realização dos inquéritos de satisfação dos clientes pelo IGCP, E.P.E.O NCF pretende explorar de um ponto de vista funcional as potencialidades do referido software para o IGCP, E.P.E. A aplicação tem um conjunto amplo de funcionalidades que asseguram, entre outros, a segregação de funções (admin., *users* ,…), a criação de formulários/inquéritos, gestão de respostas, produção de reports, etc. Não existem custos associados à referida aplicação.			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	março			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	100	-	-	-
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**100**	**100**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's	ASI			
U.E. Liderante	NCF			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	45			
Identificação do Projeto	**Estimação de modelos de taxas de juro e de câmbio para avaliação de risco (de mercado e de crédito)**			
Enquadra-se no Objetivo	1			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Desenvolvimento de estudos empíricos aplicando modelos de taxas de juros e de taxas de câmbio que possam ser usados para avaliação de riscos (de mercado e de crédito), otimização de estratégias e avaliação de performance.			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25	25	25	25
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			100	100
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's	-			
---- U.E. Liderante	NCF			
Estimativa de Custo*				

NOTA

WALLSTREET SUITE

Com vista ao aprofundamento do conhecimento do sistema *WSS 7.4*. e ao aproveitamento transversal das suas potencialidades nas atividades do IGCP, E.P.E. tiveram lugar 4 sessões de formação sobre as funcionalidades de "*reporting" no WSS*. Está prevista a continuidade deste projeto ao longo do ano de 2018, conforme plano de atividades.

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA

Durante o ano de 2017 foram levadas a cabo ações de auditoria aos seguintes processos:

- *SWIFT*;

- Assessoria Jurídica Externa;
- Prestação de Serviços de Intermediação Financeira a Organismos Clientes;
- Aquisição de bens e serviços;
- Controlo das Contas das Caixas do Tesouro - Alfândegas/ Serviços de Finanças;
- Consolidados e Rendas Perpétuas;
- Pagamentos e Recebimentos de Ordem Externa.
- Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - Requisitos da Norma NP *EN ISO 9001:2008*.

Destas auditorias resultou um conjunto de constatações e de recomendações descritas nos respetivos relatórios de auditoria, originando a elaboração de planos de ação conducentes à implementação de medidas corretivas e à revisão do normativo interno.

EXPANSÃO E OTIMIZAÇÃO DO NORMATIVO INTERNO

Durante 2017 foram revistas 8 Normas Internas; foram revistas 23 Normas de Procedimentos e elaboradas 3 novas. Foi ainda revisto 1 Manual de Procedimentos. Foi elaborado 1 novo Manual de Utilizador e revisto outro.

TRANSIÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DO SGQ PARA A *ISO9001:2015*

Depois de em 2016, o IGCP, E.P.E. ter alargado a toda a organização o âmbito da certificação do seu sistema de gestão da qualidade (ao abrigo da *ISO9001:2008*), foi preparada ao longo do ano de 2017 a transição para o novo referencial *ISO9001:2015*. O projeto de transição contou com a colaboração de um consultor externo que dirigiu workshops em que foram analisados o contexto, as partes interessadas e as questões internas e externas da organização e proposto um modelo para o tratamento dos riscos e oportunidades, adequado ao âmbito e dimensão do IGCP, E.P.E.. A auditoria de renovação com a transição para a *ISO 9001:2015* decorreu nos dias 15 e 16 de novembro de 2017, tendo a mesma sido obtida com sucesso (tendo sido identificadas uma não conformidade menor e 4 oportunidades de melhoria, por parte da equipa auditora).

LIMESURVEY:

Em 2017, o IGCP, E.P.E. disponibilizou através da internet 5 inquéritos de avaliação da satisfação dos clientes: *Aforronet, HomeBanking*, CEDIC/CEDIM, Boletim Mensal e Pareceres. Para o efeito foi usada a aplicação LimeSurvey, após avaliação técnica da aplicação pela ASI e configuração funcional dos questionários pelo NCF. Os Clientes inquiridos puderam proceder ao preenchimento online dos questionários na internet, após receberem o respetivo convite por *email*. A utilização do *LimeSurvey* representou uma enorme melhoria na usabilidade e inúmeras vantagens face ao formato dos inquéritos em anos anteriores. O aumento da taxa de participação observada será, em grande medida, disso reflexo.

No âmbito do projeto "APLICAÇÃO EMPÍRICA DE MODELOS PARA A AVALIAÇÃO DE RISCOS", foram elaborados em 2017 (e divulgados no *site* de Internet do IGCP, E.P.E.) os seguintes estudos:

- *The Portuguese Bond Index: A measure for bond portfolio performance.*
- *Term Premium: Evolution for Germany and Portugal;*

PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS:

Está em elaboração, no início de 2018, um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas bem como o relatório de execução relativo a 2017 (que deverá incluir, entre outras medidas, a atualização da NI-314 Prevenção da Corrupção e a revisão do Código de Conduta do IGCP, E.P.E.).

Unidade de Estrutura	**GES**			
PROJETO N.º	**46**			
Identificação do Projeto	**Modelos de previsão de variáveis macroeconómicas**			
Enquadra-se no Objetivo	1			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Desenvolvimento de modelos econométricos de suporte à previsão de evolução das variáveis macro e financeiras da economia portuguesa e global			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	40%	**20%**	**20%**	**20%**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**80%**	**80%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre	Foram apresentados os principais resultados internamente. Está em preparação documento final para apresentação às restantes UE participantes no Comité de Mercados até ao final do 1º trimestre de 2018.			
observação 4.º trimestre	Documento concluído no 1º trimestre de 2018.			
Interage com a(s) U.E's	-			
- - - -				
U.E. Liderante	GES			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**47**			
Identificação do Projeto	**Alterações institucionais**			
Enquadra-se no Objetivo	2			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Estudar impacto de alterações institucionais (política monetária, regulatórias, métodos de colocação) sobre mercado de dívida pública (taxas de juro, liquidez): - Impacto do *Public Sector Purchase Programme* (PSPP;) - Impacto do *Sovereign Bond Backed Securities* (SBBS/Eurobonds) e alteração regras de capital no sistema bancário; - Impacto alteração dos métodos de leilão.			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	10%	40%	30%	20%
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**100%**	
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre	O projecto dividia-se em 3 sub-projectos: 1. impacto PSPP (finalizado no 2ºT com a conclusão da tese de mestrado do Dominic Jud). 2. impacto SBSS (finalizado com a divulgação de documento interno de discussão em julho). 3. métodos de leilão (anulado; está em discussão com investigadores externos a possibilidade de se avançar com um projecto de investigação autónomo nesta área). Sendo assim, o objetivo ajustado do projeto (i.e. excluindo o terceiro sub-projeto) ficou cumprido no final do 3º trimestre.			
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's	AGRM - NEM			
---- **U.E. Liderante**	GES			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**48**			
Identificação do Projeto	**Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) + SNC-AP**			
Enquadra-se no Objetivo	3			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	- Acompanhar implementação da LEO e do SNC-AP e adaptar processos de atualização da informação estatística da dívida e do acompanhamento da evolução do saldo de Tesouraria em conformidade. - Prosseguir esforço de implementação de processos mais eficientes de atualização da informação estatística. - Analisar movimentos das principais contas de clientes na Tesouraria Central do Estado, de forma a melhorar previsões de Tesouraria.			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	10%	10%	10%	70%
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**80%**	**100%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre	Os grandes objetivos deste projeto estão dependentes da evolução do plano de implementação da LEO e do SNC-AP e serão vertidos em projetos autónomos no plano de atividades de 2018 (e expectavelmente nos anos seguintes). Assim, considera-se que 80% dos objetivos alcançáveis em 2017 foram já cumpridos até ao final do 3º trimestre. Em 2017, o IGCP/GES continuou a acompanhar os trabalhos de implementação da LEO, tendo ficado concluído o plano de implementação no 2ºT. No 3ºT, o IGCP (ACL, SAO, e GES) participou numa missão técnica de peritos da CE e Banco Mundial sobre o modelo de gestão de Tesouraria, onde apresentou os processos atualmente em operacionalização. No 4ºT, o IGCP participará numa ação de formação sobre o SNC-AP, que servirá de base à definição de novos critérios contabilísticos.			
observação 4.º trimestre	Participação de 2 técnicos do GES em ação de formação da KPMG sobre SNC-AP (63 horas).			
Interage com a(s) U.E's	SOC - ACL - SAO			
U.E. Liderante	GES			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	48-A			
Identificação do Projeto	**Análise do *rating* da República e comunicação com agências de *rating***			
Enquadra-se no Objetivo				
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Dissecar análises das agências de *rating* e antecipar evolução do *rating* da República de acordo com as metodologias das diferentes agências. Melhorar comunicação com as agências de *rating*, com o objectivo de levá-las a incorporar nas suas decisões os desenvolvimentos mais recentes ocorridos na economia portuguesa.			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	50%	**20%**	**20%**	**10%**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**90%**	**100%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's	-			
---- U.E. Liderante	GES			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	48-B			
Identificação do Projeto	**Assessoria na preparação de novas emissões / novos produtos**			
Enquadra-se no Objetivo				
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Preparar informação macroeconómica relevante para a documentação de novo produto a emitir (*Panda Bonds*).			
Data de Início	abril			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
		60%	**40%**	
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**100%**	
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre	Foi preparado um contributo extenso sobre a situação macroeconómica portuguesa, cuja primeira versão já foi revista no seguimento de comentários dos consultores jurídicos. A versão final exigirá ainda a atualização de alguns dados, estando a sua conclusão prevista para o 1º semestre de 2018.			
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's	NEM - GA-Jur			
-- - - - U.E. Liderante	GES			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**48-C**			
Identificação do Projeto	**Análise a produtos de aforro**			
Enquadra-se no Objetivo				
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Analisar a remuneração dos instrumentos de retalho (CA/CTPM) em comparação com outros instrumentos de dívida pública e com outros produtos de aforro. Propor eventuais alterações à estrutura de remuneração ou mesmo a criação de novos produtos.			
Data de Início	julho			
Data de Conclusão	outubro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
			90%	**10%**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**90%**	**100%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre	Foi apresentado um documento com uma análise das condições de remuneração dos produtos de aforro, com várias propostas de alteração alternativas. No final, já no início de outubro, foi apresentado documento final, com proposta de criação de novo produto (CTPC).			
observação 4.º trimestre	Foi definida estrutura final dos novos CTPC, que entraram em vigor no final de Outubro.			
Interage com a(s) U.E's	-			
- - - -				
U.E. Liderante	GES			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	48-D			
Identificação do Projeto	**Reorganização e classificação do arquivo digital do GES**			
Enquadra-se no Objetivo				
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Reorganizar e reclassificar todo o arquivo digital de GES de acordo com a NP-205			
Data de Início	outubro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
				100%
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE				**80%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre	Foi definido mapeamento para novas pastas e começou a ser feita migração, que deverá ser concluída no 1º semestre de 2018.			
Interage com a(s) U.E's	NCF			
---- U.E. Liderante	GES			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**48-E**			
Identificação do Projeto	***Monthly snapshot***			
Enquadra-se no Objetivo				
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Preparar nova nota de informação mensal (em complemento às *macro flashes* já enviadas após a divulgação de dados estatísticos relevantes), com um sumário da informação estatística relevante divulgada em cada mês, para divulgação junto de investidores e agências de *rating*.			
Data de Início	novembro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
				100%
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE				**100%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's	-			

U.E. Liderante	GES			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**48-F**			
Identificação do Projeto	**Análise a desvios nos erros de Tesouraria**			
Enquadra-se no Objetivo	3			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Analisar desvios das previsões de Tesouraria face à execução observada nos últimos anos, procurando decompor o que foi decorrente de uma melhor execução orçamental do que resultou de uma alteração dos movimentos das contas de clientes na Tesouraria Central do Estado.			
Data de Início	nov/17			
Data de Conclusão	dez/17			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
				100%
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE				**70%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre	Foi preparada informação de base para análise futura. A análise deverá ser concluída e apresentada superiormente no decorrer do 1º semestre de 2018.			
Interage com a(s) U.E's	-			
- - - -				
U.E. Liderante	GES			
Estimativa de Custo*				

Unidade de Estrutura	SGA			
PROJETO N.º	49			
Identificação do Projeto	**Desmaterialização das justificações de faltas**			
Enquadra-se no Objetivo	2			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Diminuir o consumo de papel e os consumíveis informáticos bem como o arquivo de papel nas pastas de cada colaborador			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25	**25**	**25**	**25**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			100%	
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's	Todas as UE			

U.E. Liderante	SGA			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**51**			
Identificação do Projeto	**Negociação dos contratos de prestação e serviços**			
Enquadra-se no Objetivo	1			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Proceder ao controlo dos fornecedores tendo em vista a racionalização dos custos das prestações de serviços			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25	**25**	**25**	**25**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE			**65%**	**80%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre	Irão ser abertos os procedimentos.			
observação 4.º trimestre	abertos procedimentos			
Interage com a(s) U.E's				
- - - -				
U.E. Liderante	SGA			
Estimativa de Custo*				

Unidade de Estrutura	NEM			
PROJETO N.º	**52**			
Identificação do Projeto	**Continuar a garantir o acesso de Portugal ao mercado, emitindo em vários pontos da curva e abertura de pelo menos um novo *benchamrk***			
Enquadra-se no Objetivo	1			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Identificar e monitorizar as condições de mercado adequadas para Portugal emitir no longo prazo, de forma a continuar a dar liquidez à curva de Obrigações do Tesouro (OT), e garantir financiamento necessário para cumprir o programa de 2017 e pré-financiamento de 2018 de forma atempada.			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	dezembro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	40%	**20%**	**20%**	**20%**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE				**100%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's	GES - NSM			
- - - -				
U.E. Liderante	NEM			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	53			
Identificação do Projeto	**Elaboração plano de *marketing* para 2017**			
Enquadra-se no Objetivo	2			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Definição de um plano de acção de *marketing* para 2017, de forma a garantir um plano de contatos regulares com a nossa base de investidores (por geografia) e informar os investidores sobre os desenvolvimentos orçamentais, evolução macroeconómica e o cumprimento do plano de financiamento			
Data de Início	janeiro			
Data de Conclusão	fevereiro			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	25%	**25%**	**25%**	**25%**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE				100%
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre				
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's				
- - - -				
U.E. Liderante	NEM			
Estimativa de Custo*				

PROJETO N.º	**54**			
Identificação do Projeto	***Primary Dealers Guide Book***			
Enquadra-se no Objetivo	3			
Finalidade/ Objetivos do Projeto	Elaboração de um *guide book* a entregar aos PDs, de forma estabelecer os direitos e obrigações do grupo de Operadores Especializados de Valores do Tesouro (OEVT), de uma forma *standard* e sistematizada.			
Data de Início	Jan-17			
Data de Conclusão	Dez-17			
Previsão do grau de execução por trimestre.(em dezembro deverá somar 100%, caso de projeto anual)	**1.º trimestre**	**2.º trimestre**	**3.º trimestre**	**4.º trimestre**
	70%	**20%**	**5%**	**5%**
AVALIAÇÃO POR TRIMESTRE				**75%**
observação 1.º trimestre				
observação 2.º trimestre				
observação 3.º trimestre	Falta a revisão final do documento. O envio às partes interessadas apenas deverá ocorrer no 1º trimestre de 2018			
observação 4.º trimestre				
Interage com a(s) U.E's				
- - - -				
U.E. Liderante	NEM			
Estimativa de Custo*				

5. DESTAQUES

Caixa: Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo – *compliance*

A *compliance* nas organizações, inicialmente focada no cumprimento das obrigações normativas, tem vindo a expandir o seu âmbito de aplicação ao longo do tempo, evoluindo da conformidade regulatória para o caráter multidisciplinar que assume atualmente. Com efeito, esta função passou a incluir elementos como padrões de conduta ética para os colaboradores, normas de relacionamento com os parceiros de negócio, ou inclusive princípios relativos ao bem-estar no trabalho.

Quer do ponto de vista do cumprimento normativo em sentido estrito, como no âmbito deste conceito mais alargado de *compliance*, o IGCP, E.P.E. tem vindo a desenvolver instrumentos de gestão dos riscos de não conformidade, salientando-se, entre estes, o Código de Conduta (princípios e regras em matéria de ética e de comportamento profissional a observar nas relações entre colaboradores da instituição e com terceiros), as Normas de Prevenção da Corrupção, ou ainda o Sistema de Gestão da Qualidade.

Numa outra perspetiva, é de sublinhar que a necessidade de tornar mais efetiva a prevenção e o combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo ("BCFT"), que se tornou um tema central a nível nacional e internacional, determinou que este assunto tivesse vindo a ganhar uma relevância acrescida no seio da função *compliance*.

"Branqueamento de Capitais" diz respeito à utilização do sistema financeiro no sentido da ocultação da natureza, origem ou titularidade de proveitos ilícitos. Por sua vez, o "Financiamento do Terrorismo" é o processo pelo qual se disponibilizam fundos destinados à prática de atos terroristas.

Em Portugal, a lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, transpôs (parcialmente) para o ordenamento jurídico português legislação europeia sobre o tema (em particular, a Diretiva (UE) 2015/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 Maio 2015, e a Diretiva do Conselho (UE) 2016/2258, de 6 Dezembro 2016), e acrescentou um conjunto de exigências (face à Lei n.º 25/2008, de 5 de junho, que foi revogada) que as organizações têm de cumprir em matéria da prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos do "BCFT".

O IGCP, E.P.E., sendo uma instituição de natureza financeira, pertence ao conjunto de entidades obrigadas pela lei n.º 83/2017 ao cumprimento dos deveres preventivos do "BCFT". Em consequência, e apesar das ferramentas existentes nesta Agência já permitirem o escrutínio dos fluxos financeiros nesta matéria, o IGCP, E.P.E., encontra-se em fase de atualização dos mecanismos/instrumentos ao seu dispor, de forma a, no espírito da legislação aprovada, aumentar o controlo dos riscos, no sentido de os minimizar, associados ao crime de "BCFT" em contas por si tituladas.

Neste contexto, o IGCP, E.P.E., no âmbito da sua atividade, está a desenvolver um plano de mitigação do risco de "BCFT", que se centra, essencialmente, em duas vertentes (interligadas): por um lado, no aperfeiçoamento dos procedimentos de conhecimento/caracterização dos seus clientes (*Know Your Customer/Due Diligence Procedures*), sejam estes dos diversos produtos de dívida disponibilizada no mercado (dívida de retalho e por grosso), ou dos serviços que esta Agência presta às entidades públicas (*homebanking*); por outro lado, elevando o escrutínio dos fluxos financeiros (pagamentos/recebimentos) do Estado em contas tituladas pelo IGCP, E.P.E.

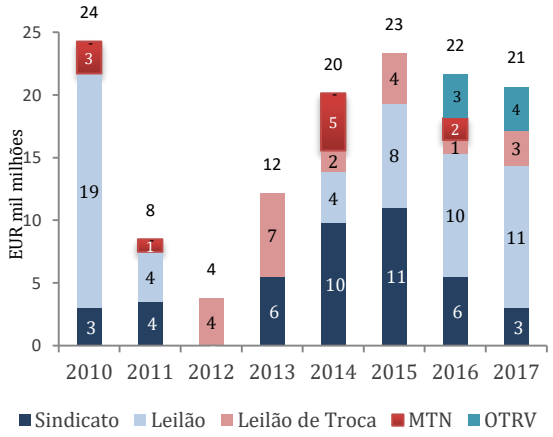
Desta forma, o IGCP, E.P.E., contribui para o esforço global que Portugal tem vindo a fazer em matéria de prevenção do "BCFT", sublinhando-se que a mais recente avaliação efetuada pelo Grupo de Ação Financeira – GAFI/FATF (em novembro de 2017) nesta matéria distinguiu o nosso País com nota máxima.
https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/comunicado?i=portugal-avaliado-com-classificacao-maxima-por-sistema-de-prevencao-e-combate-ao-branqueamento-de-capitais-e-ao-financiamento-do-terrorismo

Caixa: Assegurar que a República Portuguesa continue a expandir o acesso ao mercado, emitindo em vários pontos da curva e abertura de novos *benchmarks*

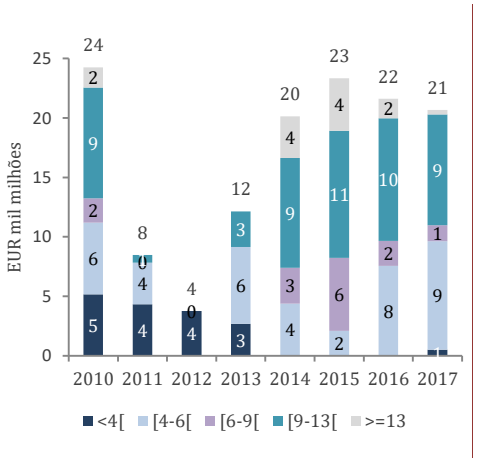
O Plano de Atividades de 2017 definia como um dos objetivos primordiais do IGCP, E.P.E., continuar a intensificação de promoção da dívida pública portuguesa junto de intermediários financeiros, dos investidores internacionais e monitorizar as condições de mercado adequadas para Portugal emitir no longo prazo, de forma a continuar a dar liquidez à curva de obrigações do Tesouro, e garantir financiamento necessário para 2017 e pré-financiamento de 2018 de forma atempada.

Para concretização do objetivo proposto, foram realizadas diversas acções de promoção da dívida Portuguesa junto da nossa base de investidores, nomeadamente *roadshows* (foram realizados 17 ao longo do ano), conferências e apresentações. Foi igualmente mantido um contacto regular com os Operadores Especializados em Valores do Tesouro (OEVT), de modo a monitorizar de perto as condições de mercado, e dessa forma executar o programa de financiamento proposto.

Emissão MLP/ tipo de colocação



Emissões MLP/ maturidade



A atividade regular junto do mercado concretizou-se através de:

- Uma emissão transação sindicada, referente à abertura de novo *benchmark* a 10 anos;
- Realização de nove leilões de OT.
- Duas operações de troca de Dívida/OT, de forma a suavizar o perfil de amortizações;
- Emissão de três novas séries de Obrigações do Tesouro Rendimento Variável (OTRV), cujo público-alvo foi o mercado doméstico.

O programa de financiamento de 2017 voltou a privilegiar a colocação de dívida pública através de leilões, ao invés da colocação através de sindicatos, o que traduz a normalização das condições de acesso a mercado e um regresso ao padrão de emissões antes do programa de assistência financeira. A execução do programa de financiamento de 2017 foi essencialmente marcada pelos bons resultados dos dados macroeconómicos e de execução fiscal. Estes indicadores foram sendo conhecidos ao longo do ano, e culminaram com duas subidas do nível de *rating*, para um grau de "investimento", por parte *da S&P e da Fitch*.

6. ATIVIDADES DE SUPORTE À GESTÃO

6.1 – PROCESSO DA DÍVIDA DE RETALHO

6.1.1. Visão geral dos produtos de aforro

Registou-se em 2017 um aumento da relevância relativa da dívida de retalho que passou a ser de 11,3% no total da dívida pública, enquanto no ano anterior era de 10,2%.

Através do quadro abaixo, podemos concluir sobre a distribuição dos principais instrumentos da dívida de retalho – Certificados de Aforro (CA), Certificados do Tesouro (CT) a 10 anos, Certificados do Tesouro Poupança Mais (CTPM) e Certificados do Tesouro Poupança Crescimento (CTPC), reportada a 31 de dezembro de 2017:

Produto	Qt. Subscrições	Valor (em Milhões €)
CA série A	115.476	132
CA série B	1.782.554	7.834
CA série C	415.886	3.001
CA série D	187.870	919
CA série E	13.219	56
CT 10 Anos	90.112	1.335
CTPM	806.021	13.481
CTPC	18.637	217
Totais	**3.429.775**	**26.973**

O aforro é representado, no final de 2017, por mais de 3,4 milhões de subscrições vivas, equivalentes a um valor de cerca de € 27 mil milhões, superior em cerca de € 2,8 mil milhões que o registado no fim do ano transato.

Mais uma vez realça-se o considerável nível de procura pelos Certificados do Tesouro Poupança Mais, cuja subscrição foi cancelada a partir de 30 de outubro, atingindo no final do ano um *stock* vivo de € 13,4 mil milhões, ou seja, cerca de metade do valor total em produtos de aforro dirigidos ao retalho.

A partir de 30 de outubro, iniciou-se a subscrição de 2 novos instrumentos da dívida – os Certificados do Tesouro Poupança Crescimento e os Certificados de Aforro da série E, que atingiram, respetivamente, um valor de € 217 milhões e de € 56 milhões de *stock* vivo no final do ano.

Também a partir de 30 de outubro, passou a haver um novo canal de comercialização dos produtos de aforro, a Agência para a Modernização Administrativa, cujas subscrições dos novos instrumentos, assim como os resgates dos que são desmaterializados, passou a ser possível em 31 locais disseminados pelo país.

Antecipando o início da referida comercialização, foram realizadas pelo IGCP, E.P.E. algumas sessões de formação aos colaboradores da AMA, de forma a dar-lhes a informação relevante dos instrumentos de retalho, assim como da utilização da plataforma informática de suporte.

Assinala-se um incremento dos resgates, especialmente de Certificados de Aforro da série C, uma parte dos quais alocada a subscrições de CTPM. De uma forma geral os produtos de aforro apresentam razoáveis condições de remuneração face a outros instrumentos financeiros de mercado, pelo que não são propícios, neste momento, ao seu desinvestimento.

Por outro lado, a distribuição dos produtos de aforro pela antiguidade nas respetivas carteiras demonstra que não se tem alterada a elevada propensão dos Clientes em manter por largo período de tempo as suas aplicações em aforro. No quadro abaixo, encontra-se a posição, no final de 2017, por escalões de antiguidade, donde se pode concluir que o aforro é mantido mais de 4 anos por cerca de 40,6% dos investidores e por mais de 10 anos por 29,3% dos investidores.

Escalões	N.º Contas
Até 6 meses	7,2%
Mais de 6 meses até 2 anos	22,7%
Mais de 2 anos até 4 anos	29,4%
Mais de 4 anos até 10 anos	11,3%
Mais de 10 anos até 20 anos	13,2%
Mais de 20 anos	16,1%

Fonte: SPA - Sistema de Produtos de Aforro

6.1.2. Operações de aforro em 2017

Conforme já referido, no ano de 2017 assistiu-se a um importante fluxo de subscrições, especialmente no que diz respeito a CTPM e a um nível moderado de resgates.

Em termos de quantidade de operações, registámos os seguintes dados em 2017:

Subscrição CA	360
Subscrição CTPM	3.778
Subscrição CTPC	217
Resgate CA	1.521
Resgate CT	9
Resgate CTPM	232
Total	**6.117**

Fonte: SPA - Sistema de Produtos de Aforro

Concluímos que se verificou um acréscimo de 10,8% nas operações efetuadas em 2017 face ao ano anterior.

Em termos de montantes, registámos os valores expressos em milhões de euros abaixo detalhados:

Subscrição CA	82.885
Subscrição CTPM	229.238
Subscrição CTPC	18.634
Resgate CA	147.914
Resgate CT	1.361
Resgate CTPM	23.392
Total	**503.424**

Fonte: SPA - Sistema de Produtos de Aforro

Regista-se um aumento de 28,3% nos montantes movimentados face a 2016.

Os cerca de € 2,8 mil milhões de aumento anual do *stock* dos produtos de aforro, é o resultado das operações abaixo discriminadas:

- Subscrições de CA, CTPM e CTPC: € 4.357 milhões;
- Resgates de CA, CT e CTPM: € 1.762 milhões;
- Capitalizações de CA: € 177 milhões.

6.1.3. Outras operações sobre produtos de aforro

No âmbito da Dívida de Retalho salienta-se a importância que é atribuída ao relacionamento com o Cliente particular, seja sob a forma do atendimento presencial ou telefónico, seja através do tratamento das operações e do frequente expediente que é tratado.

Também no posto de atendimento ao público do IGCP, E.P.E. são prestadas as informações mais diversas sobre os produtos de aforro, efetuando-se a receção de documentação para instrução de processos de habilitação de herdeiros, assim como a realização de todas as operações de aforro, com exceção de subscrições e resgates.

O elevado nível das subscrições ocorrido em 2017 e a entrada de novos Clientes nos produtos de aforro – mais de 33 mil novas contas implicou um aumento muito considerável de pedidos de esclarecimentos por parte dos Clientes.

O IGCP, E.P.E. é ainda responsável por um conjunto substancial de operações que, pela sua natureza, requerem um tratamento muito específico e nas quais se incluem o controlo da qualidade dos dados de Clientes, o controlo das operações realizadas, tenham elas sido efetuadas no IGCP, E.P.E. ou nos CTT, assim como a realização de algumas operações sensíveis, entre as quais destacamos a imobilização de contas ou subscrições, a abertura e alteração de clientes/contas, a integração de contas, a emissão de novas vias das subscrições, as alterações de movimentador, a inserção e alterações de moradas e IBAN, a transmissão de Certificados para herdeiros – realce-se neste caso a análise e tratamento de mais de 2.600 processos de habilitação de herdeiros (mais 400 processos que no ano anterior).

Releve-se igualmente a emissão de uma elevada quantidade de declarações por solicitação dos Clientes, para efeitos de rendimentos e IRS retido para entregar na AT, assim como de declarações destinadas à Segurança Social e outras Entidades.

Em 2017, há ainda a destacar um acréscimo significativo do expediente mantido com os Tribunais, Solicitadores e Administradores Judiciais, no âmbito do qual foram prestadas informações sobre a existência de produtos de aforro e efetuadas penhoras sobre os mesmos, no âmbito da prestação de colaboração ao nível dos processos em contencioso.

6.1.4. *AforroNet*

O *AforroNet* representa o balcão eletrónico disponibilizado pelo IGCP, E.P.E., através do qual podem ser realizadas diversas operações, entre as quais destacamos o pedido de subscrição de CA e CTPC, com geração de referência Multibanco para pagamento, o resgate de CT e CTPM, a consulta diária à carteira de aforro, assim como a disponibilização de extrato digital mensal.

Decorridos os respetivos prazos de imobilização, passará a ser também possível resgatar os Certificados de Aforro da série E e os Certificados do Tesouro Poupança Crescimento.

O IGCP, E.P.E. continua a promover e a potenciar o *AforroNet* de forma sistemática, decorridos que estão 10 anos após a sua entrada em produção, contando em termos globais, no final de 2017, com cerca de 93 mil utilizadores ativos, os quais foram responsáveis, em 2017, pelas operações abaixo detalhadas:

- mais de 60 mil pedidos de subscrição, correspondentes a um montante total de cerca de € 340 milhões;
- mais de 5.700 pedidos de resgate no valor de mais de € 48 milhões.

O AforroNet continua a representar uma plataforma privilegiada e estratégica de interação dos Clientes com os produtos de aforro e com o IGCP, E.P.E.

6.1.5. Outra dívida de retalho

Os restantes instrumentos de dívida de retalho encontram-se representados por quatro empréstimos Consolidados, por Rendas Perpétuas e por 2 Fundos de Rendas Vitalícias, estes últimos com confirmação de prova de vida anual no 4º trimestre.

Não obstante as tarefas associadas a estes instrumentos não serem tão absorventes, foi possível em 2017 comprar, para anulação de dívida, uma parte importante de Rendas Perpétuas e Consolidados, assim como atualizar dados dos respetivos titulares, no seguimento de uma circular que foi remetida para os mesmos.

6.1.6. Contratos relacionados com a comercialização dos produtos de aforro

O novo contrato celebrado com os CTT para a comercialização dos Certificados de Aforro e dos Certificados do Tesouro, que produziu efeitos a partir de agosto de 2016 e com a duração de 3 anos, foi visado pelo Tribunal de Contas em janeiro de 2017.

Foi acordado ainda com os CTT o inter-relacionamento institucional e operacional relativo à comercialização dos Certificados do Tesouro Poupança Mais, assim como dos Certificados do Tesouro Poupança Crescimento.

Foi também estabelecido com a AMA um acordo relativo ao inter-relacionamento institucional e operacional decorrente dessa Entidade passar a ser um novo canal de comercialização dos produtos de aforro.

Mantem-se até dezembro de 2019 o contrato com a *Copidata*, enquanto fornecedora do serviço de impressão, acabamento e entrega para expedição dos extratos periódicos a serem remetidos por via postal.

Os referidos contratos são acompanhados continuamente, com especial relevo para o controlo dos custos que os mesmos implicam para o IGCP – mais de € 33 milhões em 2017.

6.1.7 Protocolo IGCP, E.P.E. - Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ)

Desde 2012 que vigora o Protocolo celebrado pelo IGCP, E.P.E com o IRN e o ex-ITIJ (atual IGFEJ), no sentido de serem identificados na base de dados do registo civil os titulares de aforro e de Rendas Vitalícias que já faleceram, com vista a atualizar a informação dos Clientes, assim como a corrigir o *stock* da dívida através da execução de prescrições a favor do FRDP, cumprindo o estabelecido na legislação em vigor.

Assinale-se que o referido procedimento permitiu a imobilização, em 2017, de cerca de 1.400 contas de Clientes falecidos, salvaguardando os respetivos herdeiros de levantamentos não legítimos, assim como a prescrição de cerca de € 1,4 milhões a favor do FRDP.

6.2 – A TESOURARIA DO ESTADO

Com o Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de Junho, formalizou-se um dos objetivos estratégicos do Estado, a centralização dos fundos públicos na sua tesouraria, com vista à rentabilização e otimização da gestão global dos mesmos.

O regime da tesouraria do Estado (RTE), estabelecido por este diploma, veio definir o princípio de unidade da tesouraria, segundo o qual toda a movimentação de fundos públicos passa a ser efetuada através de contas bancárias na tesouraria do Estado, através das quais os organismos detentores desses fundos promovem as respetivas operações de cobrança e pagamento e onde mantêm depositados os seus excedentes e disponibilidades.

O universo de Clientes da tesouraria do Estado, determinado pelo RTE, tem vindo a ser alargado pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, estando neste momento delimitado aos SI, aos SFA e às entidades do SEE. A este universo de Clientes, associam-se os ONSUTE, como os serviços da Segurança Social, Regiões Autónomas e Municípios, que pese embora não sejam obrigados legalmente, podem dispor de contas no IGCP, E.P.E.

Neste contexto, ao IGCP incumbe a prestação de serviços bancários aos organismos públicos em condições de economia, eficiência e eficácia, orientados para as necessidades de uma Administração Pública que se pretende cada vez mais informada, mais atenta e mais sensível às novas tecnologias de informação e por isso mais exigente.

É neste enquadramento que foram desenvolvidas atividades visando a promoção, o apoio e a prestação de serviços bancários aos Clientes, centrados em dois grandes canais: o HB e a RCE.

6.2.1. Emissão de pareceres sobre cumprimento da unidade da Tesouraria do Estado (UTE)

Em 2017, na sequência de pedidos formalizados pelos Clientes, foram emitidos 78 pareceres sobre a dispensa do cumprimento de UTE, que reflete um decréscimo de 48% face a 2016, ocorrência que poderá ser justificada pela emissão no ano transato de pareceres para o biénio (2016-2017) e por situações de incumprimento que entretanto terão sido sanadas.

Os pareceres emitidos foram solicitados por 11 % do universo de Clientes do HB, os quais invocaram o nº 7, do artº 111, da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, a fim de solicitaram dispensa de cumprimento da UTE. Dos Clientes que originaram a emissão de pareceres, 47% pertencem ao SEE, 41% são SFA e 12% SI.

6.2.2. Evolução dos Clientes no *HomeBanking (HB)*

No ano de 2017, assistiu-se a um ligeiro crescimento do número de Clientes e de contas no *HB* (quadro abaixo).

EVOLUÇÃO Nº CLIENTES

Tipo de Cliente	2016	2017	Variação
SI	217	231	14
SFA	250	248	-2
SEE	176	183	7
ONSUTE	25	21	-4
Total	**668**	**683**	**15**

EVOLUÇÃO Nº DE CONTAS

Tipo de Cliente	2016	2017	Variação
SI	1,082	1,112	30
SFA	1,494	1,518	24
SEE	526	547	21
ONSUTE	48	47	-1
Total	**3,150**	**3,224**	**74**

Fonte: *Homebanking*

Em termos de Clientes, assinale-se o crescimento do número de organismos pertencentes ao grupo dos SI e SEE (14 e 7, respetivamente). O crescimento dos Clientes do *HB*, entre 2016 e 2017 traduziu-se na extinção de 13 serviços na 1ª instância e na criação de 28 novos na 2ª instância dessa aplicação.

EVOLUÇÃO CLIENTES NO HB

HB - Clientes	2016	2017	Variação
1ª Instância	575	562	-13
2ª Instância	93	121	28
Total	**668**	**683**	**15**

Fonte: *Homebanking*

No que respeita às contas bancárias, 73% do acréscimo verificado ficou a dever-se aos organismos da administração central do Estado (SI e SFA), de uma maneira geral relativo a novas contas afetas ao novo quadro comunitário (Acordo de Parceria – PT2020) e a depósitos caucionados.

Invertendo a tendência dos anos anteriores, em 2017 os SI voltaram a assinalar um crescimento ao nível do número de organismo e contas na tesouraria do Estado.

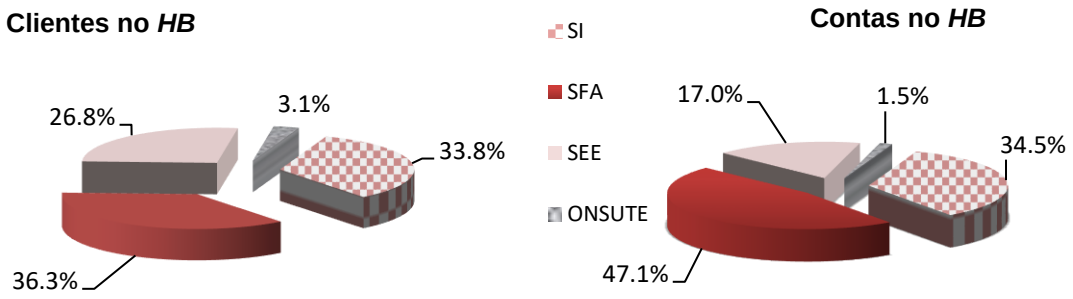
O quadro abaixo demonstra a evolução das contas bancárias, nas duas instâncias do *HB*.

EVOLUÇÃO CONTAS NO HB

HB -Contas	2016	2017	Variação
1ª Instância	2.947	2.986	39
2ª Instância	203	238	35
Total	**3.150**	**3.224**	**74**

Fonte: *Homebanking*

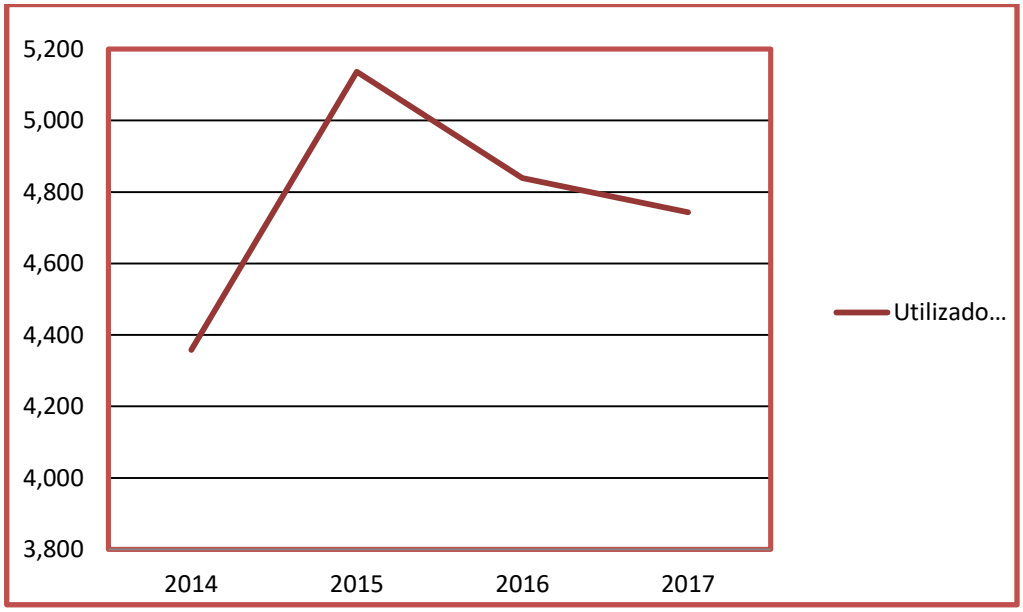
Os SI e SFA continuam a ser os grupos de Clientes com mais expressão na tesouraria do Estado, detendo um peso de cerca de 70% em termos do universo total dos Clientes e sendo titulares de 82% das contas bancárias sedeadas no *HB*, percentagens que se mantêm desde 2015.



Fonte: *Homebanking*

O SEE, por sua vez, apresenta um ligeiro crescimento em termos de entidades utilizadoras da tesouraria do Estado, de 26% para 27%, mantendo a sua posição no que respeita ao número de contas bancárias detidas, as quais representam 17% do universo total.

Em termos de acessos ao *HB*, este indicador, para 2017, continua a evidenciar a tendência decrescente iniciada em 2016 (diminuição do nº de utilizadores ativos no *HB* de 2%, face a 2016).



Fonte: *Homebanking*

Este decréscimo do número de utilizadores ficou a dever-se, essencialmente, à extinção por inatividade dos acessos criados no ano de 2016 para o IRN. O quadro abaixo demonstra a evolução dos utilizadores do *HB*, nas duas instâncias, salientando-se a redução assinalada na 2ª instância, onde o IRN tem as suas contas domiciliadas.

EVOLUÇÃO UTILIZADORES NO *HB*

HB -Contas	2016	2017	Variação
1ª Instância	4.037	4.096	59
2ª Instância	802	647	-155
Total	**4.839**	**4.743**	**-96**

Fonte: *Homebanking*

2.3. Disponibilidades dos Clientes do *HB*

DISPONIBILIDADES

Em Milhões €

	DEP ORDEM		CEDIC		CEDIM		TOTAL		Variação
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	
SI	1,216	1,801	0	81	0	0	1,216	1,882	665
SFA	3,942	4,675	3,125	2,321	14	622	7,082	7,618	536
SEE	1,487	1,728	681	292	68	53	2,236	2,073	-163
ONSUTE	915	3,132	1,389	1,276	0	0	2,304	4,408	2,104
Total	7,561	11,336	5,195	3,969	82	675	12,838	15,981	3,143
Variação	3,775		-1,226		593		3,143		

Fonte: *Homebanking* e WSS

O acréscimo evidenciado nas disponibilidades no final de 2017 ficou a dever-se, essencialmente, à componente dos depósitos à ordem que, entre 2016 e 2017 voltou a registar um novo aumento, desta feita cifrado em 50%.

Os valores aplicados em CEDIC voltaram a registar um decréscimo face ao período homólogo, tendo-se assistido, em 2017, a uma diminuição de 24% face a 2016, para tal têm contribuído as baixas rentabilidades registadas no mercado monetário interbancário, para o curto prazo.

Por sua vez, os valores aplicados em CEDIM registaram, no ano em reporte, um aumento substancial, tendo atingindo valores de cerca de € 675 milhões, contra os € 82 milhões, registados em 2016.

O aumento dos valores das disponibilidades, em termos de Clientes, que se cifou em mais 67% (mais € 3.143 milhões) que em 2016, ficou a dever-se aos ONSUTE, como resultado do aumento verificado nos valores dos depósitos à ordem deste grupo de organismos (mais € 2.217 milhões, que no ano transato).

As disponibilidades dos SI e dos SFA na tesouraria do Estado voltaram a crescer em 2017, tendo-se registado um acréscimo de 14%, face a 2016. Saliente-se que os valores depositados no IGCP, E.P.E., por estes Clientes, representavam no final do ano em reporte, 59% do total, podendo afirmar-se que a dinâmica de centralização de fundos na tesouraria do Estado continua centrada, essencialmente, nestes dois grupos de Clientes.

O SEE passou a ser o grupo com menor expressão em termos de valores depositados na tesouraria do Estado no final do ano em reporte, registando em 2017 uma redução de 7% nas disponibilidades detidas, face ao ano homólogo. Efetivamente, estes Clientes têm desde 2015 vindo a reduzir o seu peso no total das disponibilidades, de 20% para 17%, entre 2015 e 2016 e de 17% para 13%, entre 2016 e 2017.

2.4. Serviços Bancários do *HB*

2.4.1. Certificação Digital

A fim de garantir a segurança das operações realizadas através do *HB*, os acessos a esse sistema têm que ser autenticados. Assim, todos os utilizadores do *HB* com perfis de Executor e Autorizador, pertencentes a organismos que movimentam verbas para contas não sediadas no IGCP, E.P.E., apenas acedem ao sistema com certificação digital. O quadro abaixo ilustra a evolução das certificações digitais ocorridas entre 2016 e 2017.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Certificação Digital	Anos	
	2016	2017
Novos certificados	692	809
Segundas vias	103	52
Leitores	267	340
Renovações	2.306	2.494

Fonte: SGC - Base de dados da certificação digital

Em 2017, assistiu-se a um incremento da certificação digital emitida, como consequência registou-se um aumento de 17% na emissão de novos certificados, de 27% nos leitores e de 8% nas renovações. As segundas vias reduziram-se em 50%, o que parece indiciar uma utilização mais adequada deste instrumento de acreditação por parte dos utilizadores do *HB*.

Por força do acréscimo dos pedidos de certificação e da diminuição do respetivo preço unitário, observou-se no ano em reporte uma ligeiro acréscimo dos encargos com a certificação digital suportados pelos Clientes, na ordem dos 6%, tendo sido debitados cerca de € 89 mil nas respetivas contas bancárias.

2.4.2. Depósitos Externos

Tendo em conta que o IGCP, E.P.E. não dispõe de balcões de atendimento e que não recebe valores com suporte físico, existe no *HB* a funcionalidade de Depósitos Externos, de forma a permitir o depósito no IGCP,E.P.E. dos valores das cobranças arrecadadas pelos organismos Clientes, em numerário ou cheque.

Esta funcionalidade consiste no recebimento de valores (em numerário e cheque) em contas bancárias do IGCP, E.P.E, sediadas na banca comercial, a fim de que, e mediante a leitura e transmissão eletrónica de uma referência, inscrita no talão de depósito gerado pelo *HB*, seja efetuado o crédito imediato dos valores constantes dos mesmos, nas contas dos Clientes emissores desses talões.

No final de 2017, no universo dos 683 Clientes, 397 utilizaram a funcionalidade de Depósitos Externos, ou seja 58% dos organismos utilizadores do *HB*. No ano em análise, passaram a utilizar esta funcionalidade mais 30 novos Clientes.

Os Clientes podem efetuar a entrega dos seus valores nos bancos aderentes – CGD, NB e MBCP, com os quais se acordaram um conjunto de procedimentos, vertidos em protocolos celebrados, os quais são validados diariamente, através de reconciliações manuais, entre as contas bancárias do IGCP, E.P.E. neles domiciliadas e as contas *nostro* (que refletem os movimentos de cada conta de depósitos externos do IGCP, E.P.E., na banca comercial).

Assim, diariamente procede-se ao controlo, garantindo a reconciliação dos depósitos, das transferências executadas e de eventuais devoluções de cheques, aplicando aos bancos aderentes, sempre que se justifique, as penalizações determinadas contratualmente.

O quadro seguinte ilustra a evolução dos Depósitos Externos, entre 2016 e 2017.

EVOLUÇÃO DOS VALORES DEPOSITADOS

Depósitos Externos	Montante Depositado - 2016 (em Milhões €)	Montante Depositado - 2017 (em Milhões €)	Variação	Nº de Talões Depositados 2016	Nº de Talões Depositados 2017	Variação
Numerário	146	152	4%	398,933	413,617	4%
Cheques	335	340	1%	47,173	43,087	-9%
Total	**481**	**491**	**2%**	**446,106**	**456,704**	**2%**

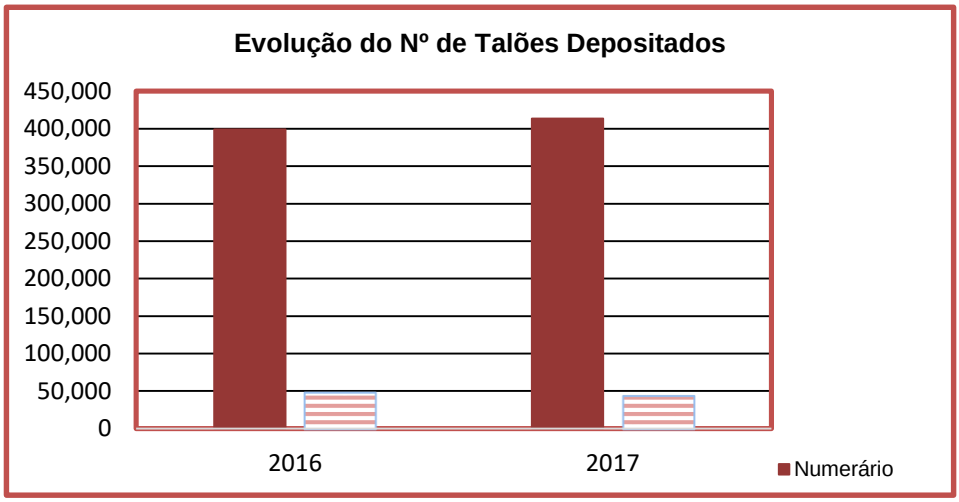
Fonte: *Homebanking*

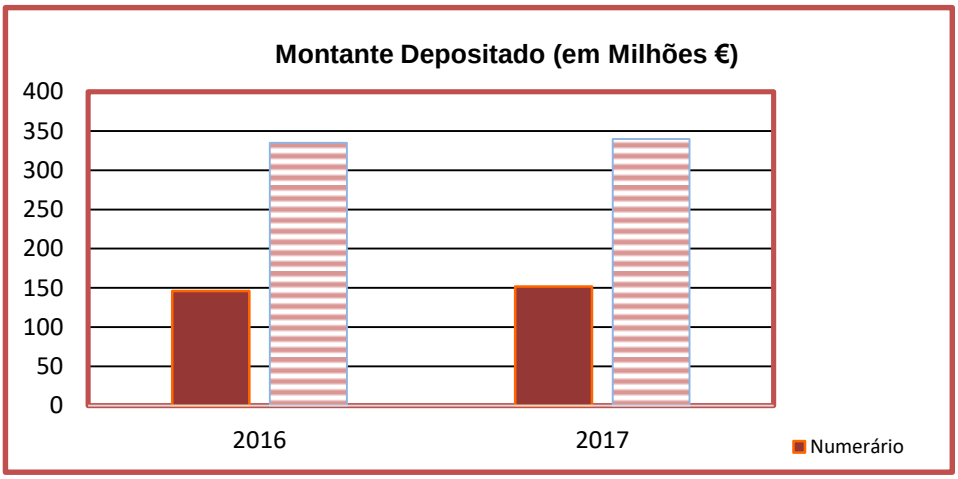
Entre 2016 e 2017, os montantes arrecadados na tesouraria do Estado através desta funcionalidade sofreram um ligeiro crescimento de cerca de 2%.

Em termos comparativos, quer os valores depositados através de numerário, quer através de cheque sofreram, em 2017, um ligeiro acréscimo (2%). Os valores depositados através de cheques continuam a ser os mais representativos no total dos montantes depositados através dos depósitos externos (70%). Do total dos montantes depositados em cheques, cinco organismos são responsáveis por cerca de 50% dos mesmos: o SEF (18%), a ANACOM (11%), a ESTAMO (9%), a PARVALOREM (6%) e a PARQUE ESCOLAR (5%).

Pese embora, a representatividade dos montantes depositados através de cheques, os valores dos depósitos em numerário continuam a crescer mais do que os dos cheques, tendência já ressaltada no ano transato (em 2017, sofreram um acréscimo de cerca de € 6 milhões, face a 2016). Do total dos depósitos em numerário efetuados em 2017, sete organismos são responsáveis por cerca de 50% dos mesmos: o IMT (8%), a DGPC (8%), a ARSN (8%), a PSP (7%), a ARSLVT (7%), o IRN (6%) e a ARSC (5%).

Em termos de talões depositados assistiu-se, no ano em análise, a um ligeiro crescimento (2%), comparativamente com o ano de 2016. Realce-se a evolução negativa sofrida pelo número de talões de cheques depositados (menos cerca de 4 000 que no ano transato). Dos talões depositados, 91% são relativos a numerário, sendo quatro organismos responsáveis por cerca 50% desses talões (223 mil): a ARSN (19%), o IRN (14%), a ARSLVT (12%) e o IMT (10%).





Fonte: *Homebanking*

Importa ainda referir que na sequência das reconciliações manuais, efetuadas diariamente, aos cerca de 457 mil talões, foram apuradas 2.743 divergências entre talões emitidos e talões transmitidos pelos bancos, as quais originaram a movimentação das contas dos Clientes e das contas *nostro* dos bancos envolvidos. A maioria das regularizações recaiu nos depósitos em numerário.

Ao nível dos talões não depositados pelos Cliente e que caducaram, por terem perdido a validade, os mesmos, em 2017, rondaram os 10 mil aos quais corresponderam valores de cerca de € 29 milhões.

Para estes valores contribuíram a ARSN e a ARSLVT, responsáveis por cerca de 41% do número de talões caducados e a PARVALOREM responsável por cerca de 50% dos valores dos depósitos emitidos e caducados.

Face a 2016, os talões caducados aumentaram cerca de 3% (331) e mantiveram mais ao menos o respetivo montante.

2.4.3. Cobranças Multibanco

No âmbito dos serviços bancários prestados pelo IGCP, E.P.E., alguns Clientes com contas abertas no HB têm vindo a arrecadar as suas receitas através da utilização da funcionalidade de pagamentos de serviços das caixas automáticas multibanco da SIBS.

No final de 2017 existiam 140 organismos aderentes ao serviço de cobranças multibanco (20% do universo total de Clientes), detentores de 260 referências multibanco, tendo arrecadado cerca de € 709 milhões.

COBRANÇAS MULTIBANCO

Ano	Entidades Criadas	Variação	Nº Operações	Variação	Valor Cobrado (em Milhões €)	Variação	Encargos (em Milhões €)	Variação	Peso dos Encargos
2016	13	**-23%**	3,505,258	**22%**	638	**11%**	2.60	**23%**	0.41%
2017	10		4,288,230		709		3.20		0.45%

Fonte: *Homebanking* e Sistema de Compensação Multibanco

Em termos de operações concretizadas, em 2017 contínua a observar-se um aumento de 22%, como resultado do direcionamento das cobranças dos Clientes da banca comercial para a esfera do IGCP, E.P.E. Destaque-se o IRN, cujas operações representaram 66% do total.

Os valores centralizados na tesouraria do Estado através desta funcionalidade apresentaram, no ano em reporte, um acréscimo de 11%.

Os maiores valores cobrados através da rede de multibancos da SIBS verificaram-se nas subscrições de produtos de aforro, via AforroNet, representando 47% do total e nas receitas do IRN, representando 28% dos valores arrecadados, nesse ano.

Como consequência do aumento do número de operações concretizadas (22%), os encargos suportados pelos Clientes pela utilização das caixas automáticas multibanco da SIBS, sofreu um acréscimo de cerca de € 0,6 milhões.

2.4.4. Transferências Recebidas

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS

Em Milhões €

Tipo TEI	*HB*	Nº TEI Recebidas	Montante Recebido
Nacionais	*HB1*	556.792	4.613,00
	HB2	12.470	555,44
	Total	**569.262**	**5.168,44**
Não Nacionais	*HB1*	39.888	12.046,46
	HB2	1.098	618,65
	Total	**40.986**	**12.665,11**
Internas	*HB1*	387.335	71.960,47
	HB2	14.826	2.949,91
	Total	**402.161**	**74.910,39**
TotalL		**1.012.409**	**92.743,93**

Fonte: *Homebanking*

Durante o ano de 2017, foram recebidas por 623 organismos com contas no *HB* (91% do universo de Clientes), cerca de 1 milhão de transferências interbancárias (mais 4%, que em 2016), responsáveis pela entrada de cerca de € 92.744 milhões (menos 18%, que em 2016).

56% do número de transferências recebidas foram ordenadas por bancos no espaço nacional, enquanto que, em termos de montantes, 81% resultaram de transferências internas do IGCP, E.P.E.

As transferências não nacionais[5] têm um peso de 4% e 14%, no número e no montante das transferências recebidas, respetivamente.

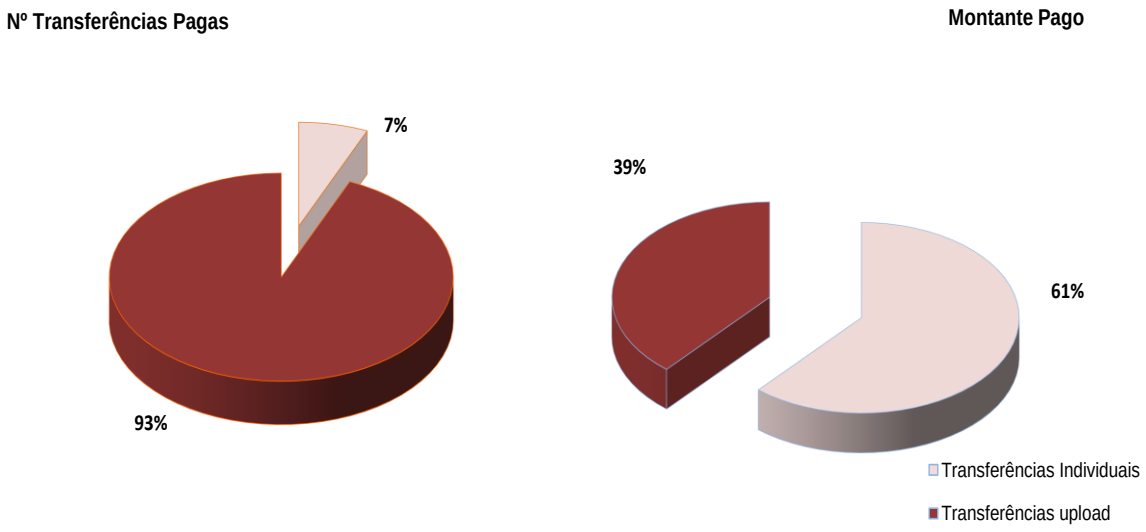
O organismo que mais transferências recebeu foi o próprio IGCP, E.P.E., com cerca de 131 mil transações creditadas em conta (13%, do total). Em termos de montantes, o organismo que maiores valores recebeu foi o IGFSS, com cerca de € 16 mil milhões (17% do total).

[5] Transferências europeias em euros, com origem ou destino em *IBAN* não iniciados por PT50, consoante forem recebidas ou pagas.

2.4.5. Transferências Emitidas e Pagas

As transferências emitidas através do *online HB* podem ser executadas pelos Clientes, individualmente ou agregadas, através do carregamento de ficheiros com várias emissões (*upload* de TEI).

Em termos globais, por *upload* foram pagas 93% do número de transferências, enquanto, em termos de montantes, as emissões concretizadas individualmente foram responsáveis por 61% dos valores pagos. Este cenário é semelhante ao ocorrido em 2016.



Fonte: *Homebanking*

2.4.5.1. Por *Upload* de ficheiros no *HB*

No ano em análise foram processados com sucesso no *HB*, através da funcionalidade de *upload,* 50 543 ficheiros de transferência, tendo 49 024 (97%) sido processados no 1ª instância e 1.519 (3%) na 2ª.

Esta funcionalidade foi utilizada por 398 Clientes (58% do universo total).

Desses processamentos resultou o pagamento de quase 7 milhões de transferências, das quais 99% foram para bancos nacionais.

Os Clientes que mais transferências emitiram, através de *upload*, foram o IEFP e a DGES, com 864 965 transferências (13%) e 513 257 (9%), respetivamente.

Em termos de montantes pagos por *upload* de ficheiros, num total que ronda os cerca de € 41 mil milhões, 56% foram pagos para contas sedeadas no IGCP, E.P.E. e 43% para contas em bancos nacionais. Três organismos são responsáveis por 55% dos montantes pagos através desta funcionalidade, o próprio IGCP, com € 9,5 milhões (23%), a ACSS com € 7,3 milhões (18%) e ADCoesão com € 5,6 milhões (14%).

TRANSFERÊNCIAS EMITIDAS E PAGAS - *UPLOAD*

Em Milhões €

Tipo TEI	HB	Nº TEI Pagas	Montante Pago
Nacionais	*HB1*	6.577.913	17.046,12
	HB2	167.328	482,82
	Total	**6.745.241**	**17.528,94**
Não Nacionais	*HB1*	10.304	135,74
	HB2	101	0,39
	Total	**10.405**	**136,13**
Internas	*HB1*	43.631	22.655,72
	HB2	775	207,14
	Total	**44.406**	**22.862,86**
Total		**6.800.052**	**40.527,93**

Fonte: *Homebanking*

Comparativamente com o ano transato, em 2017 utilizaram a funcionalidade de *upload* de ficheiros mais 12 Clientes, assistindo-se a um acréscimo de 2.646 ficheiros processados por *upload* (mais 6%), acompanhada por um aumento no número de transferências pagas, de 3% e uma diminuição nos montantes pagos, de 7%.

2.4.5.2. Por *Online* do *HB*

Utilizaram a emissão de transferências individuais no *HB* 610 Clientes (89% do universo total). Estas emissões originaram o pagamento de cerca de 474 mil transferências, das quais 60% foram para bancos nacionais e 38% para contas sedeadas no IGCP, E.P.E..

Os Clientes que mais transferências emitiram, através do *online*, foram a GNR, a AT e o EXÉRCITO, com 16 466 (3%), 16 070 (3%) e 14 089 (3%) transferências, respetivamente.

No que respeita aos montantes pagos por esta funcionalidade, os mesmos rondaram os € 64,3 milhões, dos quais 96% foram para contas sedeadas no IGCP, E.P.E. (48%) e para contas nos bancos nacionais (48%). Os organismos responsáveis por cerca de 50% dos montantes pagos pelo *online* são o IGFSS, com cerca de € 14,2 milhões, a CGA, com cerca de € 9,9 milhões, o IGCP, E.P.E., com cerca de € 9 milhões.

TRANSFERÊNCIAS EMITIDAS E PAGAS - *INDIVIDUAIS*

Em Milhões €

Tipo TEI	*HB*	Nº TEI Pagas	Montante Pago
Nacionais	*HB1*	264,095	30,443.10
	HB2	18,112	235.29
	Total	**282,207**	**30,678.39**
Não Nacionais	*HB1*	11,461	2,792.81
	HB2	649	104.91
	Total	**12,110**	**2,897.72**
Internas	*HB1*	172,620	29,100.88
	HB2	7,340	1,577.98
	Total	**179,960**	**30,678.86**
	Total	**474,277**	**64,254.98**

Fonte: *Homebanking*

Em comparação com o ano de 2016, utilizaram a emissão de transferências bancárias pelo *online* do HB, em 2017, mais 6 Clientes, assistindo-se a um decréscimo no número de transferências e montantes pagos, de 2% e 17%, respetivamente.

2.4.6Tesouraria Externa

Durante o ano 2017, promoveu-se a execução de todas as tarefas inerentes à verificação dos Pedidos de Transferências Interbancárias (PTI - pagamentos em moeda diferente do EUR ou para países fora do espaço *SEPA*) inseridas pelos Clientes no *HB*, pelas ordens de pagamento urgentes em EUR (executadas via *TARGET2 -Trans-European Automated Real-time Gross settlement Express Transfer system*) e ao registo e validação dos movimentos ocorridos na tesouraria externa (quer de pagamentos, quer de recebimentos), nas várias contas dos Clientes domiciliadas na tesouraria do Estado.

Em 2017, na sequência das operações realizadas na tesouraria externa foram concretizadas cerca de 10 mil registos manuais afetando as várias contas dos Clientes e as correspondentes contas *nostro*.

O quadro infra evidencia a evolução das operações ocorridas na tesouraria externa, entre 2016 e 2017.

TESOURARIA EXTERNA

Tesouraria Externa	Pedidos dos Clientes		Montantes (em mil €)	
	2016	2017	2016	2017
Pagamentos	**6.755**	**8.059**	**1.017.414**	**401.024**
Transferências Internacionais	6.709	8.015	1.017.345	400.972
Cheques s/ Estrangeiro	46	44	69	52
Recebimentos	**1.571**	**1.403**	**49.750**	**54.896**
Transferências Internacionais	1.160	1.069	49.540	54.723
Cheques s/ Estrangeiro	411	334	210	173

Fonte: Base de dados ordem externa

2.4.6.1. Pagamentos Internacionais

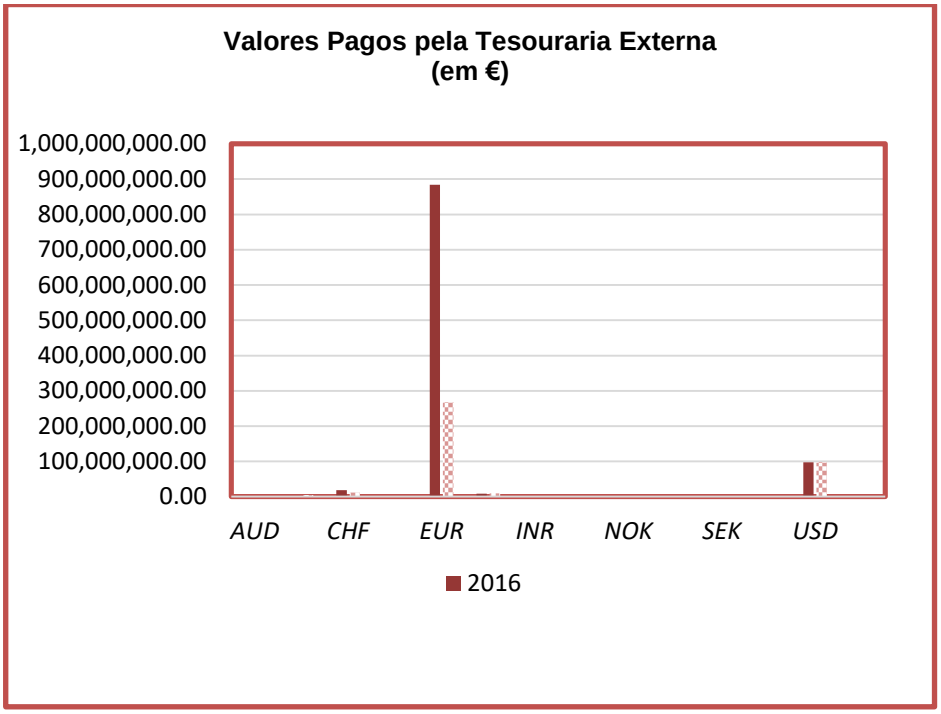
O meio de pagamento mais utilizado foi a transferência, representando a emissão de cheques sobre o estrangeiro somente 0,55% dos pedidos de pagamento executados.

Comparativamente com 2016, em 2017 o número de pedidos de pagamento na ordem externa solicitados pelos Clientes apresentou um acréscimo de cerca de 19% (mais 1 306 pedidos), em oposição, em termos dos montantes pagos, verifica-se uma redução de cerca de 61% (menos cerca de € 616 milhões). Em termos do número de pedidos, o aumento evidenciado relacionou-se com a dinâmica da automatização dos PTI no *HB*, que tornou a sua concretização mais fácil e célere. No que respeita à diminuição registada em termos de montantes pagos pela tesouraria externa, a mesma poderá estar relacionada pela redução, no ano em análise, das operações extraordinárias relativas ao pagamento de *SWAPS* dos organismos do SEE.

No que respeita aos montantes pagos, o MNE, a IP, o MP e a CP foram responsáveis por 54% dos valores pagos na tesouraria externa, enquanto, em termos de número de pedidos, o MNE, deteve um peso de 30%.

Os pedidos de pagamentos, na totalidade de 8 059, foram massivamente executados em EUR (45%) e *USD* (33%). Dos € 401 milhões de montantes pagos na tesouraria externa, 67% foram pagos em EUR, à semelhança dos anos anteriores (€ 267 milhões).

O gráfico seguinte ilustra a evolução dos valores pagos por divisa.



Fonte: Base de dados ordem externa

A atual conjuntura de baixa das taxas de juro nos mercados levou a que os bancos internacionais aumentassem o comissionamento na execução de ordens de pagamento em divisas diferentes do EUR e/ou para países fora do espaço *SEPA*.

Esta situação, conduziu a que o IGCP, E.P.E. tivesse de renegociar os termos contratuais junto do seu parceiro internacional de apoio à concretização dessas ordens. Na sequência dessa renegociação, os Clientes passaram a ter que optar, por uma das seguintes alternativas de comissionamento:

a) Comissão OUR – Encargos de pagamento por conta do ordenador (Cliente), no valor fixo de € 22, cada. Ao beneficiário final não é cobrado qualquer encargo;
b) Comissão SHA – Encargos partilhados entre o ordenador e o beneficiário final. O banco internacional parceiro do IGCP, E.P.E. não cobra qualquer encargo. A existirem encargos são onerados pelo banco correspondente e/ou pelo banco do beneficiário, sendo estes cobrados ao beneficiário final.

O quadro abaixo ilustra os encargos bancários suportados pelo Clientes pela concretização de ordens de pagamento internacionais, por transferência (€ 22, opção OUR) ou por cheque (€ 10), tendo os mesmos se cifrado em cerca de € 169 mil.

ENCARGOS DA TESOURARIA EXTERNA

Tesouraria Externa	Pedidos de Clientes	Encargos (em €)
Encargos	**7,709**	**169,070**
Transferências Internacionais	7,665	168,630
Cheques s/ Estrangeiro	44	440

Fonte: Base de dados ordem externa

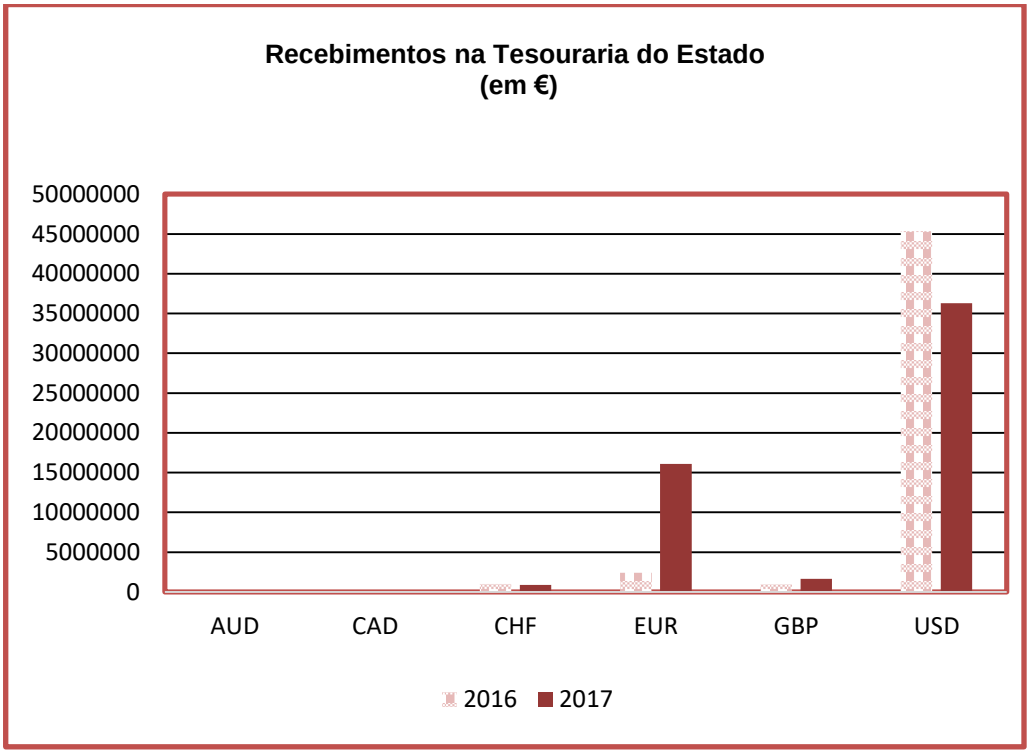
De 2016 para 2017, assistiu-se a um aumento de cerca de € 10 400 (7% face ao ano homólogo) dos encargos suportados pelos Clientes.

2.4.6.2. Recebimentos Internacionais

Em termos de recebimentos na tesouraria externa, verificou-se em 2017 um crescimento de cerca de 10% em termos dos montantes recebidos e uma redução de cerca de 11% no número de recebimentos.

No que reporta aos montantes recebidos, a DGTF foi responsável por 51% dos valores entrados na tesouraria externa, enquanto, em termos de número de recebimentos, o MNE deteve um peso de 34%.

Os recebimentos foram na sua maioria em *USD*, quer em número (60%), quer em valor (66%). Os recebimentos por transferência representam 76% do total das operações.



Fonte: Base de dados ordem externa

2.4.7. IGCP *Charge Card*

Em 2017, o total de cartões atribuídos cresceu 24% face ao ano anterior, atingindo um total de 1 239 cartões ativos. Este acréscimo resulta de um incremento de 27% no número de adesões aos cartões da versão base e de 12% nos cartões da versão *plus*.

IGCP CHARGE CARD

Em mil €

Versão	Compras		Levantamentos			Total das Despesas
	Montante	% do Total	Nº	Montante	% do Total	
Base	2.465	39%	8.775	1.502	92%	3.966
Plus	3.854	61%	682	136	8%	3.989
Total	**6.318**	**100%**	**9.457**	**1.637**	**100%**	**7.956**

Fonte: Base de dados de ficheiros trocados com a *UNICRE*

Estes cartões permitiram executar despesas públicas de cerca de € 8 milhões (contra € 6,7 milhões, em 2016), as quais englobam compras de cerca de € 6,3 milhões (crescimento de 18%, face ao ano transato) e levantamentos de cerca de € 1,6 milhões (crescimento de 24%, face ao ano transato).

O cartão mais requisitado pelos Clientes continua a ser o da versão base (956), cujo total das despesas realizadas foi utilizado 38% em levantamentos e 62% em compras, esta última modalidade com um aumento de cerca de € 890 mil face a 2016.

Nesta versão, o número de operações de levantamento efetuadas teve um acréscimo de 1 556 em relação ao ano anterior, correspondendo a cerca de mais € 294 mil de despesas realizadas. Saliente-se ainda que os montantes levantados com a versão base correspondem a 91% do total dos levantamentos efetuados com as duas versões (€ 1,6 milhões).

O encargo suportado pelo IGCP, E.P.E., no que respeita às operações de levantamento com o cartão da versão base, cifrou-se em cerca 14 mil €, enquanto o suportado pelos Clientes rondou os € 4 mil.

A versão *plus* continua a ser utilizada maioritariamente para a realização de compras, tendo os levantamentos uma expressão reduzida (cerca de 3% do montante global de despesa realizada por este tipo de cartão).

2.4.8. Débitos Diretos

Em 2017, efetuou-se o apoio e acompanhamento dos Clientes no âmbito dos débitos diretos *SEPA*. Em face das ações de promoção deste serviço bancário e dos vários contatos estabelecidos junto dos Clientes, foi possível atingir-se os resultados que se apresentam no quadro abaixo.

DÉBITOS DIRETOS

Em mil €

Período	IDD					
	Pagas		Revogadas		Revertidas	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Nº
2016	34.622	37.190	30	1	7	6
2017	38.277	44.039	29	497	4	8
Variação	**3.655**	**6.849**	**-1**	**496**	**-3**	**2**

Fonte: *Homebanking*

Atualmente são utilizadores da funcionalidade de débitos diretos 499 Clientes (73% do universo total), correspondendo a uma adesão de 67 novos organismos, face ao último período de análise.

Em 2017, verificou-se um aumento de cerca de 11% no número de IDD pagas e de 18,5% nos montantes debitados nas contas dos Clientes aderentes a este serviço. Este incremento pode ser justificado pelo aumento da adesão dos Clientes aos cartões *IGCP Charge Card* .

As entidades credoras UNICRE, EDP, MEO, CTT e Galp enviaram 50% das IDD pagas, com valores que geraram cobranças de cerca de € 22,5 milhões.

2.5. Serviços Bancários da RCE

Integram a RCE, as Entidades Administradoras/Liquidadoras, organismos públicos responsáveis pela emissão e administração de receitas arrecadadas através do DUC, cujas regras de utilização se encontram definidas na Portaria nº 1423 – I/2013, de 31 de dezembro, e as Entidades Cobradoras, responsáveis pela cobrança dos documentos emitidos pelas primeiras.

Em 2017, as Entidades Cobradoras são as que abaixo se indicam:

1) Entidades Colaboradoras na Cobrança (ECC), com quem o IGCP estabeleceu protocolos de cobrança DUC – APB (NB, Banco BPI, BST, BBVA, Barclays, MBCP, CGD, CEMG, DB, CCAM, BPOP, EuroBIC, BANKINTER e o NBA), a SIBS, os CTT e o IRN.
2) O IGCP que permite a cobrança de DUC, através dos canais: *HB* e SGT-CC.
3) Entidades Públicas com funções de Caixas do Tesouro (Portaria nº 959/99, de 7 de setembro) – Secções de Cobrança adstritas à AT.

O controlo e gestão da RCE adstrita ao IGCP, E.P.E. é efetuado com o apoio do SCE, de forma a garantir a qualidade da informação de cobrança que circula na rede.

Este sistema permite auxiliar na execução das atividades de racionalização dos processos de arrecadação e controlo das receitas cobradas, mediante a confrontação entre a informação dos valores dos documentos cobrados e os correspondentes depósitos efetuados em contas do IGCP, E.P.E. domiciliadas nas Entidades Bancárias de apoio à rede.

Em paralelo, permite ainda auxiliar nas tarefas de controlo do processo de centralização de fundos, mediante a confrontação dos depósitos efetuados nas contas do IGCP, E.P.E. na banca comercial, com os correlativos fundos transferidos para a tesouraria do Estado.

2.5.1. As Entidades Administradoras/Liquidadoras

Em 2017 existiam 16 Entidades Administradoras/Liquidadoras de receitas (cerca de 2%, do universo total de Clientes).

Durante o ano em análise aderiram ao DUC, o SEF, a ICNF e o IHRU este último não apresentando no final de 2017 ainda cobranças. Foram ainda efetuadas diligências no sentido de integrar a AMA, o IRN, o Tribunal Constitucional e a ENMC na RCE.

No quadro abaixo, resumem-se, comparativamente com o ano de 2016, as quantidades e volumes de cobranças realizados por DUC, em 2017, afetos a cada Entidade Administradora, na sequência da utilização dos serviços de cobrança da RCE.

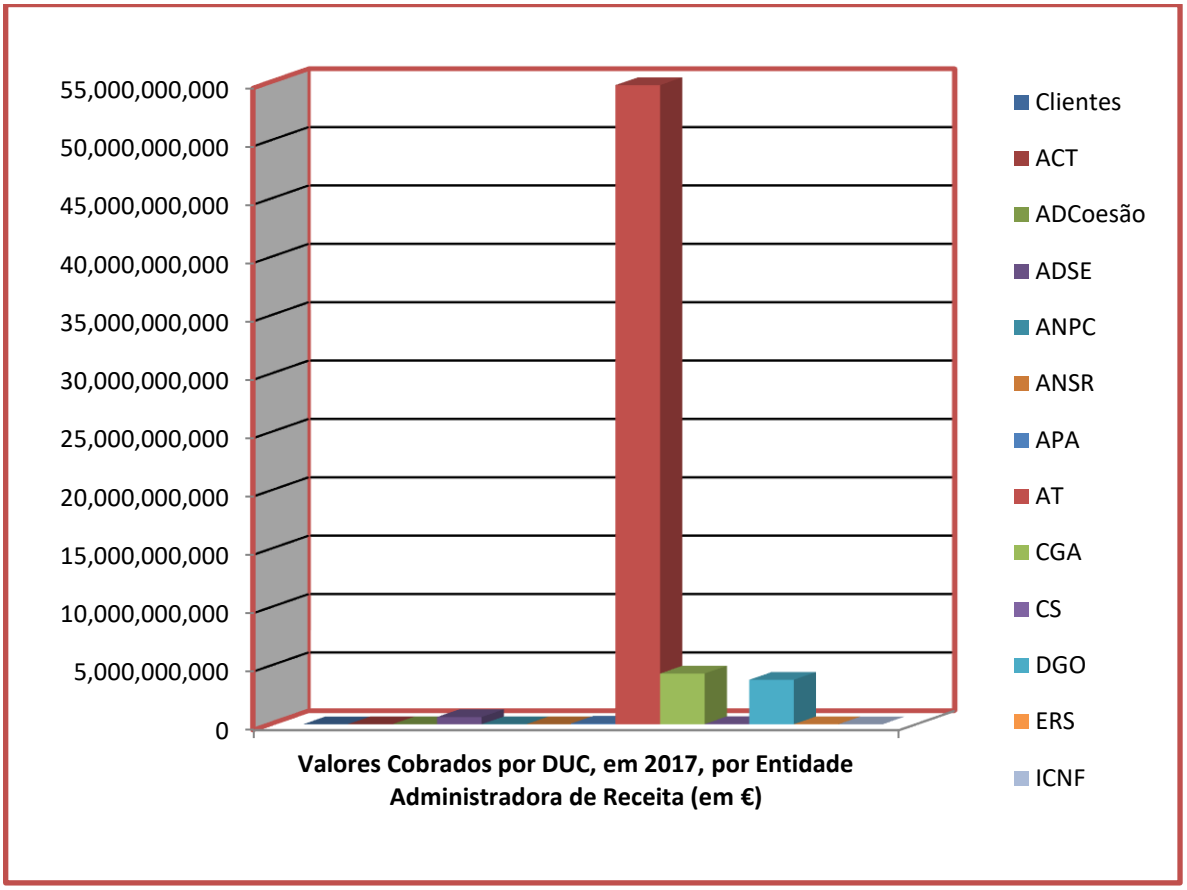
DUC POR ENTIDADE ADMINISTRADORA

Organismo Cliente	Valores Cobrados DUC/2016 (em mil €)	Valores Cobrados DUC/2017 (em mil €)	Variação (em mil €)	Documentos Cobrados DUC/2016	Documentos Cobrados DUC/2017	Variação
ACT	1,512	1,472	**-40**	3,613	2,702	**-911**
ADSE	608,223	618,465	**10,242**	89,890	91,897	**2,007**
ADCoesão	3,315	3,580	**264**	174	161	**-13**
ANPC	3,829	4,167	**337**	12,375	13,991	**1,616**
ANSR	5,692	1,866	**-3,826**	51,938	17,008	**-34,930**
APA	28,877	52,992	**24,115**	37,142	69,194	**32,052**
ASF	162,835	171,249	**8,415**	32,247	31,026	**-1,221**
AT	52,469,004	54,753,906	**2,284,902**	25,342,671	27,121,393	**1,778,722**
CS	16,018	17,700	**1,682**	41,106	38,032	**-3,074**
CGA	4,439,193	4,346,494	**-92,700**	58,171	55,944	**-2,227**
DGO	4,226,856	3,811,593	**-415,262**	13,538	12,975	**-563**
ERS	7,514	8,069	**554**	15,538	17,194	**1,656**
ICNF	0	18	**18**	0	62	**62**
IGFEJ	414,662	374,131	**-40,531**	995,619	967,467	**-28,152**
SEF	0	1,613	**1,613**	0	415	**415**
Total	**62,387,531**	**64,167,314**	**1,779,783**	**26,694,022**	**28,439,461**	**1,745,439**

Fonte: SCE

O valor cobrado através de DUC ascendeu a € 64.167 milhões, dos quais 85% respeitam a valores administrados pela AT. Por sua vez, a CGA e a DGO foram responsáveis por 7% e 6% do montante total de DUC pagos, respetivamente.

Em conjunto, os DUC administrados por estas três entidades foram responsáveis por, cerca de 98% dos valores arrecadados, conforme se constata no gráfico abaixo.



Fonte: SCE

Face a 2016, os montantes pagos através de DUC sofreram um ligeiro aumento de 3%, para tal contribuíram, essencialmente, as receitas administradas pela AT (acréscimo de € 2,3 milhões).

Em termos do número de DUC cobrados, verificou-se que, de 2016 para 2017, houve uma variação positiva de cerca de 7%, para a qual muito contribuiu a AT com um aumento de cerca de 1,8 milhões de documentos cobrados. Esta entidade foi ainda responsável, em 2017, por 95% do número de DUC pagos.

2.5.2. As Entidades Cobradoras

No quadro abaixo, resumem-se as cobranças DUC concretizadas pelas Entidades Cobradoras da RCE.

DUC POR ENTIDADE COBRADORA

Entidades Cobradoras	Documentos Cobrados	Valores Cobrados (em Milhões €)
Bancos	3,580,188	25,236
Cx Tesouro	8,878,583	15,650
CTT	1,430,598	3,760
SIBS	14,094,175	10,172
IRN	69,513	62
IGCP	386,404	9,349
Total	**28,439,461**	**64,229**

Fonte: SCE

Os maiores volumes de cobrança foram realizados pelos Bancos aderentes à RCE, representando 39% do total, os quais são ainda responsáveis por 13% dos DUC pagos.

Por sua vez, a SIBS sobressai como a Entidade Cobradora na qual foram pagos 50% dos documentos, sendo, no entanto, apenas responsável por 16% do volume de cobranças.

O IGCP, E.P.E. foi responsável por 15% dos montantes cobrados, os quais correspondem a 1% dos DUC cobrados, no ano em reporte. As Caixas do Tesouro, por sua vez, foram responsáveis por 31% dos DUC cobrados e 24% dos montantes arrecadados na RCE. Os CTT cobraram 5% dos DUC em circulação, representando 6% dos montantes pagos em 2017.

Comparativamente com o ano transato, em termos de documentos cobrados, em 2017 registou-se um crescimento de 7%, que se ficou a dever ao aumento do número de documentos pagos na SIBS, o qual se cifrou em cerca de 1,7 milhões de DUC que em 2016. Quanto ao montantes cobrados, estes evidenciaram também um crescimento de 3%, que se ficou a dever essencialmente aos bancos, com mais de € 1,9 milhões de valores arrecadados que no período homólogo.

A tendência dos últimos anos aponta para um crescimento do peso dos Bancos e da SIBS na RCE, em detrimento dos CTT e das Caixas do Tesouro, entidades que apresentaram, de 2016 para 2017, um decréscimo de 3% e 6% em termos de documentos cobrados e de 14% e 2%, em termos de montantes arrecadados, respetivamente. Esta tendência parece reforçar a ideia da preferência dos devedores por meios de pagamento eletrónico.

Saliente-se que acresce, ao montante de cerca de € 15,7 milhões cobrado por DUC pelas Caixas do Tesouro, o valor recebido através dos designados não-DUC que, em 2017, ascendeu a cerca de € 2,9 milhões.

2.5.3. Os encargos com a RCE

2.5.3.1. Da responsabilidade do IGCP, E.P.E.

O IGCP, E.P.E. mantem protocolos celebrados com a SIBS, os CTT e a Associação Portuguesa de Bancos que representa 12 bancos aderentes, na sequência dos protocolos de cobrança DUC estabelecidos com as ECC, durante 2017, suportou encargos na ordem dos € 14 milhões (idêntico aos de 2016).

2.5.3.2. Da responsabilidade das Entidades Administradoras

Em regra, o IGCP, E.P.E. estabelece, ainda, protocolos de prestação de serviços de cobrança DUC, com as Entidades Administradoras de receita, para utilização dos locais e mecanismos de cobrança da RCE. Nos acordos estabelecidos, o IGCP, E.P.E. repassa aos Clientes, o valor dos encargos pagos às ECC, por documento cobrado.

Os encargos suportados pelos Clientes, em 2017, ascenderam a cerca de € 408 mil.

2.5.4. Certificações dos Valores Entregues pelas Caixas do Tesouro

Para assegurar a prestação dos serviços bancários de apoio às Caixas do Tesouro, no âmbito da RCE, o IGCP, E.P.E. detêm 389 contas bancárias, distribuídas por 2 Bancos (NB e MBCP), com os quais se estabeleceram contratos em 8 de fevereiro e 2017, em resultado de um concurso público internacional desencadeado em meados de 2016.

O NB apoia 195 Caixas do Tesouro e o MBCP apoia as restantes 194 Caixas do Tesouro.

No âmbito da prestação dos referidos serviços bancários, foi possível assegurar que os pagamentos eletrónicos efetuados através de TPA pudessem ser também alargados à utilização dos cartões de crédito, iniciativa esta que foi acolhida mais tarde como uma das Medidas *Simplex.*

A fim de garantir que os valores cobrados são efetivamente depositados e transferidos para a tesouraria do Estado, em conformidade com o estabelecido legalmente na Portaria nº 959/99, de 7 setembro e com os termos dos protocolos celebrados com a Banca, são executadas diariamente conferências entre cobranças/depósitos/fundos, com o apoio do Sistema de Cobranças do Estado (SCE).

2.6. Outros Serviços Bancários

2.6.1. Validação da conformidade entre IBAN/NIF

Em 2017, promoveram-se cerca de 39 mil validações de IBAN/NIF, sendo o IFAP responsável por 74% dos registos confirmados, tendo, por essa via, suportado os maiores encargos.

VALIDAÇÃO IBAN/NIF

Organismos Clientes	Total de Validações	Valor do Encargo (em €)
IFAP	29.263	1.800
ADCoesão	10.019	616
Total	**39.282**	**2.416**

Fonte: SGT

Refira-se que, face ao ano anterior, se verifica um acréscimo no número de validações totais ocorridas (cerca de 23%), tendo o IFAP apresentado um aumento de 6 798 (30%) registos e a ADCoesão um aumento de 447 (5%) registos de validação IBAN/NIF promovidas.

2.6.2. Emissão de Cheques

As emissões de cheques nacionais são efetuadas pelos organismos Clientes, através das contas por eles tituladas, domiciliadas no SGT-CC e no HB.

EMISSÃO CHEQUES

Em mil €

Clientes	Nº Cheques	Montante
SGT - AT	574,924	433,930.24
SGT - IGFEJ	7,126	3,616.11
SGT - IRN	1,235	132.39
HOMEBANKING	13,773	72,861.35
Total	**597,058**	**510,540.10**

Fonte: SGT

Em 2017 foram emitidos cerca de 597 mil cheques, tendo-se verificado uma redução de cerca de 10% da utilização deste meio de pagamento pelos Clientes do IGCP, E.P.E.

A AT continua a ser a principal responsável pela emissão de cheques do Tesouro (96%), pese embora tenha registado uma diminuição (10%), quando comparado com o ano de 2016. O maior decréscimo ocorreu nos pagamentos efetuados pela AT relativos aos reembolsos de IRS, com menos cerca de 85 mil emissões de cheques.

Cerca de 99,8% das emissões promovidas pela AT, são de cheques tipo "04"[6], em resultado das quais, o IGCP, E.P.E. já suportou, entre 2008 e 2017, um encargo adicional que ronda os € 4,3 milhões.

O IGFEJ, através da conta domiciliada no SGT-CC, reduziu a emissão de cheques no ano de 2017, em cerca de 927 cheques.

Acompanhando a tendência decrescente de utilização deste meio de pagamento, as emissões de cheques executadas através do *HB* sofreram um decréscimo de cerca de 1.400 cheques.

O Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT) é o Cliente do *HB* que mais cheques emitiu, sendo responsável por 31% das emissões efetuadas nessa aplicação. O valor médio dos cheques emitidos pelo FAT ronda os € 760.

Em termos de montantes pagos através de cheque, a AT (através dos seus balcões no SGT-CC) foi responsável por 85% e os Clientes utilizadores do HB, por 14%, destes, destaque-se o HDS e a IP que emitiram, em 2017, 525 e 862 cheques, respetivamente, que ascenderam a cerca de € 7,4 milhões e € 7,3 milhões, representando cada organismo, 10% do montante total pago através das emissões feitas pelo HB.

Esta tendência decrescente resulta dos mecanismos reguladores introduzidos para desincentivar o uso do cheque como meio de pagamento (custo por carta cheque e número mínimo a requisitar). Em face deste instrumento, os Clientes que solicitaram a emissão de cheques (cerca de 215 organismos, representando 31% do universo total de Clientes) suportaram, em 2017, encargos que rondaram os € 4.400.

2.6.3. Disponibilização de TPA

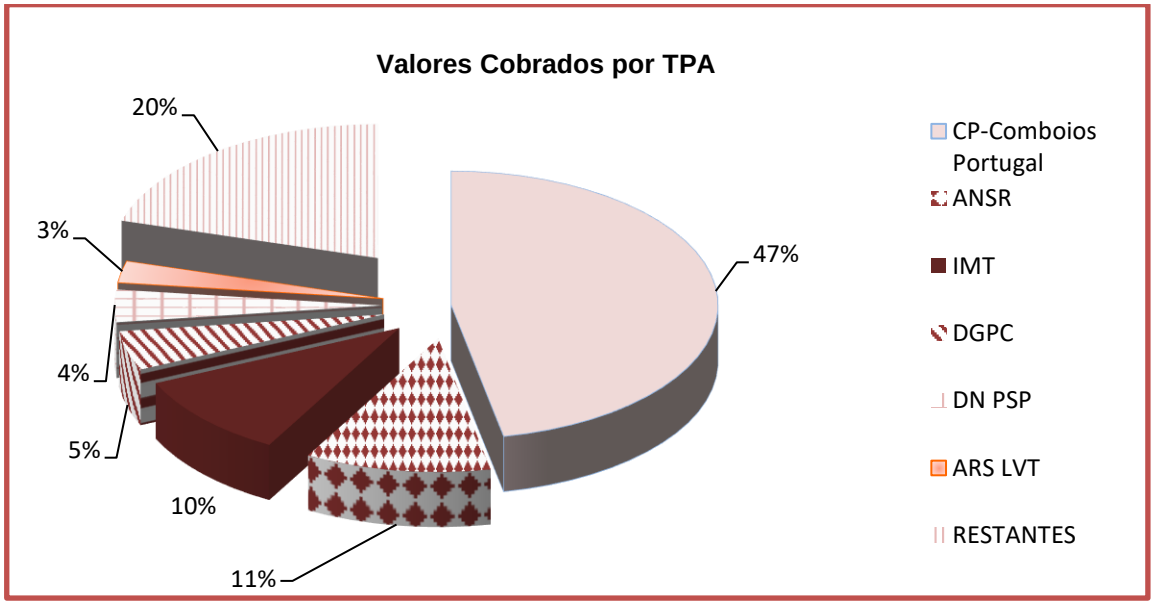
Em 2017, registou-se um novo aumento dos Clientes que contratualizaram com o IGCP, E.P.E. equipamentos TPA, atingindo os 92 organismos com acordos assinados, dos quais 11 foram celebrados no ano em reporte.

No que respeita ao número de TPA disponibilizados, registou-se um aumento de 935 equipamentos, representando um crescimento de 38%, face ao ano transato. Assim, em 2017, atingiu-se um total de 3.373 TPA cedidos.

Através de TPA foram centralizados na tesouraria do Estado valores que rondaram os € 116 milhões, representando um aumento de mais de 100%, face a 2016. A CP, novo Cliente em 2017, foi quem maiores valores cobrou, sendo responsável por 47% do total.

O gráfico abaixo ilustra a representatividade dos Clientes, em termos de montantes arrecadados.

[6] De acordo com a cláusula 4.3 do protocolo IBAN/NIF (celebrado entre a ex-DGCI, a ex-DGT, a APB e a SIBS), com o objetivo de desincentivar a emissão de cheques por parte da ex-DGCI, determinou-se a aplicação de uma penalização e a forma de conhecer os cheques solicitados no âmbito do pagamento de reembolsos de impostos. A saber: ***"A partir de Julho de 2007, caso seja necessário proceder à emissão de cheque para pagamento de reembolso de impostos, a DGT pagará ao Banco do Contribuinte 0,50 € (cinquenta cêntimos) por cada cheque emitido, atribuindo-lhe um código de "Tipo de Documento" específico,...".***



Fonte: Base de dados TPA

A Marina Parque das Nações foi a entidade que em termos de cobranças médias, por TPA, apresentou o maior valor, cerca de € 313 mil por equipamento.

No que respeita às operações concretizadas por TPA, a CP foi o organismo que atingiu o maior número, com 2 878 652 operações (57% do total).

Os custos suportados pelos Clientes, no âmbito dos acordos celebrados, ascenderam neste ano a mais de um milhão euros, mais 32% que em 2016. Os Clientes que suportaram mais encargos foram a CP e a ANSR, que pagaram, respetivamente, 22% e 15% dos custos totais faturados pelo IGCP.

2.6.4. Operações de Antecipação de Fundos

No âmbito do nº 1 do artigo 30º do RTE foram realizadas, em 2017, as operações de antecipação de fundos indicadas no quadro abaixo.

OPERAÇÕES DE ANTECIPAÇÃO DE FUNDOS

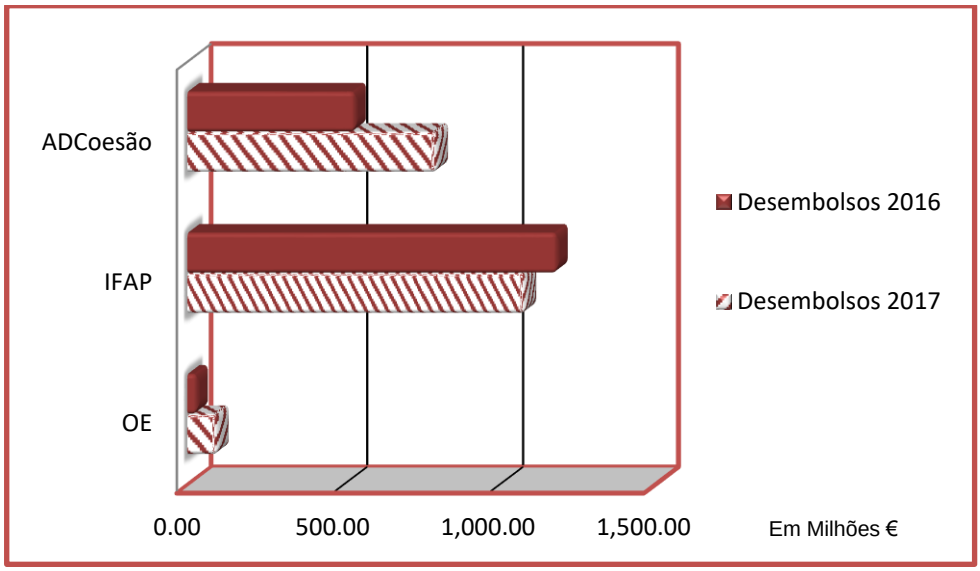
Em Milhões €

RTE - artigo 30º nº 1	Stock da dívida em 31/12/2016	Nº de Operações	Desembolsos	Amortizações	Stock da dívida em 31/12/2017
Ao abrigo da alínea b) - OE	0.00	6	96.50	96.50	0.00
Ao abrigo da alínea d) - RAA	0.00	0	0.00	0.00	0.00
Ao abrigo da alínea e) - IFAP	866.65	29	1,083.63	1,078.67	871.61
Ao abrigo da alínea e) - ADCoesão	1,679.64	4	800.00	1,077.00	1,402.64
Total	**2,546.29**	**39**	**1,980.13**	**2,252.16**	**2,274.25**

Fonte: *Homebanking*

Os valores em dívida no final de 2017 foram superiores em cerca de € 272 milhões, quando comparados com o ano anterior. O maior valor em dívida é apresentado pela ADCoesão (€ 1.402 milhões), representando 62% do valor total de antecipações de fundos por regularizar no final do ano em reporte.

Em 2017 foram efetuadas 39 operações de antecipação de fundos. Comparativamente com o ano homólogo foram antecipados valores superiores em cerca de € 229 milhões (acréscimo de 13%). Este aumento resultou, essencialmente, das operações realizadas ao abrigo da alínea e), tendo a ADCoesão apresentado um acréscimo face a 2016, de cerca de € 263 milhões, com apenas 4 operações solicitadas.

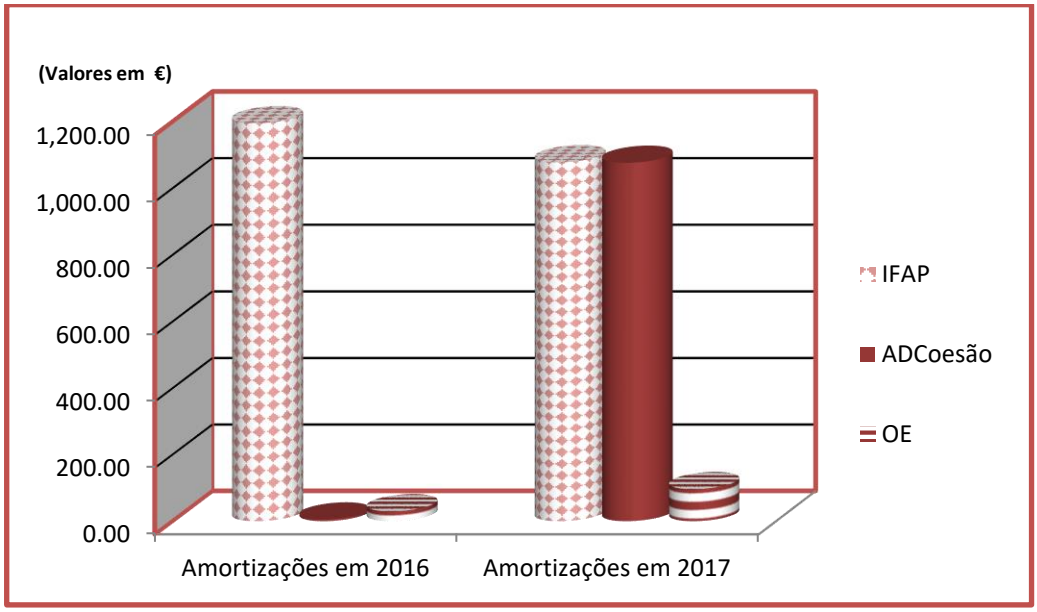


Fonte: *Homebanking*

Pese embora o IFAP seja responsável por mais de metade dos valores antecipados em 2017, esta entidade solicitou menos cerca de € 101 milhões que em 2016.

As antecipações de fundos concedidas ao abrigo da alínea b), aumentaram em € 67 milhões, de 2016 para 2017. As 6 operações realizadas ao abrigo desta alínea, no ano em reporte, de acordo com o artigo 32º do RTE, foram regularizadas até ao final de 2016.

Em 2017, a ADCoesão amortizou mais € 1.072 milhões que em 2016. Por sua vez, o IFAP registou menos € 117 milhões de amortizações. Em termos de peso no valor total das amortizações efetuadas durante o ano em análise, quer a ADCoesão, quer o IFAP regularizaram, cada, 48% do total amortizado.



Fonte: *Homebanking*

2.6.5. Reembolsos de Viagens da UE

A União Europeia (UE) participa no pagamento de viagens dos colaboradores dos organismos públicos que se deslocam a determinadas reuniões, promovidas no âmbito da Comissão e do Conselho.

Ao nível do Conselho, no início de cada ano, um "envelope" financeiro destinado a reembolsar as despesas efetuadas pelos organismos, na sequência das reuniões promovidas pelo Conselho. Os pedidos de reembolso são solicitados pelos Clientes ao IGCP, E.P.E. que os confirma quanto à sua elegibilidade e os arquiva digitalmente para efeito das auditorias periodicamente efetuadas pelo Conselho. Para os pedidos elegíveis, o IGCP, E.P.E. procede ao pagamento do reembolso a favor do organismo requerente.

O pagamento dos reembolsos das viagens à Comissão Europeia são executados pelo IGCP, E.P.E. mediante instruções diretamente recebidas desta.

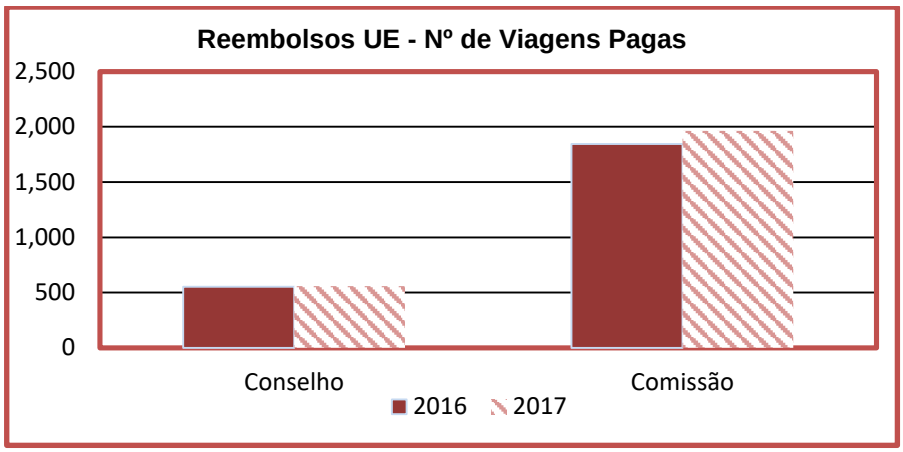
REEMBOLSOS UE

Reuniões	Nº de Viagens		Valores Reembolsados (em	
	2016	2017	2016	2017
Conselho	552	558	287,100	381,747
Comissão	1,846	1,963	1,161,576	1,336,948

Fonte: *Homebanking*

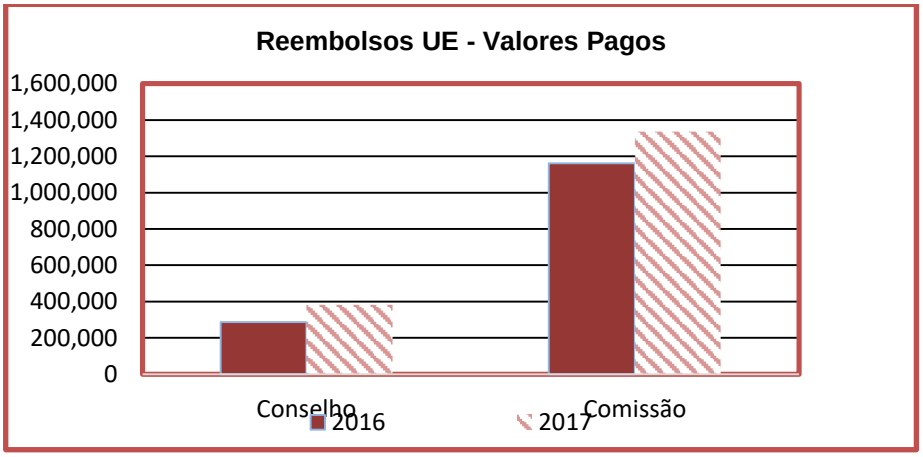
Em 2017, os reembolsos pagos da Comissão apresentam um peso de 78% e os do Conselho 22%, quer em termos dos totais de número de viagens, quer em termos dos totais dos montantes. Pese embora a sua expressão seja mais reduzida, o pagamento das viagens ao Conselho exige do IGCP, E.P.E. a realização de todo um trabalho prévio de análise documental, com vista à verificação da sua elegibilidade.

Comparativamente com o ano transato, o número de viagens pagas relativas a reuniões do Conselho manteve-se mais ou menos constante, quando aos reembolsos das viagens a reuniões da Comissão estes sofreram um aumento de cerca de 120. A evolução ao nível do número de viagens pagas em reuniões da UE pode ser observado no gráfico infra.



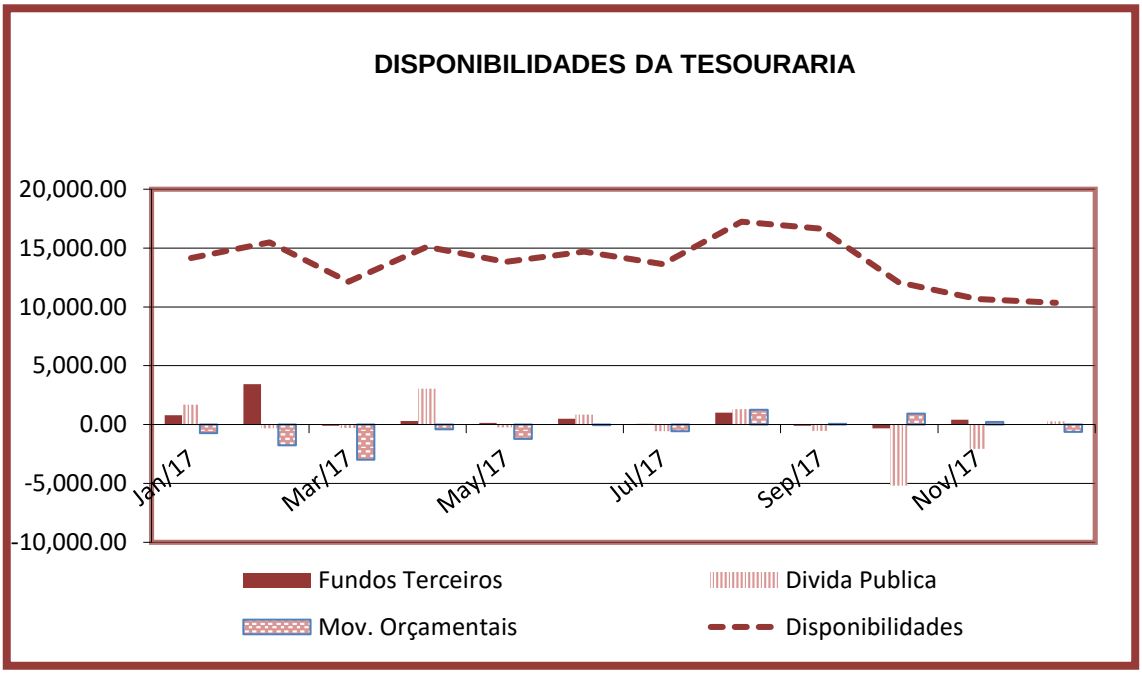
Fonte: *Homebanking*

Comparativamente com o ano transato, o montante das viagens pagas relativas a reuniões do Conselho apresentou um crescimento de 33%, como resultado de se ter iniciado no ano em reporte ao pagamento do alojamento da noite que antecede o dia da reunião, na sequência das Circulares e orientações do Conselho. Os valores dos reembolsos pagos na sequência das viagens a reuniões da Comissão sofreram também um aumento de 15%. A evolução ao nível dos montantes pagos pode ser observado no gráfico infra.



6.3 - SISTEMAS DE COMPENSAÇÃO/OPERAÇÕES DE LIQUIDAÇÃO

Uma gestão de tesouraria eficaz no curto prazo pressupõe o controlo diário dos pagamentos e recebimentos, a gestão dos fluxos para os dias subsequentes, a aplicação dos excedentes de tesouraria ou a cobertura de necessidades de saldos deficitários. O IGCP, E.P.E. dispõe ferramentas auxiliares de controlo de dados fornecidos pelos sistemas informáticos, assim como de informação disponibilizada por entidades institucionais contributivas com elevados valores para a tesouraria central do Estado, de modo a garantir e execução desta função com rigor e eficiência. Com o objetivo determinado de alcançar o equilíbrio financeiro, são efetuados rigorosos controlos de modo a minimizar os riscos de falta de liquidez para prevenir eventuais custos. Durante 2017, o resultado deste trabalho está apresentado no gráfico seguinte, onde é possível analisar a evolução consolidada das principais rúbricas:

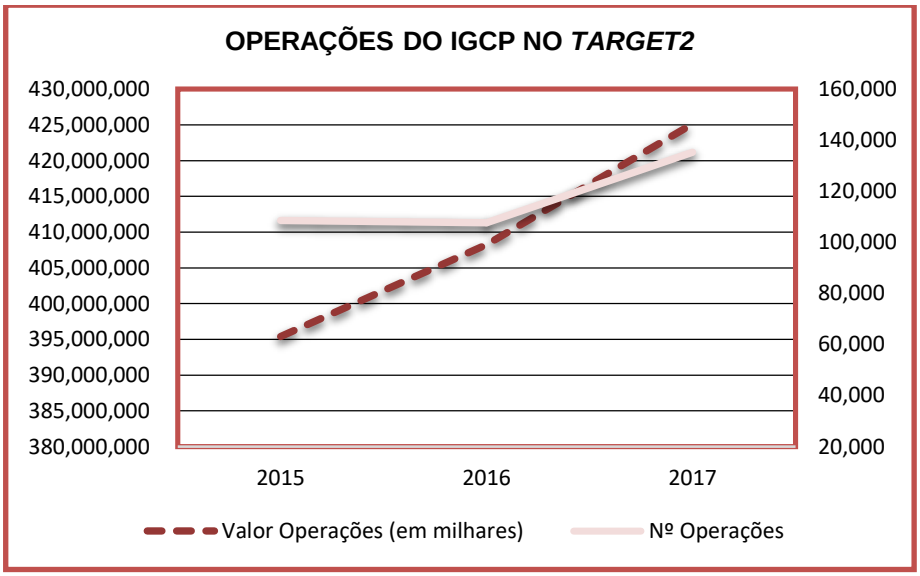


O SICOI (Sistema de Compensação Interbancária) é o sistema de pagamentos de retalho gerido pelo Banco de Portugal. O IGCP, E.P.E. participa no processamento e compensação dos pagamentos de retalho efetuados através de cheques, transferências, multibanco e débitos diretos, sendo possível observar a evolução no quadro abaixo:

SISTEMAS DE COMPENSAÇÃO DE RETALHO

	2016		2017	
Sistemas de Compensação	**Valor (em milhares)**	**Nº Operações**	**Valor (em milhares)**	**Nº Operações**
Multibanco recebidas	9,918,670	15,874,553	10,859,344	18,359,650
Trf. SEPA recebidas	8,690,701	642,377	8,332,280	656,323
Trf. SEPA emitidas	20,176,244	15,079,804	20,877,586	15,486,496
Trf. SEPA recebidas (média diária)	34,081	2,519	32,676	2,574
Trf. SEPA emitidas (média diária)	79,123	59,136	81,873	60,731
Transferências recebidas não-SEPA	8,878	1,313	7,787	1,270
Cheques pagos	311,452	602,864	299,139	530,813
Cheques pagos (média diária)	1,246	2,411	1,197	2,123
DD SEPA (vertente devedora)	36,968	34,288	43,169	38,249

A utilização das funcionalidades do *Target2* - Sistema de Pagamentos de Liquidação por Bruto em Tempo Real, permite ao IGCP, E.P.E. assegurar uma gestão diária da liquidez da tesouraria central do Estado, através do processamento dos pagamentos de grande montante, assim como as liquidações do sistema SICOI. Em termos gerais foram liquidadas 135.286 transações com um valor total de € 425.130 milhões, correspondendo a uma média diária de 531 transações, sendo possível verificar a evolução ocorrida nos últimos 3 anos no gráfico seguinte:



No quadro abaixo pode-se observar que no Target2 o peso das operações com instituições financeiras nacionais representam mais de 70% do montante transacionado:

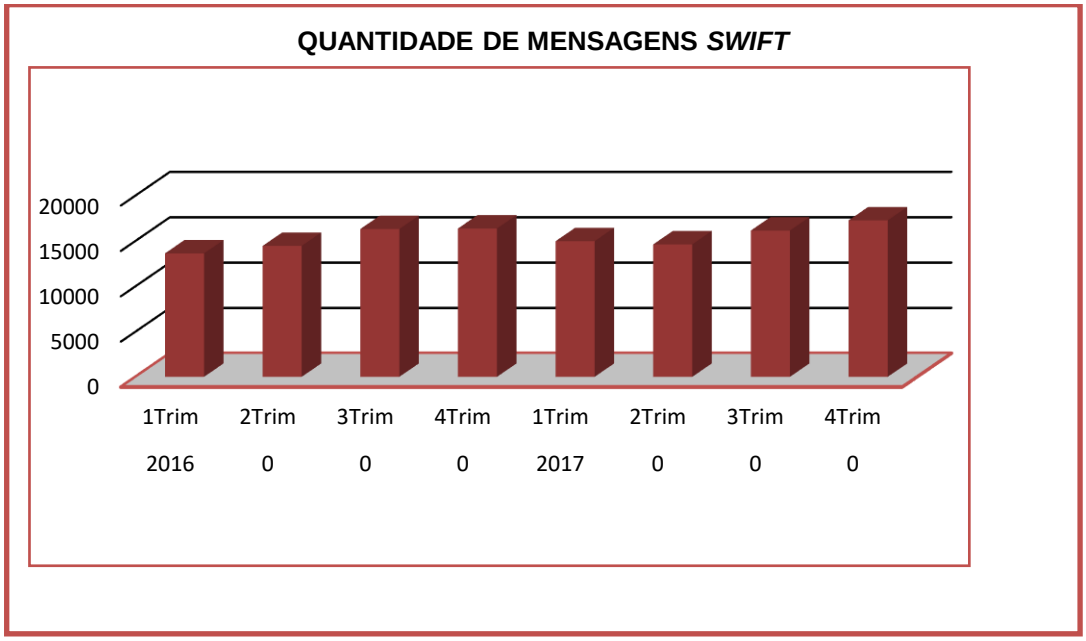
TOP 10 - PAÍS DE DESTINO

País	Montante (EUR)	Quantidade	Peso Relativo
Alemanha	2.144.470.142,36	455	1,05%
Bélgica	1.507.195.155,77	132	0,74%
Espanha	2.392.382.012,78	865	1,17%
França	8.096.852.690,97	1.415	3,96%
Holanda	39.779.518,53	53	0,02%
Itália	46.354.183,55	139	0,02%
Luxemburgo	302.308.142,07	115	0,15%
Outros	30.050.772.871,14	104	14,71%
Portugal	151.811.066.325,69	48.142	74,29%
Reino Unido	7.961.851.323,00	1.006	3,90%
Total	**204.353.032.365,86**	**52.426**	**100,00%**

TOP 10 - PAÍS DE ORIGEM

País	Montante (EUR)	Quantidade	Peso Relativo
Alemanha	3.339.422.984,16	3.550	1,63%
Bélgica	11.599.753.974,88	637	5,68%
CE	100.349.520,00	140	0,05%
Espanha	2.809.772.235,61	636	1,37%
França	3.496.161.468,06	786	1,71%
Holanda	43.716.281,62	100	0,02%
Luxemburgo	29.801.532,83	14	0,01%
Outros	22.681.917.378,95	147	11,10%
Portugal	155.414.849.534,30	71.074	76,04%
Reino Unido	4.880.180.896,58	3.044	2,39%
Total	**204.395.925.806,99**	**80.128**	**100,00%**

O sistema SWIFT permite a troca de mensagens eletrónicas com elevada segurança, sendo utilizado mundialmente para a maioria das transações interbancárias, como as transferências. O IGCP, E.P.E. também utiliza o SWIFT como meio de comunicação com o sistema Target2 e Target2 Securities. No gráfico seguinte é possível observar a evolução trimestral da quantidade de mensagens concretizadas:



Enquanto prestador de serviços bancários o IGCP, E.P.E. procura assegurar a cobrança de cheques de um banco através de outro banco, atividade designada de compensação. O IGCP, E.P.E. receciona cheques que são enviados para compensação através dos bancos de apoio à atividade de tesouraria do Estado, com os quais foram efetuados acordos para o efeito. Os cheques depositados nas contas tituladas pelo IGCP, E.P.E. são referentes a:

- Clientes institucionais e Serviços de Cobrança em EUR ou divisa
- Formalidades administrativas com os produtos de aforro em EUR

O IGCP, E.P.E. assegura ainda a emissão de cheques sobre o estrangeiro a pedido dos clientes institucionais, tendo em 2017 sido processados 29 cheques.

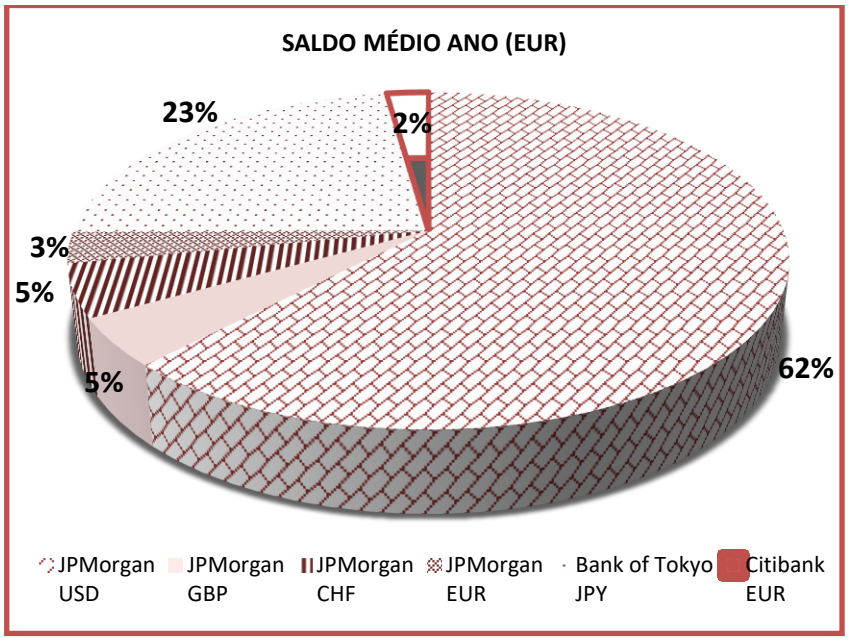
Face a 2016, verifica-se um aumento na quantidade de cheques compensados sobre o estrangeiro na ordem dos 47% e uma diminuição nos cheques nacionais em cerca de 29%. No quadro seguinte são evidenciados os volumes compensados:

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES

	2016				2017			
	Estrangeiro		Nacional		Estrangeiro		Nacional	
Mês	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Jan	452,249.86	98	**250,042,271.43**	**75**	563,063.24	125	**7,629.25**	**70**
Fev	770,655.69	97	**7,015.83**	**92**	802,007.58	109	**4,117.81**	**62**
Mar	375,608.58	188	**106,911.22**	**91**	1,067,778.33	258	**4,417.36**	**56**
Abr	565,190.12	1,462	**7,529.77**	**87**	2,393,825.60	1,674	**7,849.88**	**55**
Mai	504,293.28	558	**52,802.72**	**99**	1,029,890.08	1,466	**57,915.67**	**77**
Jun	339,266.22	133	**36,468.41**	**69**	1,712,489.57	405	**134,876.90**	**58**
Jul	374,229.37	200	**221,429.73**	**103**	203,656.92	322	**9,252.71**	**72**
Ago	286,258.16	209	**159,270.42**	**91**	592,426.75	263	**6,575.54**	**55**
Set	763,481.78	161	**6,769.06**	**71**	287,412.87	198	**31,962.85**	**51**
Out	240,089.02	129	**12,354.99**	**74**	1,071,604.79	192	**49,528.79**	**64**
Nov	475,545.78	480	**207,752.56**	**77**	494,071.30	525	**9,657.58**	**54**
Dez	921,874.76	203	**8,650.77**	**63**	571,548.00	210	**8,320.85**	**26**
Total	**6,068,742.62**	**3,918**	**250,869,226.91**	**992**	**10,789,775.03**	**5,747**	**332,105.19**	**700**

As operações em divisas são realizadas através de contas abertas em bancos líderes de serviços financeiros à escala mundial, denominadas de contas nostro ou contas correspondente.

Em 2017, o valor médio depositado nos principais bancos correspondentes foi cerca de 4,6 milhões de EUR, sendo representado no gráfico seguinte a sua distribuição média anual:



Para assegurar a eficiência das operações em divisas, as contas nostro são aprovisionadas regularmente, sendo detalhado no quadro seguinte a distribuição mensal nas respetivas moedas, para os principais bancos correspondentes do IGCP, E.P.E. durante 2017:

SALDOS MÉDIOS NOS BANCOS CORRESPONDENTES/MÊS

Mês/Banco	JPMorgan USD	JPMorgan GBP	JPMorgan CHF	JPMorgan EUR	Bank of Tokyo JPY	Citibank EUR
Janeiro	1,344,751.58	117,182.25	273,974.46	177,877.56	144,155,266	131,176.00
Fevereiro	1,404,482.81	195,858.82	161,663.58	31,158.12	195,353,209	122,199.09
Março	2,328,365.24	140,354.84	180,489.25	60,753.44	160,988,095	185,178.42
Abril	5,169,456.31	181,305.27	303,657.09	49,984.18	144,742,788	247,081.58
Maio	1,808,250.34	54,710.01	137,472.51	65,754.56	129,298,497	109,618.33
Junho	2,636,255.89	174,501.56	230,482.42	214,029.30	112,740,229	75,762.01
Julho	2,597,646.66	69,920.45	154,928.81	97,001.02	93,230,492	71,490.22
Agosto	8,830,541.66	240,183.11	125,663.61	134,918.12	75,080,600	70,462.99
Setembro	3,817,228.53	169,855.19	149,029.60	94,770.68	60,399,801	66,899.03
Outubro	3,566,791.56	121,560.65	249,857.53	154,792.81	69,647,072	58,597.87
Novembro	3,147,297.11	249,584.74	407,764.64	110,960.89	205,385,833	55,422.30
Dezembro	2,215,776.50	530,529.51	721,774.09	468,331.15	213,730,086	48,344.26
Média/ano	**3,238,903.68**	**187,128.87**	**258,063.13**	**138,360.99**	**133,729,330.64**	**103,519.34**

As operações em divisas e euros para fora do espaço SEPA, consistem em movimentação de fundos entre contas, cuja iniciativa tem sobretudo origem no cliente, o ordenante, que solicita a uma instituição de crédito que seja debitada a sua conta e creditada uma outra conta domiciliada numa instituição de crédito no estrangeiro, a do beneficiário.

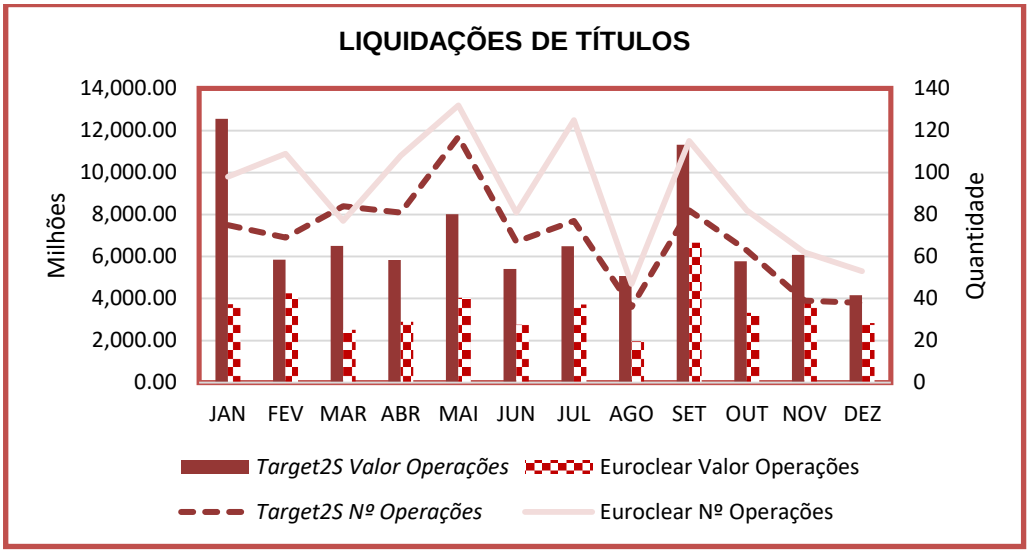
No caso particular do IGCP, E.P.E., a movimentação de fundos, resulta de instruções ordenadas pelos organismos clientes institucionais e pela liquidação de operações de tesouraria, emissão e gestão da divida pública.

Comparativamente com o ano anterior, houve um crescimento do nº de instruções, em oposição a uma diminuição no montante das transferências realizadas. Para analisar o contributo de cada divisa no ano de 2017, é demonstrado no quadro seguinte a sua distribuição:

TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

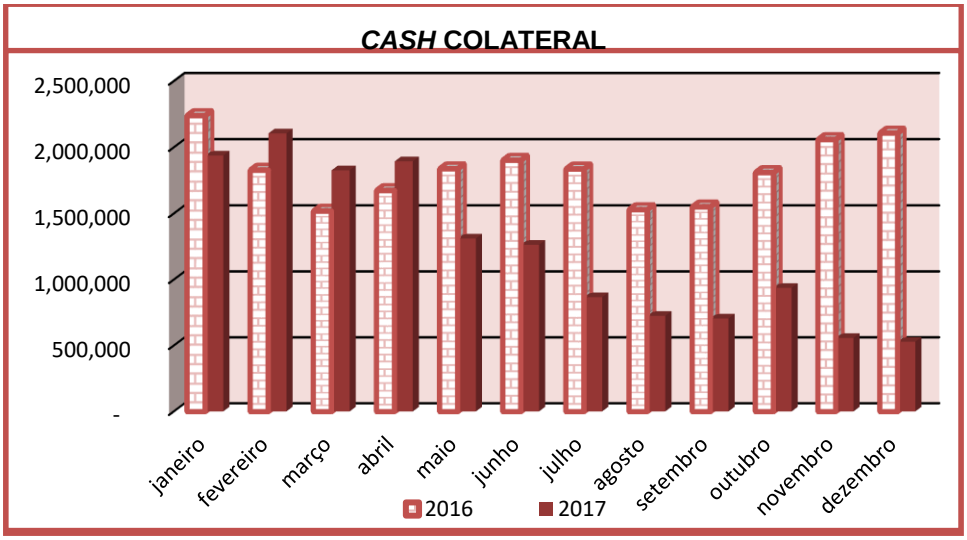
	2016			2017		
Moeda	Divisa/1000	EUR/1000	N.º Transf.	Divisa/1000	EUR/1000	N.º Transf.
AUD	1,322.00	911.35	80	1,207.87	848.56	88
CAD	3,808.42	2,704.81	218	6,921.03	4,824.96	210
CHF	39,929.35	37,031.56	337	27,785.52	18,881.94	291
CNY	4.00	0.57	7	29,920,664.24	4,274,380.61	251
DKK	9,268.32	1,280.95	61	8,245.05	1,133.08	61
EUR	65,725.84	65,725.83	3,489	93,357.28	97,289.70	4,095
GBP	4,009,520.02	4,683,632.79	1,138	2,227,082.08	2,504,659.31	953
INR	77,838.36	1,071.74	82	76,654.62	1,085.55	87
JPY	415,433,353.95	3,366,600.93	161	418,990,661.53	3,326,839.19	219
NOK	91,646.60	10,087.78	46	89,618.04	10,046.54	39
SAR	1,502.80	382.38	30	1,689.67	404.37	28
SEK	10,193.37	1,104.72	72	10,776.63	1,141.27	81
TND	686.96	302.62	45	670.60	259.82	45
USD	30,023,450.45	28,475,446.00	3,720	24,103,172.76	21,168,521.80	3,529
ZAR	9,312.21	1,610.30	215	11,408.14	784.84	114
Total		**36,647,894.34**	**9,701**		**31,411,101.54**	**10,091**

Durante 2017, o IGCP, E.P.E. fomentou a aplicação Target2 Securities, privilegiando a sua utilização para movimentação e liquidação de titulos da dívida pública para operações de Obrigações e Bilhetes do Tesouro, atendendo aos objectivos fixados de reduzir custos e risco. A distribuição mensal do valor nominal e a quantidade de titulos da divida pública movimentado ao longo de 2017, é apresentada no gráfico seguinte, sendo de realçar os volumes relativos aos meses de janeiro e setembro:



A custódia é um serviço de guarda de valores mobiliários que também abrange o exercício de direitos como o pagamento de juros. O IGCP, E.P.E. também fornece aos clientes institucionais serviços de custódia de valores mobiliários de títulos da divida pública, detendo no final de 2017 uma carteira total, em valor nominal, de 388 milhões de EUR.

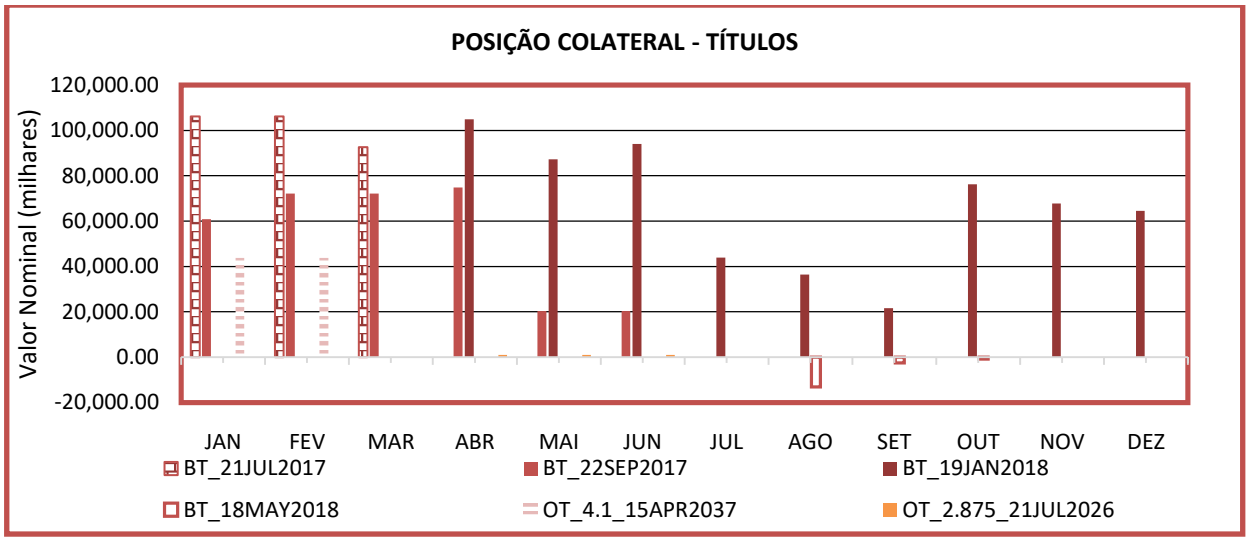
De modo a reduzir a exposição a risco de crédito relativo a um possível incumprimento de um contrato pelas contrapartes, é entregue como garantia um ativo, designado como colateral, que pode corresponder a títulos de divida pública ou valores monetários em EUR. Em 2017 houve uma evolução negativa nos valores monetários em EUR entregues como colateral em resultado do cancelamento prévio de derivados associados à amortização antecipada do financiamento ao FMI, permitindo consequentemente uma redução de exposição ao risco. Deste modo é possível observar no gráfico seguinte a comparação com o ano anterior:



Consequentemente o saldo médio anual sofreu uma diminuição, em função do peso dos valores monetários em EUR detidos a partir do 2º semestre de 2017.

	2016	2017
Média Anual	1.824.269	1.221.424

Relativamente aos ativos em títulos movimentados como colateral, a distribuição anual de Obrigações e Bilhetes do Tesouro entregues e recebidos, em valor nominal, é demonstrada no gráfico seguinte:



Ainda no cumprimento da função de leiloeiro no mercado regulamentado europeu de licenças de carbono, o IGCP, E.P.E. processou e liquidou em 2017, 140 operações num valor total de € 100,35 milhões.

6.4 - CONTABILIDADE DA TESOURARIA, DÍVIDA PÚBLICA E OUTROS FUNDOS

No âmbito das suas competências, o IGCP, E.P.E., assegurou a contabilização das operações associadas às suas duas áreas de negócio – a gestão da Tesouraria e a gestão da Dívida Pública – bem como da atividade realizada pelos Fundos por si geridos: o Fundo de Regularização da Dívida Pública (FRDP) e o Fundo de Renda Vitalícia (FRV).

No plano de atividades do IGCP, E.P.E. para 2017 foram definidos dois objetivos diretamente relacionados com a Contabilidade, que visaram a introdução das seguintes alterações/melhorias nas seguintes vertentes:

- FRDP – Implementação do novo referencial contabilístico – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) – no registo das operações associadas à atividade do Fundo;
- Divida Pública – Introduzir melhorias na Contabilidade da Dívida tendo presente a adoção, em 2019, do SNC-AP.
- O objetivo relativo ao FRDP foi plenamente atingindo, ao contrário daquele que está associado aos "Encargos da Dívida Pública", que obteve uma execução de 75%. Estes objetivos foram atingidos, nos níveis indicados, através da concretização dos projetos a eles associados nos graus que a seguir se indicam:

<u>Associado ao 1º Objetivo</u>

- Implementação do SNC-AP na Contabilidade do FRDP – 100 %
- O novo referencial contabilístico – SNC-AP – foi implementado em pleno na contabilização das operações associadas à atividade do FRDP, com efeitos a partir de 1.01.2017.
- Este processo contabilístico decorreu, ao longo do ano 2017, em paralelo com a contabilização com base no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).
- Monitorização da aplicação do SNC-AP – 100 %
- Este projeto permitiu monitorizar o processo de implementação do SNC-AP na Contabilidade do FRDP e abrangeu um universo de ações de controlo tais como:

  i. Comparação entre os resultados extraídos da contabilidade em SNC-AP e os que foram produzidos de acordo com o POCP;
  ii. Análise dos mapas produzidos de acordo com o referencial contabilístico SNC-AP;
  iii. Análise comparativa dos mapas que suportam a conta de gerência produzidos pelos 2 referenciais contabilísticos;
  iv. Realização de testes na exportação de informação para a plataforma da DGO: S3CP.

<u>Associados ao 2º Objetivo</u>

- Preparação da implementação do SNC-AP – 70%.
  Com este projeto pretendeu-se criar as condições para a implementação do SNC-AP na Contabilidade da Dívida. De referir que, o organismo "Encargos da Dívida" insere-se no

universo das entidades que irão reportar, a partir do ano 2019, informação contabilística à Entidade Contabilística Estado (ECE).

Neste contexto, foram avaliadas algumas regras de contabilização (como por exemplo as que estão associadas aos fluxos financeiros relativos aos produtos de aforro) e identificados ajustamentos a introduzir nas mesmas, ainda em POCP, de modo a facilitar a execução do processo de mapeamento das contas contabilísticas para o plano de contas multidimensional criado pelo SNC-AP.

A alteração nas regras de contabilização, como maior impacto, traduziu-se na movimentação da conta de disponibilidades na CGD (conta contabilística 12121), com a passagem ao registo diário dos movimentos em detrimento do registo mensal (por valores acumulados). Esta alteração permitiu, também, evoluir para a reconciliação automática da conta bancária no WSS.

Este projeto não foi executado na sua totalidade, uma vez que falta definir um conjunto de contas a utilizar na contabilidade da dívida para as quais não existe correspondência direta no SNC-AP bem como as que estão associadas ao registo dos instrumentos financeiros no âmbito do novo referencial contabilístico.

- Atualização do Plano de Contas – 75%.
  No âmbito deste projeto, foram efetuados ajustamentos nomeadamente ao nível das contas de disponibilidades. O facto do projeto anterior não ter tido um alcance de 100% justifica o grau de execução deste projeto.

A atividade do IGCP, E.P.E. centrou-se, também na concretização de um outro projeto que teve como objetivo promover a alienação (aquisição na perspetiva do IGCP, E.P.E.) de Consolidados junto dos seus titulares (apenas no que respeita a pessoas coletivas). Neste âmbito, foram enviadas cartas a todos os destinatários que se enquadram no universo indicado, num total de 150 aproximadamente. Considerando que este projeto foi iniciado e concluído no último trimestre de 2017 o seu impacto, mais expressivo, na redução desses títulos no stock da dívida, apenas ocorrerá em 2018. No entanto, ainda foram adquiridos/anulados, em 2017, 24 Consolidados.

Ainda como resultado de um projeto iniciado em 2016, idêntico ao referido no parágrafo anterior mas, relativo a Certificados de Renda Perpétua, foram adquiridos/anulados, em 2017, 96 títulos dessa natureza. Este dado vem confirmar que os resultados obtidos com este projeto superaram as expetativas.

Dentro das datas limite fixadas na lei, procedeu-se à elaboração das demonstrações financeiras no âmbito da responsabilidade do IGCP, E.P.E. pela prestação de contas da Tesouraria, dos Encargos da Dívida, do Fundo de Regularização da Dívida Pública e do Fundo de Renda Vitalícia. Neste sentido, procedeu-se à apresentação, perante o Tribunal de Contas e DGO, da seguinte informação:

<u>Contabilidade da Tesouraria</u>

- Demonstrações Financeiras mensais e anual que evidenciaram os fluxos financeiros ocorridos na Tesouraria do Estado, através das diversas contas de disponibilidades e

aplicações e com reflexo nas respetivas contas orçamentais e de terceiros (contas dos organismos no IGCP, E.P.E.);

- Balanço da Tesouraria do Estado.

Contabilidade dos Encargos da Divida Pública

- Conta de Gerência composta pelos diversos mapas que evidenciam as operações realizadas no âmbito da gestão da Dívida Pública;
- Balanço e Demonstração de Resultados.

Contabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública

- Conta de Gerência composta pelos diversos mapas que evidenciam as operações realizadas pelo Fundo.
- Relatório sobre a atividade desenvolvida pelo Fundo de Regularização da Dívida Pública durante o ano.

Contabilidade do Fundo de Renda Vitalícia

- Conta de Gerência composta pelos diversos mapas que evidenciam as operações realizadas pelo Fundo.

À semelhança do ocorrido em anos anteriores alguns dos documentos extraídos da contabilidade da Tesouraria e dos encargos da Dívida integraram a Conta Geral do Estado.

Ainda no que diz respeito às competências do IGCP, E.P.E. e no âmbito da gestão da Dívida Pública assegurou-se:

- O apuramento dos valores requisitados, mensalmente, ao Orçamento do Estado para suportar os encargos com juros, amortização e outras despesas da Dívida Pública;
- O controlo do orçamento dos “Encargos da Dívida” com o objetivo de apurar, mensalmente, os desvios ocorridos entre a execução orçamental e os pagamentos efetivos, procedimento que teve impacto na redução dos mesmos;
- A entrega do produto de empréstimos bem como dos impostos retidos sobre o rendimento de pessoas singulares e coletivas;
- O controlo e emissão dos pagamentos relativos à dívida de retalho: consolidados, rendas perpétuas e vitalícias;
- A atualização da base de dados dos Consolidados;
- O controlo das contas de valores pertencentes a terceiros ou incertos;
- O apuramento dos valores abrangidos pela prescrição;
- O controlo dos fluxos financeiros entre o IGCP, E.P.E. e os CTT e o IGCP, E.P.E e a AMA, no âmbito dos protocolos estabelecidos para a comercialização dos Certificados de Aforro e do Tesouro;
- Relativamente à contabilidade da Tesouraria verificou-se, ainda, que o seu grau de automatização continuou a garantir níveis de fiabilidade e tempestividade da informação contabilística elevados, possibilitando um apuramento rigoroso dos

valores a incluir na Conta Geral do Estado. Neste âmbito, o IGCP, E.P.E. assegurou:

- A conciliação da despesa orçamental com a Direção Geral do Orçamento;
- O controlo da devolução, à Entidade Contabilística Estado, dos saldos não utilizados pelos organismos que aderiram ao RIGORE;
- O controlo, com as entidades administradoras da receita (AT e DGO), dos valores cobrados, reembolsados e abatidos.

- O IGCP, E.P.E. foi ainda responsável pela gestão e controlo do FRDP, tendo procedido às aplicações definidas na Lei. A sua intervenção no mercado teve continuidade em 2017, através da aquisição e alienação de valores mobiliários representativos de dívida pública, tendo sido transacionados os seguintes títulos e montantes:

TÍTULOS TRANSACIONÁVEIS EM 2017 (EM VALOR NOMINAL)

em euros

INSTRUMENTOS FINANCEIROS	AQUISIÇÃO DE TÍTULOS	ALIENAÇÃO DE TÍTULOS
CEDIC	12.192.818,74	8.775.225,74
Bilhetes do Tesouro	965.664.571,00	968.048.000,00
Obrigações do Tesouro	7.930.000,00	748.970,00
Consolidados	780.627,78	837.565,59
Certificados de Renda Perpétua	-	162.548,80
Total	**986.568.017,52**	**978.572.310,13**

Nestes valores encontram-se incluídos os Bilhetes do Tesouro que o Fundo possui em carteira com o objetivo de serem utilizados como colateral nas operações de derivados financeiros impostos pela eficiente gestão ativa da dívida pública direta do Estado.

O IGCP, E.P.E. procedeu igualmente à gestão do Fundo de Renda Vitalícia, garantindo o cumprimento dos respetivos compromissos. Assegurou, ainda, a continuidade do processo de atualização da base de dados dos rendistas com o objetivo de desativar os titulares entretanto falecidos, tendo por base a informação disponibilizada pelo IRN no âmbito do protocolo estabelecido com o IGCP, E.P.E..

6.5 - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O ano de 2017 foi um ano de grande estabilidade dos principais sistemas de informação do IGCP, E.P.E., assim como de toda a infraestrutura tecnológica de suporte à actividade do Organismo. Durante este ano foi garantida a actualização e funcionamento da infraestrutura tecnológica do IGCP, E.P.E., a gestão dos repositórios de dados e a manutenção dos sistemas aplicacionais. De realçar o impacto, nas atividades destas Unidades de Estrutura, da entrada em funcionamento do novo sistema aplicacional de suporte á componente de débitos diretos *SEPA*, e da criação de novos produtos de aforro desmaterializados e alargamento dos canais de comercialização desses novos produtos. É ainda de realçar a instalação de um novo *cluster VMware* de alta disponibilidade e a sua integração na infraestrutura de rede e de armazenamento de dados.

Ao nível da Exploração de Sistemas e de Base de Dados:

Relativamente à Exploração de Sistemas e de Base de Dados identificam-se como actividades mais relevantes as seguintes:

- Criação de toda a infraestrutura tecnológica de suporte, componentes aplicacionais e de base de dados dos ambientes de desenvolvimento e testes, pré-produção e produção, do sistema *SEPA* Débitos Diretos. Configuração e parametrização de todos os ambientes, elaboração dos manuais de exploração do sistema e implementação de processos de controlo da correta execução das atividades do sistema.

Atualização dos processos de transferência de ficheiros com a SIBS.

- Atualização da infraestrutura tecnológica de suporte à primeira instância do *Homebanking*. Instalação e configuração de novos servidores para o cluster de base de dados e respetiva ligação à componente de armazenamento da informação.
- No *Wallstreet Suite* foram Instalados em produção vários pacote aplicacionais com alterações no layout de mensagens *Swift* e com correções de problemas aplicacionais. O servidor aplicacional do *WSS Suite*, foi convertido, com sucesso, para servidor virtual, no novo *cluster VMware*.
- Instalação de uma nova infraestrutura tecnológica para a aplicação *Euclic PC* e migração para a versão 10.01 e posteriormente para a versão 10.07.
- Instalação de uma nova aplicação de contribuições para *Bloomberg*, tendo sido descontinuada a *Pricelink* e instalada a *Desktop Contributions Application (DCPA).*
- Acompanhamento do programa de segurança *Customer Security Programme (CSP)* da *SWIFT* e avaliação dos requisitos do mesmo.
- Avaliação técnica (por entidade externa) da *Active Directory (AD)* e implementação das recomendações e boa práticas elencadas, aumentando a resiliências das plataformas *Exchange Server* e, consequentemente, da *Active Directory*. No âmbito das ações identificadas foram adicionados na *AD* dois novos *Domain Controllers (em Windows Server 2016)* com um novo endereçamento *IP*.

Estas intervenções vão permitir estender a operacionalidade do ambiente de *Disaster Recovery*.

- Instalação e criação de raiz de um novo *cluster VMware* de alta disponibilidade e início da migração das máquinas virtuais existentes para o novo cluster, de forma progressiva e sem disrupção.
- Instalação e configuração de um novo *Backup Media Server* no âmbito da substituição do *Blade Center* por nova infraestrutura de servidores e *storage* e instalação das versões mais recentes da suite de *software de backup (Arcserve Backup e Arcserve UDP*).
- Criação de um *site* de *backup* do site institucional do IGCP (www.igcp.pt) e desenvolvimento de novas funcionalidades neste site relativas a novos produtos de aforro e alteração das condições de outros produtos de aforro.
- Atualização da plataforma de monitorização e alarmística de sistemas e serviços considerados críticos com implementação de um esquema de redundância, tendo para tal sido adicionada uma nova *gateway* de mensagens, e alargada a sua utilização, a novos sistemas e plataformas. Esta plataforma, extremamente flexível, garante uma fácil integração com outros sistemas.

Ao nível das Comunicações, Segurança e Instalações:

- Relativamente às comunicações, segurança e instalações identificam-se como atividades mais relevantes as seguintes:
- Instalação do novo Sistema de *SEPA* Débitos Diretos no ambiente de *Disaster Recovery* e implementados mecanismos de sincronização automática da informação com o Centro de Dados principal do IGCP, E.P.E.
- Criação da infraestrutura tecnológica para a realização dos expurgos do sistema de certificação digital, nomeadamente, da informação respeitante às assinaturas digitais das operações.
- Implementação de medidas para incremento da segurança nas plataformas tecnológicas geridas pelo IGCP, E.P.E., nomeadamente, com a instalação de novos *firewall* e atualização das versões nos existentes.
- Participação no processo de auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade.

Ao nível do Desenvolvimento dos Sistemas de Informação

Relativamente ao desenvolvimento de sistemas de informação identificam-se como atividades mais relevantes as seguintes:

- No ***Homebanking*** foram adaptados todos os interfaces relacionados com a informação de Débitos Diretos *SEPA*, como resultado da descontinuação da solução contratualizada com a SIBS Processos, em prol de uma solução desenvolvida à medida, a residir no IGCP, E.P.E.

Foi concluída a implementação do circuito de pedidos de Transferências Internacionais, por parte dos clientes, passando este a contemplar o estado de devolução, com o registo de todos os dados inerentes.

Foi reforçado o circuito da informação das aplicações financeiras dos clientes de *Homebanking* (CEDICs e/ou CEDIMs) com um processo para tratamento das aplicações cuja negociação termina após a hora limite, que denominámos por aplicações urgentes.

Foi, ainda concluída a implementação de mecanismos de segurança no sistema, no âmbito das funcionalidades disponíveis aos utilizadores externos, com o objetivo de aumentar a segurança do mesmo.

- No âmbito do novo **Sistema de *Homebanking***, foi elaborado o documento com o levantamento de todos os requisitos funcionais, a integrar o Caderno de Encargos do procedimento subjacente à respetiva aquisição;
- No **Sistema de Produtos de Aforro (SPA)** e no ***Aforronet*** foi implementada uma nova série de Certificados de Aforro, desmaterializada.

Foram concluídos os desenvolvimentos, no SPA, que viabilizam a utilização de um novo canal de comercialização.

Foi ainda implementado um novo circuito de emissão e expedição de passwords, em envelope seguro, quer para os utilizadores do SPA, quer para os do Aforronet.

- No **Sistema de Gestão de Contas Correntes (SGT)** foi concluído o desenvolvimento resultante da alteração da filosofia de associação dos utilizadores a contas/balcões, de forma a tornar mais flexível a gestão dos acessos à informação do sistema.

Foi desenvolvido um novo interface com dados relativos às transferências recebidas, a disponibilizar ao cliente Autoridade Tributária, para viabilizar a identificação dos respetivos contribuintes e otimizados alguns aspetos relacionados com o ficheiro de reconciliação disponibilizado aos vários clientes institucionais do IGCP, E.P.E.

- No âmbito da plataforma do sistema de *SEPA Débitos Diretos (SEPADD),* na sequência da contratualização para o desenvolvimento de uma nova plataforma, foi concluído o novo sistema, assim como todas as componentes de outros sistemas que comunicam com o mesmo.
- Revisão dos vários *templates* utilizados como suporte das atividades do NDS, de acordo com Sistema de Gestão de Qualidade, com vista à simplificação de alguns passos e a indicação de uma data limite, por projeto, de forma a se inferir o sucesso de execução a refletir nos respetivos indicadores.
- Participação no processo de auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade.

6.6 - ELABORAÇÃO DE PROCEDIMENTOS INTERNOS E AUDITORIA INTERNA

Durante 2017 ocorreu a revisão e elaboração de Normas Internas, Normas de Procedimentos, Manuais de Procedimentos e Manuais de Utilizador conforme se identifica nos quadros abaixo.

NORMAS INTERNAS:

Ref.ª da NI	Descrição	Data de Aprovação	Operação
407	Formação, Versão 2.6	16-jan	Revisão
407	Anexo 1 - Ações de Formação Identificação de Necessidades, Versão 2.1	16-jan	Revisão
407	Anexo 3 - Avaliação das Ações de Formação, Versão 2.3.	16-jan	Revisão
403	Horários de Trabalho, Assiduidade e Faltas, Versão 2.2.	7-fev	Revisão
306	Anexo IV - Lista de Assinaturas Autorizadas, Versão 4.1.	7-fev	Revisão
312	Delegação de Competências para as Operações de Gestão da Dívida e da Tesouraria, Versão 5.1.	17-ago	Revisão
305	Estrutura Orgânica do IGCP, Versão 7.3.	10-out	Revisão
407	Formação, Versão 2.7; Anexo 3 - Avaliação das Ações de Formação, Versão 2.3.	13-out	Revisão

NORMAS PROCEDIMENTOS

Ref.ª da NP	Descrição	Data de Aprovação	Operação
123	Gestão de Contas e Clientes do Homebanking, Versão 2.2	16-jan	Revisão
123	Anexo 2 Lista de Assinaturas, Versão 1.4	16-jan	Revisão
904	Anexo 1 - Subcontratação de Serviços - Protocolo de Comercialização de Certificados de Aforro/Certificados do Tesouro versão 1.0	20-jan	Elaboração
125	Emissão de Cheques dos Organismos Clientes, Versão 2.0	07-fev	Revisão
125	Anexo 1 - Pedido de ordem de pagamento internacional, Versão 2.0	07-fev	Revisão
125	Anexo 2 - Ofício de Requisição de Cartas Cheque, Versão 2.0	07-fev	Revisão
824	Anexo 1 - Pricing de CEDIM, Versão 1.3	13-jan	Revisão
817	Anexo 3 - Avaliação de *Swaps* para *Unwinds*, Versão 2.0	18-jan	Revisão
806	Contratação e Registo de Opções, Versão 3.0	24-abr	Revisão
806	Anexo 1 - Registo e Manutenção da carteira de opções no *FinanceKit*, Versão 3.0	24-abr	Revisão
817	Operações com Derivados no Mercado OTC, Versão 2.0	24-abr	Revisão
817	Anexo 1 - Registo e Manutenção da carteira de opções no *FinanceKit*, Versão 2.0	24-abr	Revisão
817	Anexo 2 - Instruções de Registo de "Novas" Operações com Derivados no *FinanceKit*, Versão 1.3	24-abr	Revisão
817	Anexo 4 - Identificação e Controlo de Passivos Subjacentes, Versão 2.0	24-abr	Revisão
817	Anexo 5 - Instruções para o Cálculo da Performance, Versão 1.3	24-abr	Revisão
811	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo - CEDIC, Versão 4.2	24-abr	Revisão
811	Anexo 2 - Pricing de CEDIC, Versão 3.5	24-abr	Revisão
811	Anexo 3 - Fluxograma, Versão 1.1	24-abr	Revisão
811	Anexo 6 - Instruções para o Apuramento dos Juros Com e Sem Retenção de Imposto nas Amortizações Antecipadas de CEDIC, Versão 4.0	24-abr	Revisão
824	Certificados Especiais de Dívida de Médio e Longo Prazo - CEDIM, Versão 1.3	24-abr	Revisão

Ref.ª da NP	Descrição	Data de Aprovação	Operação
824	Anexo 2 - Ficha Técnica, Versão 1.2	24-abr	Revisão
208	Conceção e Desenvolvimento de Sistemas de Informação, Versão 1.2	19-jun	Revisão
208	Anexo 2 - Ficha de Pedido, Versão 1.1	19-jun	Revisão
208	Anexo 6 - Controlo e Acompanhamento, Versão 1.2	19-jun	Revisão
901	Consolidados e Rendas Perpétuas – Cotações/Preços, Compras e Transferências, Versão 2.1	30-jun	Revisão
813	Emissões de OT, BT e ao abrigo do Programa *EMTN*, Versão 2.2	30-jun	Revisão
813	Anexo 7 - Liquidação Física e Financeira – Leilões de OT/BT, Versão 3.0	30-jun	Revisão
813	Anexo 8 - BT Aviso/*Notice*, Versão 3.0	30-jun	Revisão
813	Anexo 9 - OT Aviso - Condições Gerais de Série, Versão 3.0	30-jun	Revisão
001	Auditorias Internas, Versão 1.7	17-ago	Revisão
001	Anexo 3 - Programa Anual de Auditorias Internas, Versão 1.3	17-ago	Revisão
001	Anexo 4 - Plano de Auditoria, Versão 1.4	17-ago	Revisão
001	Anexo 6 - Plano de Ação, Versão 1.4	17-ago	Revisão
205	Gestão do Arquivo, Versão 1.3	13-out	Revisão
903	Certificados de Aforro e Certificados do Tesouro, Versão 2.2	10-out	Revisão
003	Planeamento Estratégico, Objetivos da Qualidade e Revisão do SGQ, Versão 2.0	10-out	Revisão
003	Anexo 1 - Plano de Atividades: Objetivos das UE, Versão 1.0	10-out	Elaboração
003	Anexo 2 - Plano de Atividades: Projetos das UE, Versão 1.0	10-out	Elaboração
003	Anexo 3 - Monitorização dos Projetos, Versão 1.0	10-out	Elaboração
003	Anexo 4 - Matrizes de Monitorização dos Processos de Negócio, Versão 1.0	10-out	Revisão
003	Anexo 5 - Matrizes de Monitorização dos Processos de Suporte, Versão 1.0	10-out	Revisão
003	Anexo 6 - Relatório de Atividades: Objetivos e Projetos das UE, Versão 1.0	10-out	Elaboração
205	Anexo 2 - Tabela de Seleção de Documentos do IGCP, Versão 1.3	13-out	Revisão

Ref.ª da NP	Descrição	Data de Aprovação	Operação
906	Atendimento ao Público e Reclamações, Versão 1.0	13-out	Elaboração
906	Anexo 1 - Informação atendimento Resgates, Versão 1.0	13-out	Elaboração
906	Anexo 2 - Atendimento Prioritário, Versão 1.0	13-out	Elaboração
906	Anexo 3 - Livro de Reclamações	13-out	Elaboração
002	Não Conformidades e Ações, Versão 2.0	13-out	Revisão
002	Anexo 1 - Ficheiro de Registo de Não Conformidades e Ações, Versão 1.0	13-out	Elaboração
103	Controlo de Contas das Caixas da AT – Alfândegas, Versão 1.2	13-out	Revisão
103	Anexo 1 - Instruções de Trabalho para Controlo de Caixas-Alfândegas, Versão 1.2	13-out	Revisão
103	Anexo 2 - Roteiro Contabilístico, Versão 1.2	13-out	Revisão
103	Anexo 3 - Nomenclaturas a utilizar na designação das contas SGT, Versão 1.3	13-out	Revisão
103	Anexo 4 - Certidão, Versão 1.0	13-out	Elaboração
107	Controlo de Contas das Caixas da AT – Serviços de Finanças, Versão 1.3	13-out	Revisão
107	Anexo 2 - Roteiro Contabilístico, Versão 1.3	13-out	Revisão
511	Avaliação de Fornecedores e Subcontratados, Versão 1.3	24-out	Revisão
511	Anexo 1 - Avaliação de Fornecedores - Bens, Versão 1.3	24-out	Revisão
511	Anexo 2 - Avaliação de Fornecedores - Serviços, Versão 1.3	24-out	Revisão
511	Anexo 3 - Avaliação de subcontratados de Assessoria Jurídica Externa em Contencioso, Versão 1.0	24-out	Elaboração
511	Anexo 4 - Comunicação dos critérios de avaliação dos fornecedores de Bens e Serviços, Versão 1.0	24-out	Elaboração
511	Anexo 5 - Comunicação dos critérios de avaliação de subcontratados, Versão 1.0	24-out	Elaboração
211	Comunicação Externa, Versão 1.0	03-nov	Elaboração
211	Anexo 1 - Matriz de Comunicação Externa entre as UE e as Partes Interessadas, Versão 1.0	03-nov	Elaboração
138	Prestação de Serviços relativos a Valores Mobiliários de Clientes do HB, Versão 1.2	09-nov	Revisão

Ref.ª da NP	Descrição	Data de Aprovação	Operação
138	Anexo 1 - Minuta do Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Valores Mobiliários, Versão 1.0	09-nov	Elaboração
903	Anexo 6 - Instruções para Resgates a favor de Herdeiros, Versão 2.2	29-nov	Revisão
701	Movimentos a Débito nas Contas de Funcionamento do IGCP, Versão 3.0	29-nov	Revisão
701	Anexo 1 - Carimbos Verificação de Despesas, Versão 4.0	29-nov	Revisão
701	Anexo 2 - Carimbo Classificador, Versão 1.0	29-nov	Elaboração
701	Anexo 3 - Carimbo Pago, Versão 1.0	29-nov	Elaboração

MANUAIS DE PROCEDIMENTOS

Ref.ª do MP	Descrição	Data de Aprovação	Operação
MP.05.NEM	Manual de Procedimentos do NEM, Versão 1.4.	19-jun	Revisão

MANUAIS DE UTILIZADOR

Ref.ª	Descrição	Data de Aprovação	Operação
MU_SPA_AMA	Manual Utilizador - SPA para AMA, Versão 1.0	18-out	Elaboração
MU_RegistoNC_OM	Manual de Utilizador - Registo Não Conformidades e Oportunidades Melhoria, Versão 1.1	27-nov	Revisão

AUDITORIAS INTERNAS

Foram iniciadas e concluídas as seguintes Auditorias Internas em 2017:

- SWIFT;
- Assessoria Jurídica Externa;
- Prestação de Serviços de Intermediação Financeira a Organismos Clientes;
- Aquisição de bens e serviços;
- Controlo das Contas das Caixas do Tesouro - Alfândegas/ Serviços de Finanças;
- Consolidados e Rendas Perpétuas;
- Pagamentos e Recebimentos de Ordem Externa.

6.7 – REPORTES E PREVISÕES

Supervisão e monitorização da situação económica e financeira após conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF)

O IGCP, E.P.E. manteve um contacto regular com as instituições que suportaram o Programa de Assistência Económica e Financeira, no âmbito do acompanhamento da situação económica e financeira portuguesa feito por estas instituições (*Post-Programme Surveillance*, no caso da Comissão Europeia, e *Post-Programme Monitoring*, no caso do FMI), fornecendo informação sobre a execução do plano de financiamento. Em particular, o IGCP, E.P.E. é responsável pela atualização regular de previsões das necessidades e fontes de financiamento do Estado e do respetivo saldo de disponibilidades de Tesouraria. O IGCP, E.P.E. fornece também informação detalhada sobre a evolução passada e perspetivas de evolução futura dos juros e outros encargos da dívida direta do Estado.

Estudos sobre impacto de alterações de política monetária e alterações institucionais sobre o mercado de dívida pública

Em 2017, o IGCP E.P.E. desenvolveu um protocolo com a *CATÓLICA-LISBON School of Business and Economics* para o apoio ao desenvolvimento de teses de mestrado com alunos de Economia e Finanças desta instituição, com o objetivo de aproveitar as potencialidades científicas e técnicas desta instituição académica para o desenvolvimento de estudos relevantes para a atividade do IGCP E.P.E. Neste âmbito, foi desenvolvido um estudo empírico sobre o impacto do programa de aquisição de títulos de dívida pública do BCE – *Public Sector Purchase Programme (PSPP)*, na sigla em inglês – sobre as taxas de juro dos diferentes países da área do euro, que permite dar pistas sobre o impacto futuro da esperada reversão desta política por parte do BCE.

Ao longo de 2017, o IGCP E.P.E. procurou também acompanhar de perto as principais propostas de alteração do quadro institucional e regulatório da União Europeia, procurando antecipar eventuais implicações para o mercado da dívida pública. Neste âmbito, merece particular destaque a proposta de criação de um instrumento financeiro estruturado suportado por uma carteira diversificada de títulos de dívida pública dos diferentes países membros – *Sovereign Bond-Backed Securities (SBBS)*, também conhecidos por *European Safe Bonds (ESBies)* –, proposta que tem sido discutida por um grupo de trabalho do *ESRB* (*European Systemic Risk Board*) e é vista pelos seus proponentes como uma forma de mitigar a relação entre o risco soberano e o risco do sistema bancário desse mesmo país. Esta proposta, a concretizar-se, deverá ter um impacto muito significativo no funcionamento do mercado de dívida pública europeu e mesmo na operacionalização dos programas de financiamento dos diferentes Estados, tendo sido um dos principais temas de discussão e preocupação no fórum que agrega os diferentes emitentes soberanos da União Europeia.

Modelos de previsão de variáveis macroeconómicas

Em 2017, foi desenvolvido um estudo empírico aplicado à economia portuguesa (PIB e suas componentes de despesa), no qual foram estimados e avaliados os modelos mais comummente utilizados em exercícios de previsão (ARIMA, VAR, VECM e VAR Bayesianos), tendo por objetivo encontrar aquele que melhor se

adequasse ao comportamento evidenciado nos últimos anos pela economia portuguesa. Este projeto tem como objetivo final melhorar a capacidade de previsão da evolução de variáveis macroeconómicas e financeiras, podendo vir a ser estendido a outras variáveis da economia portuguesa e global, que sejam relevantes para a tomada de decisão.

Lançamento dos novos Certificados do Tesouro Poupança Crescimento e desmaterialização dos Certificados de Aforro

No seguimento da reformulação da oferta de produtos de aforro levada a cabo nos últimos anos, e atenta a necessidade de ajustar regularmente as condições financeiras destes instrumentos à evolução das taxas de juro no mercado de capitais, o IGCP E.P.E. lançou um novo instrumento de dívida pública, designado por Certificado do Tesouro Poupança Crescimento (CTPC), no dia 30 de outubro de 2017. Este novo instrumento mantém o objetivo de promover a poupança de médio prazo das famílias, oferecendo uma maturidade mais longa do que os anteriores Certificados do Tesouro Poupança Mais (CTPM) – sete anos vs. cinco anos –, e uma indexação ao crescimento médio do PIB real em todos os anos a partir do segundo – os CTPM só ofereciam esse prémio nos dois últimos anos de vida.

Por outro lado, o IGCP E.P.E. promoveu em 2017 a desmaterialização dos certificados de aforro, com a criação de uma nova «Série E» – com as mesmas condições remuneratórias da «série D» –, que permite agilizar o processo de subscrição e reembolso e torna desnecessária a emissão de títulos físicos. Para além disso, a subscrição destes instrumentos passou a poder ser realizada através da rede de Espaços Cidadão (para além do AforroNet e das lojas dos CTT).

Diversificação da base de investidores e novos instrumentos

Um dos principais objetivos do IGCP, E.P.E. passa por manter uma base de investidores alargada e diversificada. Neste sentido, o IGCP E.P.E. tem procurado oferecer instrumentos financeiros com características diferentes e usar canais de distribuição alternativos, desde os instrumentos padronizados para os mercados de capitais (BT e OT), aos instrumentos de retalho tradicionais (CA e CTPM/CTPC), passando mais recentemente pelas Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável (OTRV) vocacionadas para um segmento elevado do mercado de retalho doméstico. Em 2017, o IGCP E.P.E. começou a estudar a possibilidade de emitir um instrumento destinado ao mercado chinês – *"Panda Bond"* –, tendo começado a preparar toda a documentação necessária para o efeito, incluindo informação detalhada sobre a situação macroeconómica portuguesa.

Comunicação com agências de *rating* e investidores

Ao longo dos últimos anos, o IGCP, E.P.E. tem promovido uma comunicação estreita com uma base de investidores alargada, fornecendo informação de forma regular sobre a evolução do programa de financiamento e outros desenvolvimentos da economia portuguesa. Os documentos partilhados com os investidores e as agências de *rating* são disponibilizados a todos os investidores e ao público em geral no *site* do IGCP, E.P.E., garantindo uma maior transparência da informação partilhada com todos os

intervenientes no mercado. Em 2017, o IGCP E.P.E. passou a enviar também aos investidores pequenas notas informativas sobre a divulgação dos indicadores macroeconómicos mais relevantes.

Reporte regular de informação estatística

O IGCP, E.P.E. manteve um reporte regular de informação da dívida direta do Estado a entidades nacionais como o Banco de Portugal, o INE, o Tribunal de Contas, a CMVM, a CFP, a UTAO, bem como a diversas instituições internacionais: nomeadamente Comissão Europeia, FMI, BCE, e OCDE.

No âmbito do compromisso de fornecer mais e melhor informação sobre a dívida direta do Estado, o IGCP, E.P.E. promoveu em 2017 um questionário sobre o seu Boletim Mensal junto dos seus utilizadores, esperando apresentar algumas novidades no decorrer do ano 2018.

6.8 - ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A Área Jurídica acompanhou as questões suscitadas relativas às atribuições que integram o objeto do IGCP, E.P.E., destacando-se:

- O apoio jurídico à emissão de instrumentos de divida como as Obrigações do Tesouro (OT) e Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável (OTRV);
- O acompanhamento e negociação da documentação necessária à emissão de Panda Bonds;
- A colaboração com a Área de Gestão de Riscos e de Mercados (AGRM) na análise das operações de financiamento a contratar pelas entidades do Setor Público Empresarial;
- O acompanhamento e negociação da atualização da documentação do programa Euro Medium Term Note (EMTN) da República Portuguesa;
- A colaboração com a Área de Gestão de Riscos e de Mercados na análise das operações de financiamento a contratar pelas entidades do Setor Público Empresarial;
- A colaboração com o Grupo de Trabalho criado a respeito da MiFID II/MiFIR.

Ainda no desempenho das atribuições comummente cometidas à Área Jurídica, salienta-se:

- A gestão e o patrocínio das ações judiciais em contencioso;
- A análise de questões relativas aos processos de habilitação de herdeiros dos produtos aforro;
- A elaboração de pareceres jurídicos sobre questões colocadas pelo Conselho de Administração (nomeadamente a pedido das várias UE);
- Apoio jurídico a questões relacionadas com os contratos para as operações de derivados financeiros;
- Procedimentos de contratação pública;
- A análise das alterações legais introduzidas com a revisão do Código dos Contratos Públicos,
- O apoio à redação de despachos a publicar em Diário da República.
- Apoio à revisão de normas internas do IGCP. E.P.E..

6.9 – APOIO AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

No apoio técnico direto ao funcionamento e à ação dos órgãos sociais da Agência, em especial, do conselho de administração, destaca-se no exercício de 2017:

- O acompanhamento dos dossiers internacionais em curso, principalmente, nas instâncias da União Europeia, tendo por objeto temas relevantes, direta ou indiretamente, para a prossecução da missão e atribuições do IGCP, E.P.E. (em articulação, primordialmente, com o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), do Ministério das Finanças);
- A coordenação, no âmbito das tarefas cometidas à Agência relativamente ao setor público empresarial (SPE), de um procedimento de monitorização/ partilha regular de informação com a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do SPE (UTAM);
- A monitorização em permanência das alterações legislativas nacionais e europeias relevantes, direta ou indiretamente, para a missão e atribuições da Agência.

Em 2017, a Unidade SG continuou a prestar assessoria jurídica ao conselho de administração, essencialmente, por referência aos temas de cariz especificamente institucional, transversais a toda a organização da Agência e à generalidade das respetivas atribuições e competências.

Particularmente relevante neste âmbito foi o inicio dos trabalhos tendentes à implementação no IGCP, E.P.E. do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD, o Regulamento EU 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

6.10 - ARQUIVOS, DOCUMENTAÇÃO E CONTEÚDOS

Arquivo

Durante o ano de 2017, as tarefas do Arquivo decorreram dentro do definido, tendo em linha de conta que todos os circuitos documentais se encontram definidos e estabilizados.

Continua a ser feito junto das Unidades de Estrutura, um trabalho de acompanhamento para que um conjunto de documentos apenas exista em suporte eletrónico.

No âmbito da Política de Qualidade do IGCP, E.P.E., foi renovada a inclusão do espaço do Arquivo localizado na Abrunheira no certificado de conformidade da instituição.

O Serviço de Dívida a Retalho – SDR, continua a ser o principal utilizador do arquivo, especialmente no tocante às requisições de documentos.

O Arquivo durante 2017:

- Incorporou 1.505 Processos provenientes do SDR;
- Respondeu a 223 pedidos de documentos:
- Incorporou 119 Unidades de Instalação.

Deu-se continuidade á política de substituição de suporte, tendo-se concluído mais um processo de microfilmagens na ordem dos 117 mil documentos, bem como se iniciou mais um processo de substituição de suporte, prevendo-se 80 mil imagens.

Foi feito um protocolo com o Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, que passou pela entrega do espaço da casa forte que o IGCP, E.P.E. dispunha na Praça do Comércio e de documentação com valor histórico.

Decorreu uma consulta aos processos de digitalização com os Coordenadores do SDR, SGT, SGA e SOC, Unidades de Estrutura que utilizam os digitalizadores, de uso geral, situados nos pisos 1 e 5.

Esta consulta que se traduziu num levantamento de processos, restringiu-se apenas às digitalizações que as Unidades realizam presentemente.

Para a realização do levantamento dos processos, foi organizada uma grelha comum a todas as séries documentais digitalizadas, permitindo uma abordagem uniforme e que permitiu por um lado retirar conclusões a partir de premissas com os mesmos referenciais e por outro apresentar melhorias ao processo em questão, tendo todo o trabalho sido vertido numa informação e remetida ao Conselho de Administração.

Sistema de Gestão Documental

O IGCP E.P.E. ao longo da sua vida tem construído um “edifício” com o objetivo de ter um Sistema de Gestão Documental, que hoje se traduz em um conjunto de normas que regulam circuitos documentais e competências dos intervenientes e que é acima de tudo assegurado por um sistema de gestão de correspondência, *OwNe*t.

Há no entanto necessidade de encontrar métodos mais eficazes e eficientes na gestão da informação bem como nos circuitos documentais, em que a recuperação e acesso à informação seja célere de acessos

simultâneos/multiposto, as tarefa administrativas sejam menos burocráticas e associar a uma diminuição de custos a nível da produção de papel e de diminuição de espaço para arquivo físico.

Iniciado em 2016 mas intensificado em 2017, iniciou-se o processo de estudo/análise/construção de uma metodologia para futuramente ser implementado um Sistema de Gestão Documental, que foi feito conjuntamente com a ASI, em especial as visitas a outras instituições que dispõem de um SGD.

Após o trabalho de campo foi proposta a metodologia que devia ser seguida, sintetizando-se em **elaboração de diagnósticos**, **construção de estratégias, tomadas de decisão** e por fim **implementação.**

A aprovação do documento metodológico, proporcionou:

- Auscultação de empresas vocacionadas para um trabalho na área da gestão documental;
- Deu-se início ao processo de elaboração do caderno de Encargos com vista a selecionar um parceiro responsável pelo diagnóstico, levantamento e apresentação de proposta do novo Sistema de gestão Documental.

Centro de Documentação

A nível de documentação, continua a ser dada a resposta às diferentes U.E. sobre a aquisição de monografias, bem como a renovação de assinatura de publicações periódicas.

No que respeita à legislação, o Diário da República Eletrónico – DRE, é consultado diariamente e feita a difusão dos diplomas consoante a matéria tratada e de acordo o perfil dos utilizadores.

O processo de publicação de atos em II Série continua a decorrer de acordo as necessidades e responsabilidades do IGCP, E.P.E.

Comunicação e Informação

Prosseguiu o processo de melhoramento do Sistema de Gestão de Correspondência, com o acompanhamento que os utilizadores necessitam.

Os relatórios Semestrais identificam os valores por tipologia, bem como outras evidencias necessárias a uma avaliação do sistema, originando que algumas situações menos corretas sejam detetadas, originando a sua correção.

Durante o ano de 2017 ocorreram 53.477 registos que se dividem em 33.716 entradas e 19.761 expedições.

No ano de 2017 ocorreu um decréscimo, 3,4 por cento em relação a 2016, bem como o número de entradas e o se saídas são igualmente inferiores.

Edições

O IGCP, E.P.E. tem na sua atividade necessidade e obrigatoriedade de concretizar algumas edições, designadamente o Boletim Mensal, o Relatório Anual de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, o Relatório Societário e Plano de Atividades e Orçamento.

O primeiro é publicado mensalmente os restantes têm um edição anual, todos eles consultáveis na Página da Internet.

Internet

À página do IGCP, E.P.E. durante 2017 acorreram 637.120 visitantes, com o valores mais significativo no mês de outubro , 67.080, originando nesse mês uma média diária de 2.163 consultas.

Outubro tem destaque, pelo facto de ter sido o mês em que foi descontinuada a Série D dos Certificados de Aforro e os Certificados do Tesouro Poupança Mais (CTPM), e surgiram dois novos produtos de aforro, a Série E dos Certificados de Aforro e os Certificados do Tesouro Poupança Crescente (CTPC).

Março, julho e novembro, são meses que também se destacam nas vistas, devendo-se ao facto de terem sido meses em que foram iniciados os processos de emissão de novas Obrigações do tesouro de rendimento variável (OTRV).

De uma forma generalizada, ao longo dos anos os dias que se destacam com maior número de visitas corresponde ao final ou início do mês, datas em que são disponibilizadas as taxas de juro dos produtos aforro.

SEMESTRE - ANO	ACESSOS	TOTAL
1.º SEM/2013	320351	**736002**
2.º SEM/2013	415651	
1.º SEM/2014	401295	**903564**
2.º SEM/2014	502269	
1.º SEM/2015	544090	**938966**
2.º SEM/2015	394876	
1.º SEM/2016	447669	**823180**
2.º SEM/2016	375511	
1.º SEM/2017	322399	**637120**
2.º SEM/2017	314721	

Analisando os registos de 2017 e comparando-os com os de 2016, verifica-se uma diminuição de 14,33 por cento de acessos, ou seja, menos 186.060 consultas.

O 2.º semestre verifica um decréscimo de menos 7.678 consultas, situação já verificada em 2016.

A nível dos conteúdos a alteração a registar diz respeito inclusão de uma nova área, fruto do novo produto de aforro, os CTPC, e os ajustamentos que coocorreram como consequência do encerramento da Série D dos Certificados de Aforro e dos CTPM.

Intranet

A Intranet inclui-se em todo o sistema de informação que o IGCP, E.P.E. dispõe para dar apoio à sua atividade, sendo uma ferramenta transversal e por consequência o veículo de excelência na comunicação da organização.

Esta ferramenta requer desenvolvimentos e atualizações periódicas quer nos conteúdos, quer nas funcionalidades para que possam responder às necessidades e atribuições do IGCP, E.P.E.

Este instrumento é consultado diariamente por todos os colaboradores, visto ser o repositório da informação e documentação que serve de base e apoio ao trabalho diário.

Não ocorreu a inserção de qualquer área nova, sendo feita a gestão conteúdos a disponibilizar diariamente.

6.11 - MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E INDICADORES DE CUSTOS RELEVANTES

Indicadores relevantes para controlar custos

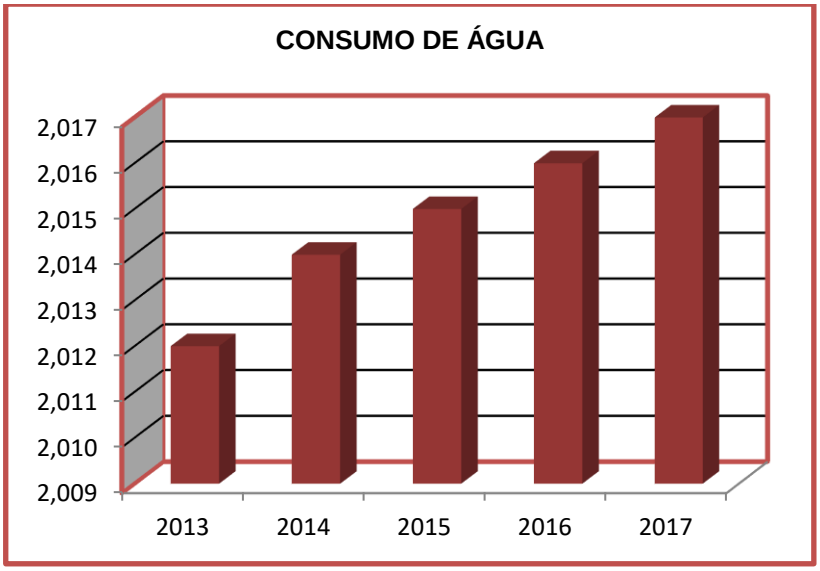
Da nossa actividade destacamos os seguintes pontos:

- Facturação dos serviços prestados pelo IGCP, E.P.E na sua actividade bancária, aos vários organismos do Estado sujeitos à unidade de tesouraria, designadamente o aluguer e utilização de TPA, encargos com DUC, pagamentos e serviços multibanco e encargos com certificação digital.
- O IGCP, E.P.E., participa nos procedimentos efectuados pela Unidade Ministerial de Compras do Ministério das Finanças, tendo-se verificado preços mais vantajosos nas aquisições efetuadas tais como consumíveis de secretaria e papel, produtos de limpeza e higiene, serviços de limpeza, comunicações móveis terrestre, entre outros procedimentos. Aderiu de forma voluntária o Sistema Nacional de Compras Públicas na qualidade de entidade compradora voluntária
- Relativamente aos gastos com a água verificou-se em 2017 um acréscimo de 2,9% relativamente aos valores faturados em 2016. Este acréscimo é essencialmente explicado pelo aumento do metro cubico (m3) de água. Quanto aos consumos de eletricidade, em 2017 verifica-se uma ligeira diminuição de cerca 0,66% relativamente ao ano 2016. Em termos quantitativos esta diminuição é inferior a € 500 anuais.
- Quanto ao correio verificou-se em 2017, um decréscimo tanto no recebido como no expedido, decréscimo esse quase de igual percentagem (3,94% e 4,01%, respetivamente) bem como nos custos associados ao correio expedido, que diminuíram 9,77% relativamente a 2016. Contrariamente, mantém-se a tendência de acréscimo no correio recebido por via eletrónica, no entanto esse acréscimo em 2017 é muito pouco significativo relativamente a 2016. O correio eletrónico recebido representa 39,09% da totalidade do correio recebido no IGCP, E.P.E. Salientamos ainda que se mantém a disposição para o abandono da utilização do *fax*, que representava em 2016 2,16% da totalidade do correio recebido e em 2017, representa unicamente 1,46%.
- Quanto aos custos com as centrais telefónicas estes representam atualmente 31,50% do valor pago em 2013. Essa tendência tem-se evidenciado ao longo do período em análise (2013-2017), verificando-se que os valores pagos em 2017 sofreram um decréscimo relativamente aos pagos em 2016 de 15,35%.

Gastos com água

EVOLUÇÃO DE GASTO C/ÁGUA

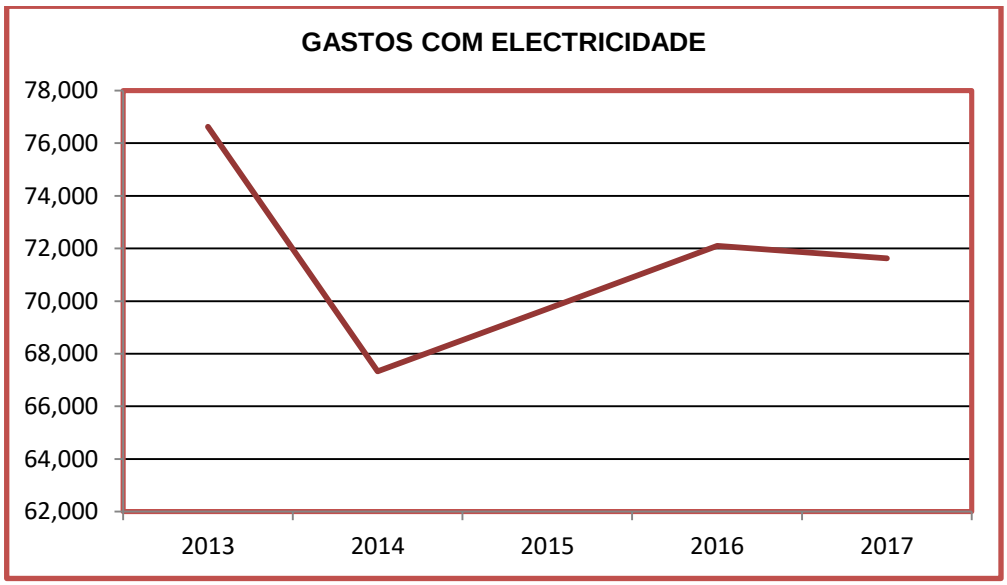
Anos\Meses	2013	2014	2015	2016	2017
janeiro	581	21	723	933	908
fevereiro	18	566	18	23	20
março	556	21	825	915	868
abril	22	543	21	21	24
maio	511	21	888	942	1032
junho	23	518	20	25	17
julho	554	21	873	897	957
agosto	22	548	20	21	17
setembro	561	20	876	913	957
outubro	22	557	22	20	26
novembro	559	20	990	854	914
dezembro	22	434	22	22	7
Total	**3.450**	**3.293**	**5.298**	**5.587**	**5.748**



Gastos com eletricidade

GASTOS COM ELETRICIDADE

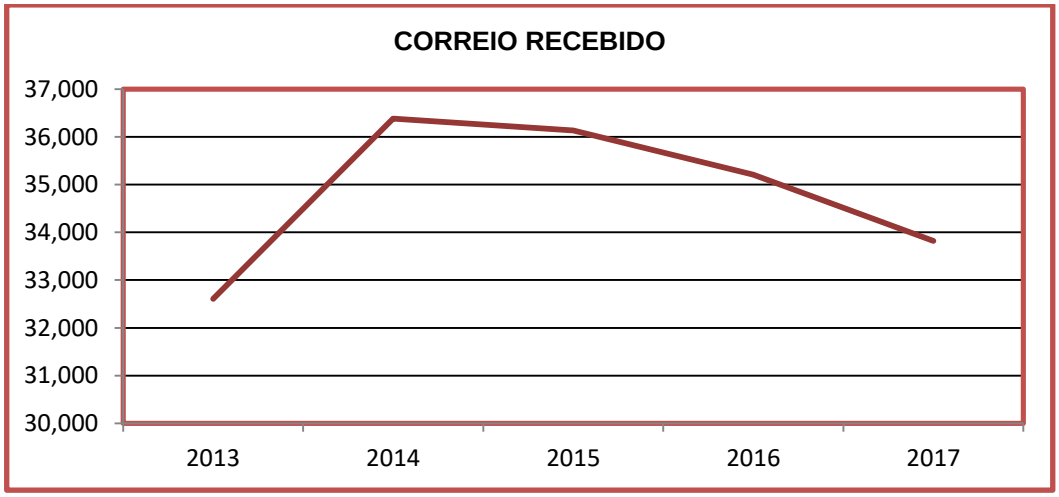
Anos \ Meses	2013	2014	2015	2016	2017
janeiro	6.235	5.464	6.121	5.751	6.015
fevereiro	5.497	4.955	5.292	3.762	5.175
março	5.838	5.349	5.292	7.353	5.429
abril	6.257	5.014	5.250	5.385	5.759
maio	6.644	5.380	6.150	5.813	6.174
junho	7.188	5.561	6.096	6.388	6.311
julho	7.614	6.180	6.401	7.020	6.658
agosto	8.117	5.851	6.494	7.187	6.625
setembro	6.403	5.820	6.052	6.086	6.268
outubro	5.659	5.826	5.489	5.748	5.987
novembro	5.396	5.846	5.498	5.521	5.503
dezembro	5.774	6.089	5.563	6.082	5.718
Total	**76.622**	**67.335**	**69.697**	**72.097**	**71.622**

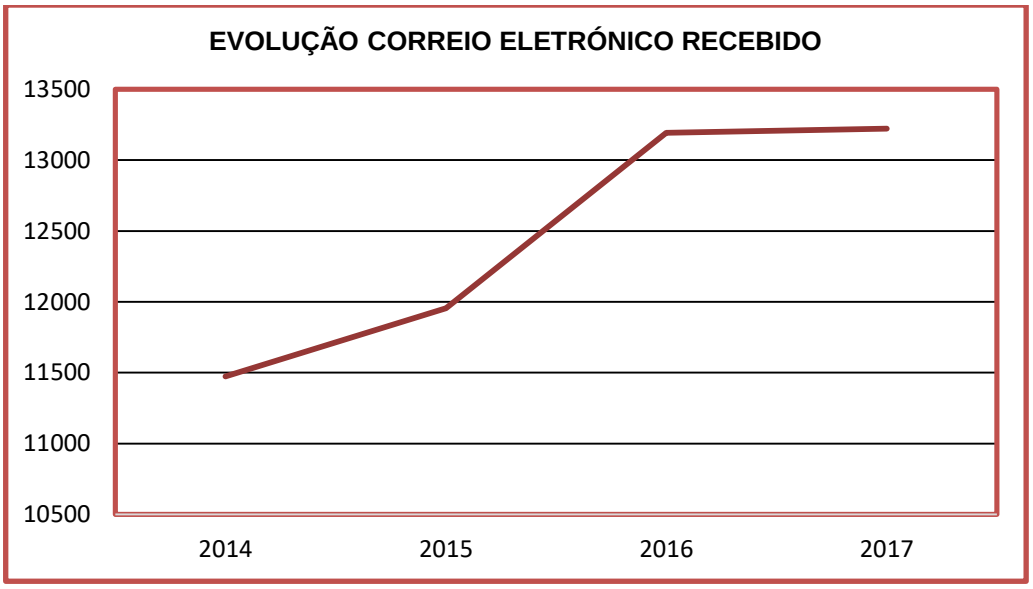


Tratamento da correspondência

CORREIO RECEBIDO

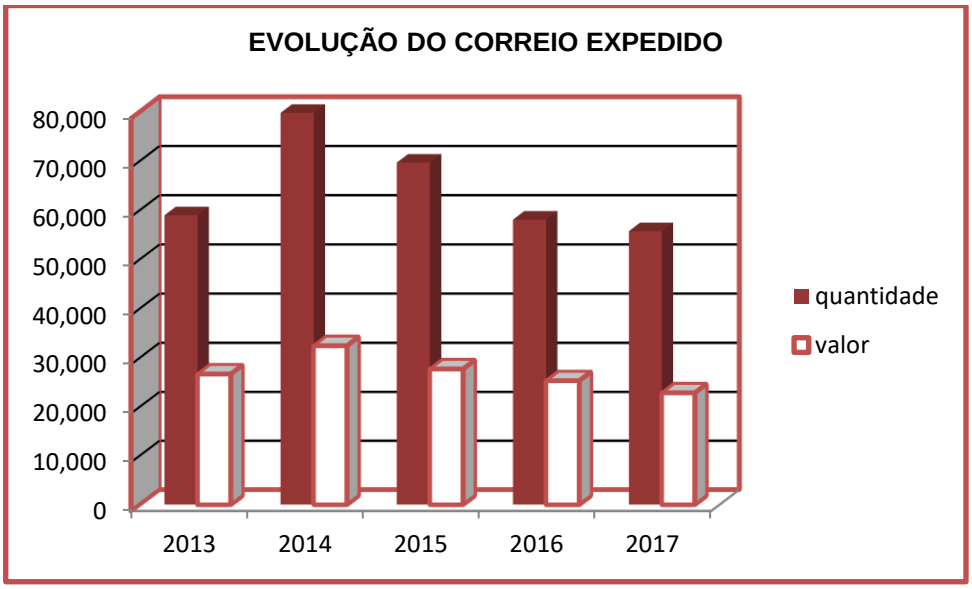
Anos	Valores
2013	32.607
2014	36.383
2015	36.133
2016	35.212
2017	33.823





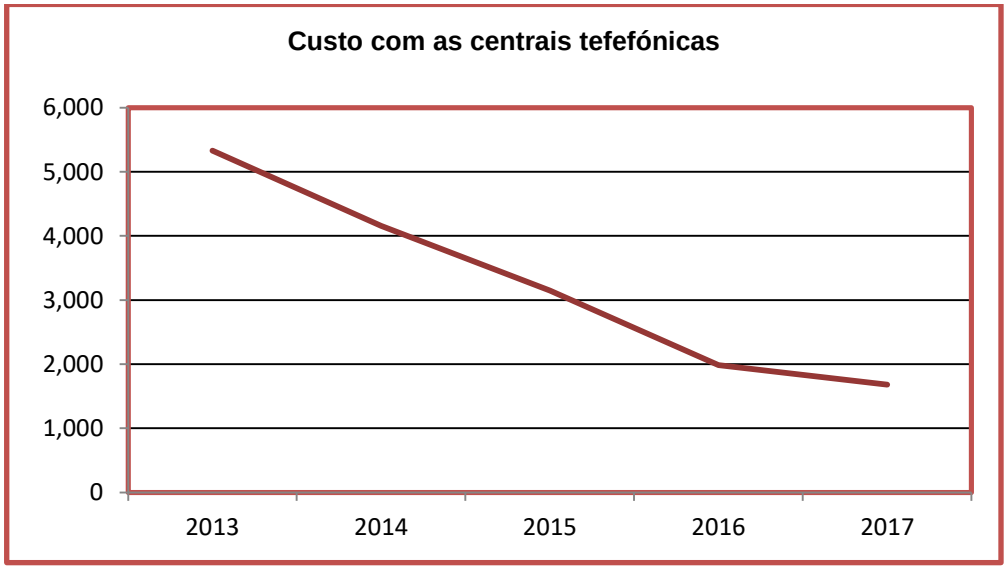
EVOLUÇÃO DO CORREIO EXPEDIDO

Anos	2013	2014	Variação %	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %
Quantidade	58.979	79.797	35,30%	69.690	-12,67%	58.083	-16,66%	55.754	-4,01%
Valor (€)	26.718	32.483	21,58%	27.757	-14,55%	25.352	-8,66%	22.875	-9,77%



Gastos com centrais telefónicas

Em 2016 mantêm-se a tendência de descida dos custos com as centrais telefónicas.



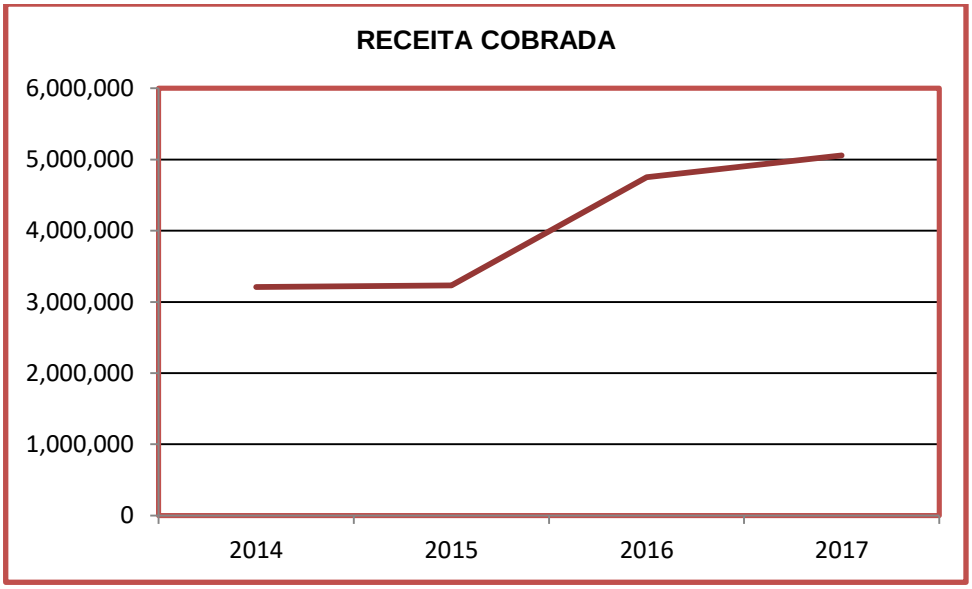
Ano / Meses	2013	2014	2015	2016	2017
janeiro	404	386	395	176	169
fevereiro	566	412	318	170	175
março	449	377	326	184	139
abril	471	396	379	171	115
maio	425	329	302	183	150
junho	485	357	197	168	149
julho	430	333	203	189	104
agosto	387	332	207	151	126
setembro	373	264	208	154	136
outubro	408	322	205	159	128
novembro	474	335	192	135	156
dezembro	458	316	217	145	133
Total	5.330	4.159	3.149	1.985	1.681

Faturação - Receita Cobrada

O número de faturas emitidas em 2017, aumentou 1,19% relativamente ao ano de 2016. O valor faturado ascendeu a € 5,06 milhões, verba que representa um acréscimo de 6,49% relativamente ao ano anterior.

FACTURAÇÃO-EVOLUÇÃO

2013	2014	2015	2016	2017
4503	5149	5311	5568	5634

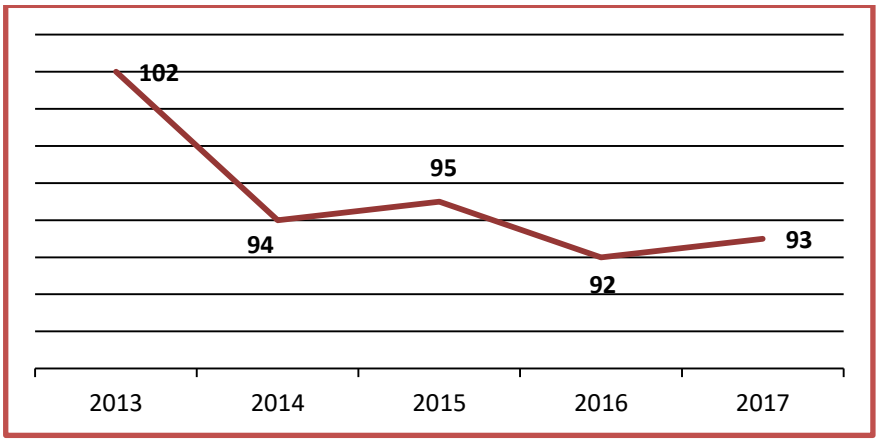


7. RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO

7.1 - RECURSOS HUMANOS

Em 31 de Dezembro de 2017 o IGCP, E.P.E. tinha ao seu serviço, excluindo o Conselho de Administração, 93 trabalhadores, mais 1 colaborador do que no final de 2016 em virtude de um dos trabalhadores pertencentes ao quadro e que exerciam funções fora do IGCP, E.P.E. ter regressado no decorrer de 2017.

Anos	Número de efetivos
2013	102
2014	94
2015	95
2016	92
2017	93



Embora em 2017 tivessem sido efetuadas 4 contratações, verificaram-se saídas de igual número de colaboradores, 2 técnicos e 2 administrativo. A totalidade das saídas tiveram como motivo a iniciativa própria.

As contratações efetuadas foram 2 técnicos e 2 administrativo.

Dos 48 funcionários provenientes da DGTF, que celebraram com o IGCP, E.P.E "Acordos de Cedência Especial", em 31 de dezembro de 2017, ainda mantêm esse estatuto 9 funcionários.

O nível etário médio sofreu um ligeiro acréscimo para os 47,44 anos (era em 2016 de 46,55 anos).

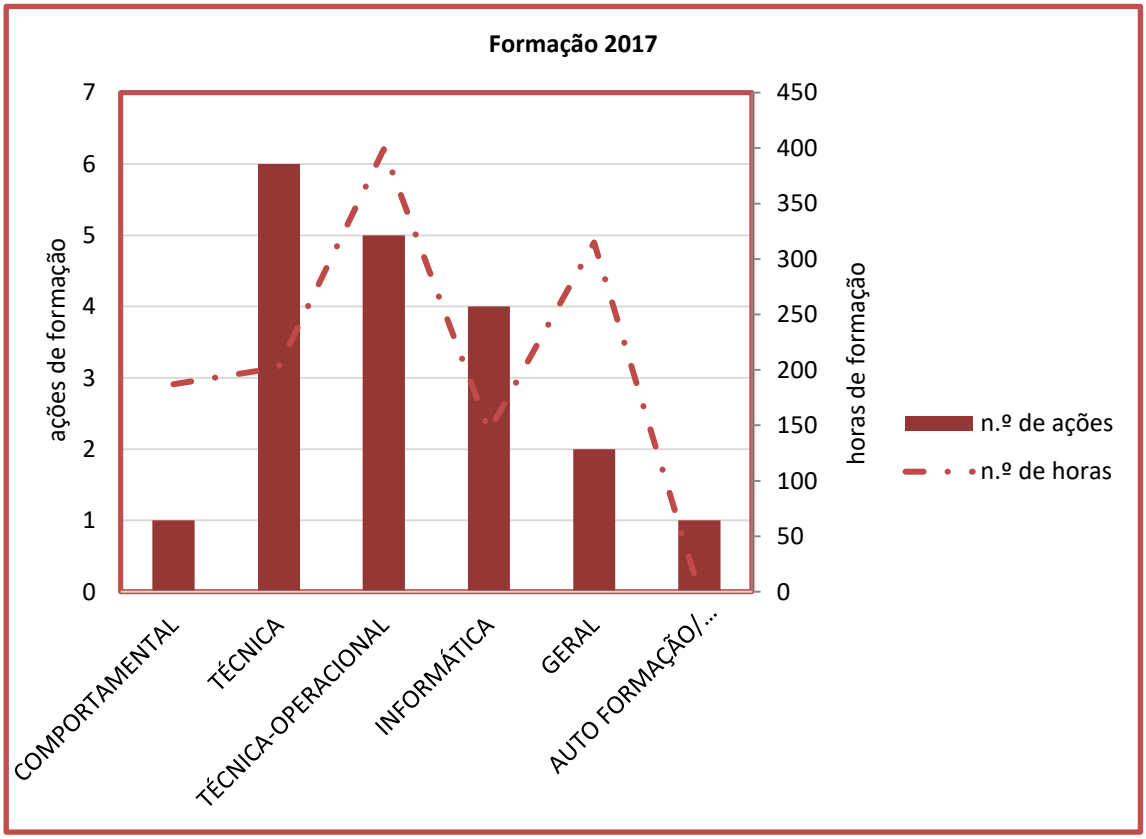
No decorrer do ano a empresa contratada para a prestação de serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho procedeu a uma "auditoria", tendo concluído da conformidade das práticas com a legislação em vigor. Essa auditoria foi avaliada com "muito bom".

7.2 – FORMAÇÃO

O Plano de Formação para 2017 foi construído de forma transversal a todas as Unidades de Estrutura e abrangia as diferentes áreas estabelecidas para a formação.

O Plano previa 35 ações, concretizaram-se 19, 4 das quais não estavam programadas.

	REL 2017	REL 2016
ACÇÕES PREVISTAS	35	33
ACÇÕES REALIZADAS	19	29
ACÇÕES NOVAS	4	2
NÚMERO DE PARTICIPANTES NAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO	61	78
DIAS DE FORMAÇÃO	115	250
HORAS DE FORMAÇÃO	1248	1644
U.E. ENVOLVIDAS	13	17
AÇOES COM COORDENADORES	15	12
AÇOES COM TÉCNICOS	37	45
AÇOES COM ADMINISTRATIVOS	9	21
CUSTO TOTAL (€)	19.939,13	32.257,35



A não realização de algumas ações deve-se ao facto de por um lado as entidades formadoras não concretizarem as ações, por outro ocorreram situações em que os colaboradores não puderam participar, ou ainda devido à demissão de colaboradores antes da ação ter ocorrido.

CATEGORIA	NÚMERO DE AÇÕES	HORAS DE FORMAÇÃO
COMPORTAMENTAL	1	187
TÉCNICA	6	202
TÉCNICA-OPERACIONAL	5	399
INFORMÁTICA	4	145
GERAL	2	315
AUTO FORMAÇÃO/ FORMAÇÃO SUPERIOR	1	0

Frequentaram as ações 61 formandos, o que equivale a 66,66 por cento da totalidade dos colaboradores, que se dividem por 15 Coordenadores, 37 Técnicos e 9 Administrativos. As ações correspondem a 1.248 horas e 115 dias de formação.

Em relação ao orçamento previsto (€ 38.583,20), os custos efetuados (€ 19.939,13) apresentaram uma redução de 51,67 por cento (menos € 18.644,07), devendo-se à negociação feita com as empresas formadoras e ao facto de ações não terem ocorrido pelos motivos expostos.

O quadro acima reproduz o número de horas por categoria, bem como o n.º de ações que cada tipologia comportou, destacando-se a formação Técnico-Operacional com maior número de horas, mas a que comportou mais ações foi a área Técnica, 6.

AÇÕES	N.º
In house	4
Off site - Portugal	12
Off site - estrangeiro	3

Para além da ação fora de Portugal (3) e de 12 terem ocorrido nas entidades formadoras, foi possível ministrar 3 ações nas instalações do IGCP, E.P.E., com destaque para as duas turmas de inglês e a ação do Anti-Money Laundering & Counter-Terrorism Financing

Comparando 2017 com 2016, o ano findo compreendeu menos ações, menos formandos, menos horas e dias de formação.

8. RECURSOS FINANCEIROS

8.1 - RECURSOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 o IGCP,E.P.E. apresentava um imobilizado bruto corpóreo de € 8.320 mil. Relativamente ao valor do ano transato, € 7.866 mil, o imobilizado teve um acréscimo de 5,77%, em virtude do valor das aquisições ter sido € 483,1 mil e os abates terem ascendido a € 29,3 mil, esses abates correspondiam a bens totalmente amortizados. Por outro lado foram considerados imobilizado, bens que se encontravam contabilizados em imobilizado em curso, desde 2015 e 2016 num total de € 168,77 mil (2015 - € 130.626,00 e 2016 - € 38.148,28).

Os custos registados em 2017, contabilizados na perspetiva do Plano Oficial Contabilidade Pública (POCP), ascenderam a € 30.525.134,61, respeitando € 4.818 mil a encargos com pessoal e encargos sociais, € 25.304 mil a fornecimentos e serviços adquiridos a terceiros, € 168 mil a amortizações de imobilizado e € 35 mil a custos e perdas extraordinários. Da rubrica de fornecimentos e serviços de terceiros destacam-se os encargos com a cobrança de receitas "DUCs" (€ 21.957 mil), o arrendamento de instalações (€ 465 mil), a assistência técnica e conservação de bens (€ 284 mil), os custos relativos a serviços de informação de mercado (€ 246 mil) trabalhos especializados (€ 120 mil), as comunicações (€ 99 mil), as deslocações e estadas (€ 99 mil) e os serviços adquiridos no âmbito da atividade bancária do IGCP, E.P.E. (€ 1.834 mil). Salientamos que os encargos com a cobrança dos DUC (€ 21.957 mil) incluem o pagamento com o serviço de apoio à rede de cobranças do Estado Caixas do Tesouro, prestação de serviços que se iniciou em 2017 e cujos pagamentos ascenderam a € 3.689 mil.

Os proveitos e ganhos totais ascenderam a € 36.504.748,75, destacando-se as prestações de serviços (€ 15.287 mil) as transferências e subsídios correntes obtidos (€ 21.200 mil) e os proveitos e ganhos extraordinários (€ 17 mil).

Os resultados líquidos apurados € 6.179.614,14, serão considerados resultados transitados em 2018.

Foi inscrito como saldo de gerência anterior, o montante € 29.407.479,75.

As receitas totais ascenderam € 66.682.230,74 e as despesas totais foram de € 38.002.831,27. Esta última inclui o montante de € 7.174.233,13 de saldo de 2016 inscrito no orçamento como Transferências Correntes e devolvido ao orçamento de Estado no ano de 2017. A sua contabilização foi efetuada por abatimento aos resultados transitados.

Proposta de aplicação:

A receita contabilizada a título de vendas e prestação de serviços, no montante de € 16.074.950,99, é proveniente, da comissão de gestão anual fixada em € 23.738.600 nos termos da alínea a) do número 1 do Art.º 26º do Decreto -Lei n.º 200/2012 de 27 de agosto, dos quais só foram requisitados € 11.000.000 e de € 5.074.750,99 de receitas diversas das remunerações devidas pela prestação de serviços bancários, nomeadamente pela utilização da rede de cobranças do Estado e dos montantes cobrados por serviços prestados às entidades do setor público empresarial.

Do saldo apurado do exercício, transitará para o orçamento de 2018, o montante € 28.713.712,40, dos quais € 22.233.246,62 são saldo transitado de anos anteriores, € 6.446.152,85 saldo transitado de 2017 de receitas próprias e € 34.312,93 de fundos alheios a entregar.

SIGLAS

Designação das Unidades de Estrutura Correspondentes a 2016

Gabinete de Apoio	**GA**
Secretário-geral	**SG**
Área de Gestão de Riscos e de Mercados	**AGRM**
Núcleo de Gestão de Risco	**NGR**
Núcleo da Sala de Mercados	**NSM**
Área de Operações	**AOP**
Serviço de Acompanhamento de Operações	**SAO**
Serviço de Operações Contabilistas	**SOC**
Serviço de Controlo de Contas	**SCC**
Área de Clientes	**ACL**
Serviço de Dívida de Retalho	**SDR**
Serviço de Gestão das Contas de Clientes	**SGC**
Serviço de Gestão de Contas do Tesouro	**SGT**
Área de Sistemas e Tecnologia de Informação e Comunicação	**ASI**
Núcleo de Desenvolvimento de Sistemas de Informação	**NDS**
Núcleo de Controlo Financeiro	**NCF**
Gabinete de Estudos	**GES**
Núcleo de Emissões e Mercados	**NEM**
Serviço de Gestão Administrativa	**SGA**

Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	**AMA**
Agência para o Desenvolvimento e Coesão	**ADCoesão**
Associação Portuguesa de Bancos	**APB**
Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões	**ASF**
Autoridade Nacional de Proteção Civil	**ANPC**
BES Açores	**BESA**
Câmara dos Solicitadores	**CS**
Comboios de Portugal, EPE	**CP**
Correios de Portugal, SA	**CTT**
Direção-Geral do Orçamento	**DGO**
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP	**ICNF**
International Bank Account Number	**IBAN**
Polícia de Segurança Pública	**PSP**
Serviços e Fundos Autónomos	**SFA**
Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA	**APSA**
Administração Pública	**AP**
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	**ARSLVT**
Administração Regional de Saúde do Norte	**ARSN**
Agência Portuguesa do Ambiente	**APA**
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	**ANSR**
Autoridade para as Condições do Trabalho	**ACT**
Autoridade Tributária e Aduaneira	**AT**
Banco BIC	**BIC**
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	**BBVA**
Banco BPI	**BPI**
Banco Espírito Santo	**BES**
Banco Internacional do Funchal	**BANIF**
Banco Popular	**BPOP**
Banco Santander Totta	**BST**
Bilhetes do Tesouro	**BT**

Bloomberg Auction System	**BAS**
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	**CCAM**
Caixa Económica Montepio Geral	**CEMG**
Caixa Geral de Aposentações	**CGA**
Caixa Geral de Depósitos	**CGD**
Caixas do Tesouro	**CT**
Certificados de Aforro	**CA**
Certificados de Dívida Pública de Médio e Longo Prazo	**CEDIM**
Certificados do Tesouro	**CT**
Certificados do Tesouro Poupança Mais	**CTPM**
Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	**CEDIC**
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.	**CMVM**
Compensação Sistema de Compensação Interbancária	**SICOI**
Conselho de Finanças Públicas	**CFP**
Deutsche Bank	**DB**
Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo	**DRC LVT**
Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	**ADSE**
Direção-Geral do Orçamento	**DGO**
Direção-Geral do Património Cultural	**DGPC**
Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	**DGRM**
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças	**DGTF**
Documento Único de Cobrança	**DUC**
Dólar dos Estados Unidos	**USD**
Empresas Públicas Reclassificadas	**EPR**
Energias de Portugal	**EDP**
Entidades Colaboradoras na Cobrança	**ECC**
Entidades Públicas Empresariais	**EPE**
Estamo, Participações Imobiliárias, SA	**ESTAMO**
Euro Medium Term Note	**EMTN**
Foreign Account Tax Compliance Act	***FATCA***

Fundo de Regularização da Dívida Pública	**FRDP**
Fundo de Renda Vitalícia	**FRV**
Fundo de Acidentes do Trabalho	**FAT**
Fundo Europeu de Estabilidade Financeira	**FEEP**
Fundo Monetário Internacional	**FMI**
Gestão de Recursos Financeiros Partilhada na Administração Pública	**GERFIP**
Global Master Repurchase Agreement	**GMRA**
Guarda Nacional Repúblicana	**GNR**
Homebanking	**HB**
Iene japonês	**JPY**
Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	**IRS**
Imposto Valor Acrescentado	**IVA**
Infraestruturas de Portugal, SA	**IP**
Instituto da Mobilidade e dos Transportes	**IMT**
Instituto das Tecnologias de Informação da Justiça	**ITIJ**
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas	**IFAP**
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.	**IGFSS**
Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	**IGFEJ**
Instituto de Seguros de Portugal	**ISP**
Instituto do Emprego e Formação Profissional	**IEFP**
Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.	**IRN**
Instruções de Débitos Diretos	**IDD**
International Swaps and Derivatives Association	***ISDA***
Libra Esterlina	**GBP**
Medium Term Note	***MTN***
Metropolitano de Lisboa, EPE	**ML**
Millennium-BCP	**MBCP**
Ministério das Finanças	**MF**
Ministério dos Negócios Estrangeiros	**MNE**
Montepio Geral	**MG**
Multi-Imposto	**MI**

Novo Banco	**NB**
Número de Identificação Bancária	**NIB**
Número de Identificação Fiscal	**NIF**
O Sistema de Compensação Interbancária	**SICOI**
Obrigações do Tesouro	**OT**
Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável	**OTRV**
Operações Específicas do Tesouro	**OET**
Operadores Especializados em Valores do Tesouro	**OEVT**
Orçamento de Estado	**OE**
Organismos Não Sujeitos à Unidade de Tesouraria	**ONSUTE**
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico	**OCDE**
Pedidos de Libertação de Créditos	**PLC**
Plano Oficial de Contas Públicas	**POCP**
Programa de Assistência Económica e Financeira	**PAEF**
Rede de Cobranças do Estado	**RCE**
Região Autónoma da Madeira	**RAM**
Regime da Tesouraria do Estado	**RTE**
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	**SEF**
Serviço Integrados	**SI**
Serviços e Fundos Autónomos	**SFA**
Serviços Integrados	**SI**
Setor Empresarial do Estado	**SEE**
Single Euro Payments Area	***SEPA***
Single Euro Payments Area – Credit Transfer	**SEPT**
Single Euro Payments Area Direct Debit	***SEPA-DD***
Sistema de Acompanhamento e Registo de Pareceres	**SARP**
Sistema de Cobranças do Estado	**SCE**
Sistema de Contas Correntes	**SGT**
Sistema de Gestão da Qualidade	**SGQ**
Sistema de Gestão de Contas do Tesouro – Contabilidade	**SGT-CTB**

Sistema de Gestão de Contas do Tesouro – Contas Correntes	**SGT-CC**
Sistema de Informação de Gestão Orçamental	**SIGO**
Sistema de Produtos de Aforro	**SPA**
Sistema Integrado de Apoio à Gestão	**SIAG**
Sistemas de Débitos Diretos	**SDD**
Sociedade Interbancária de Serviços	**SIBS**
Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication	**SWIFT**
Sociedade Anónima	**SA**
Swift Alliance Workstation	**SAW**
TARGET2	**T2**
TARGET2-Securities	**T2S**
Terminais de Pagamento Automático	**TPA**
Transferência Eletrónica Interbancária	**TEI**
União Europeia	**UE**
UNICRE - Instituição Financeira De Crédito SA	**UNICRE**
Unidade da Tesouraria do Estado	**UTE**
Unidade Ministerial de Compras	**UMC**
Unidade Técnica de Apoio Orçamental	**UTAO**
Instituto Nacional de Estatística	**INE**
Wallstreet Suite	**WSS**